

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Thomas Mann: o escritor como ensaísta político

Cristina Vitória Dias Marques

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Teresa Maria Menano Seruya,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em
Estudos Alemães (CULTURA ALEMÃ)

(2018)

RESUMO

A eclosão da I Grande Guerra foi a causa principal para que um grupo relevante de figuras destacadas do panorama artístico e científico de origem germânica desse a conhecer as respectivas reacções que os mais recentes acontecimentos políticos lhes mereciam. Entre eles contavam-se escritores, filósofos, músicos, cientistas com ou sem filiação partidária. O objectivo deste trabalho é, precisamente, o de analisar o pensamento “político” de um desses nomes, um dos mais promissores e reconhecidos da sua geração e que, por isso mesmo, merece um tratamento mais atento e aprofundado: o do escritor alemão Thomas Mann. A confissão de que a política não era na verdade um tema merecedor da atenção do escritor, ou mesmo do povo alemão, é-nos dada pelo próprio e pode ser comprovada pela leitura, não só dos textos que constituem o *corpus* deste trabalho como também por vários outros da sua autoria. O desenrolar dos acontecimentos surgidos do conflito mundial, em que a Alemanha ocupava um papel de grande destaque, foi determinante para uma evolução ideológica progressiva (ainda que, por vezes, contraditória) na reflexão que o escritor foi registando, ao longo do tempo, sob a forma de ensaio político. Da defesa do conservadorismo, característico da monarquia representada pelo *Kaiser* Guilherme II, ao apoio, a partir de 1922, ao novo regime republicano, que culminará com as eleições de 1933 com a nomeação de Hitler para chanceler da Alemanha, a análise política do escritor não deixará nunca de estar sujeita às críticas surgidas quer dentro quer fora do espaço geográfico alemão.

Palavras-chave: I Guerra Mundial, política, ensaio político, monarquia, república.

ABSTRACT

The outbreak of World War I was the main cause for a relevant group of leading figures in the artistic and scientific scene of Germanic origin to know the respective reactions that the most recent political events deserved. Among them were writers, philosophers, musicians, scientists with or without partisan affiliation. The purpose of this work is precisely to analyze the "political" thinking of one of these names, one of the most promising and recognized of his generation, whom, for this reason, deserves a more thorough and profound treatment: that of the German writer Thomas Mann. The confession that politics was not really a subject worthy of the attention to the writer, or even to the German people, is given to us by itself and can be proved by reading not only the texts that constitute the corpus of this work but also by several others of its own. The development of the events of the world conflict, in which Germany played a major role, was decisive for a progressive (and sometimes contradictory) ideological evolution in the reflection that, over time, the writer was recording under the form of political essays. From the defense of the conservatism, characteristic of the monarchy headed by Kaiser Wilhelm II, to support, from 1922, the new republican regime that would culminate, with the 1933 elections, with the appointment of Hitler as chancellor of Germany, the political analysis of the writer will always be under the criticisms arisen either inside or outside the German geographical world.

Keywords: World War I, politics, political essays, monarchy, republic.

NOTA DE AGRADECIMENTO

Este trabalho representa o culminar de um processo de investigação e constante descoberta que só foi possível com o apoio de professores, familiares e amigos. Em primeiro lugar devo, com toda a justiça, uma palavra de agradecimento pelo apoio constante e aturado quer à directora quer à orientadora deste trabalho de dissertação. À Professora Doutora Filomena Guarda (Directora do Curso de Mestrado em Estudos Alemães) dirijo as mais reconhecidas e estimadas palavras pelo incentivo permanente, amigo e encorajador sem o qual este trabalho nunca teria deixado de ser uma mera intenção. À Professora Doutora Teresa Seruya, que orientou este meu percurso, agradeço a infinita paciência, o rigor e a reconhecida competência com que leu, corrigiu e criticou as sucessivas versões que este trabalho conheceu. A ela devo o ter chegado até aqui: à Dissertação de Mestrado.

Não posso, de igual forma, esquecer a valiosíssima ajuda dos colaboradores da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que, com o seu conhecimento dos meios informáticos e logísticos do espaço, foram fundamentais no acesso ao material bibliográfico que serviu de apoio à redacção deste texto. Da mesma forma, é justa uma palavra de apreço à Biblioteca do Goethe Institut de Lisboa, na pessoa do seu colaborador Guilherme Dutschke, pela grande disponibilidade e pela ajuda competente na busca de artigos, tanto em volumes da biblioteca de Lisboa como na de várias outras bibliotecas do Goethe Institut, dentro e fora da Alemanha.

E como nos dias de hoje a informática é o meio privilegiado de registo deste tipo de trabalhos, devo agradecer ao Pedro Ribeiro a ajuda e disponibilidade indispensáveis, que me permitiram assegurar a apresentação e o registo correcto do texto.

Por fim, dedico este trabalho aos meus pais, o meu apoio mais fiel e incondicional ao longo de todos estes anos dedicados ao estudo e à busca incessante de conhecimento, tentando saber sempre um pouco mais. Este foi um caminho percorrido com muita vontade e grande determinação, que me permitiram ultrapassar as muitas adversidades que foram surgindo.

Lisboa, maio de 2018

ÍNDICE

PARTE I

1. Introdução geral.....	9
2. A relevância do tema.....	14
3. Relatório de investigação.....	16
4. Corpus.....	25
5. Metodologia.....	28

PARTE II

I – A I GRANDE GUERRA (1914-1918)

Gedanken im Krieg (1914)

1. <i>Gedanken im Krieg</i> : a paz que antecedeu a guerra.....	31
2. Origem e contexto.....	33
3. Entre “Kultur” e “Zivilization”: a discussão do tema político...	36
4. O eclodir da guerra: “Die Krieg als Not”.....	37
5. Entre a moralidade e a guerra: a defesa da “Innerlichkeit” alemã	38
6. Concluindo.....	42

Gedanken zum Krieg (1915)

1. O acreditar “necessário” na vitória.....	43
2. Concluindo.....	49

Betrachtungen eines Unpolitischen (1915-1918)

1. Considerações biográficas.....	50
2. <i>Betrachtungen eines Unpolitischen</i> : a estrutura.....	57
3. Considerações políticas.....	60
3.1 <i>Politik</i>	60
4. Concluindo.....	63

II – DIE WEIMARER REPUBLIK

Von deutscher Republik (1922)

1. <i>Von deutscher Republik</i> : Origem e contexto.....	64
2. Em defesa da República (de Weimar).....	67
3. O conceito de Estado.....	71
4. De Novalis a Whitman: a relação possível entre Estado e cultura	73

5. Concluindo.....	79
--------------------	----

Deutsche Ansprache. Ein Appell an die Vernunft (1930)

1. Entre a esperança e o medo: a premência da razão.....	81
2. A necessidade do apelo à burguesia.....	82
3. As causas da crise política e económica de 1930.....	83
4. A equação do problema na novela de 1930, <i>Mário e o Mágico</i> ”	86
5. O alerta do escritor.....	87
6. Concluindo.....	88

III – O EXÍLIO

Bruder Hitler (1939)

1. A origem de um texto polémico.....	91
2. O sentido do ensaio.....	93
3. O artista no ditador.....	96
4. O fanatismo na política.....	98
5. Concluindo.....	101

IV – O FIM DA GUERRA

Deutschland und die Deutschen (1945)

1. <i>Deutschland und die Deutschen</i> : o contexto.....	103
2. Ao encontro do passado: entre Martinho Lutero e Goethe...	105
3. O Romantismo e a <i>Innerlichkeit</i>	115
4. Concluindo.....	117

NOTA FINAL.....	119
-----------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	126
-------------------	-----

PARTE I

Thomas Mann: O escritor como ensaísta político

1. Introdução geral

A literatura surgiu relativamente cedo na vida de Thomas Mann. Em 1893, com 18 anos, ainda em Lübeck, escreveu alguns textos em prosa e artigos para a revista “Der Frühlingssturm”, da qual era co-editor, e um ano mais tarde publica a sua primeira novela *Gefallen*, na revista literária “Die Gesellschaft”. É, pois o ano de 1894 que marca o início da sua carreira como escritor, uma decisão apoiada não apenas pelos seus primeiros sucessos literários, mas também pelo recebimento da herança paterna que lhe permitiu manter, sem dificuldade, o nível de vida burguês a que estava habituado. Anos mais tarde, surgirá o seu primeiro grande romance *Buddenbrooks* (1901), cuja publicação consagrará Thomas Mann como um nome maior da literatura alemã e mundial, uma prova de que o seu interesse e dedicação à arte e ofício da escrita literária era total.

Até 1914, ano em que, por força do início da guerra, o escritor inaugura um período de redacção de ensaios críticos de natureza política, não se conhece, da parte do escritor, qualquer referência ao tema, de facto, o silêncio e desinteresse que lhe dedica podem ser comprovados, por exemplo, na correspondência trocada com o irmão mais velho Heinrich. Mas literatura e política são assuntos que, a partir de então, passam a habitar o universo pessoal e artístico de Mann numa relação de eminente tensão e de declarada oposição (e mesmo exclusão), a cuja discussão e confronto o escritor não nega a reflexão crítica imposta pelo estatuto de homem de letras e pela gravidade do momento. Tratava-se de perceber e de dar a perceber, em que medida a sua coexistência era possível no âmbito do espaço cultural de expressão alemã. O escritor na política. Poderia ser a designação utilizada para definir esta faceta inovadora e, até aí, totalmente desconhecida de Thomas Mann.

Contudo, embora o tema regente destes textos seja a política a sua abordagem não é feita de forma imediata pelo escritor, porque prévia à discussão central do tema impõe-se obrigatoriamente uma outra que se prende com a análise do carácter do povo, com a explicação do sentido da sua germanidade, que o mesmo é dizer, qual o significado de ser “alemão”? Trata-se, na verdade, de uma questão transversal a praticamente todos os textos integrantes do *corpus* deste trabalho. Determinar o seu significado histórico e psicológico, aferir das características definidoras dessa condição popular, e averiguar em que medida ela representa um traço distintivo e singular face a outros povos e culturas é uma questão que, ainda que à primeira vista possa causar alguma estranheza, não é, no entanto, estranha à tradição histórica alemã.

A questão, problemática e bastante complexa, não poderá ser aqui objecto de maior desenvolvimento merecendo, ainda assim, o registo de algumas breves palavras que nos ajudarão a formar uma ideia aproximada do seu sentido e amplitude. À pergunta que significa ser “alemão?”, responde João Barrento: “Ao que parece essencialmente uma forma de ser literária e filosoficamente *contraditória*. Ostensivamente contraditória e carregada de tensões, umas vezes destrutivas, outras produtivas.” (Barrento, 1989: 50) Uma problemática inscrita na tradição cultural e literária alemã, cuja origem remonta à época da Reforma e que, em particular no caso alemão, parece tender a eternizar-se de forma quase obsessiva. Muitos foram os que procuraram com a sua reflexão dar-lhe uma resposta satisfatória, de Goethe a Schiller, de Wagner a Nietzsche, passando por Thomas Mann ou Theodor W. Adorno, vários foram os nomes que, com a sua reflexão, procuraram dar-lhe um sentido ou uma resposta.

Trata-se para Mann de uma dúvida meramente retórica, pois para o escritor, como mais adiante veremos, o conceito de “Kultur” configura não só a resposta adequada a dar à questão da identidade nacional, mas também o traço definidor da tradição e da história alemãs. Daí a importância em afirmar, desde

um primeiro momento, a presença e a especificidade de que este postulado se reveste como paradigma modelar do seu discurso ensaístico. É, pois, a partir dele que focaremos a nossa atenção como critério formativo da reflexão política que, nestes textos, o escritor se propôs realizar.

Acompanhando as vicissitudes da história alemã, cuja singularidade e especificidade haviam já sido afirmadas tanto por Goethe como por Herder, que na sua obra *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (1784) parte à busca do sentido da identidade nacional, problematizada através do conceito de *Kulturnation*, um conceito fundamentalmente ético-estético definido por uma natureza essencialmente espiritual, o conceito de “Kultur” torna-se, assim, critério definidor e regedor da nação alemã, reclamando um estatuto único, cujo fundamento assenta na superioridade do espírito (Geist) e da arte germânicos. A sua vitalidade perdura ao longo do tempo, até ao momento crítico do seu impiedoso questionamento levado a cabo pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche no seu artigo “Was den Deutschen abgeht”, onde denuncia “a queda da cultura alemã.” (Nietzsche, 1999: 986) Consciente dessa crise, pela experiência, mas também pela leitura atenta de alguns dos autores mais críticos do seu país, como Schopenhauer, Wagner ou o próprio Nietzsche, entre outros, Thomas Mann relembra a sua importância na reflexão registada, de forma regular, ao longo da sua vasta obra.

Porém, se o significado do “ser alemão” encontra no conceito de cultura o verdadeiro sentido da autoconsciência da nação, também é certa a afirmação de que um outro, através de uma relação confrontativa, serve para o delimitar fazendo sobressair as suas diferenças perante outros povos e outras culturas: o conceito de política. Convém recordar que Thomas Mann é um escritor nascido no século XIX, o “século burguês”, aquele em que a *divergência*, a clivagem e o conflito entre a literatura e a esfera social se acentuam de forma notória, o mesmo século que vê nascer a Alemanha como Estado-nação, acontecimento que

contribui para o agravamento do abismo (já existente) que o separa da realidade política. Uma “apoliticidade” presente na literatura alemã, característica da relação do alemão com o mundo, e definida por Thomas Mann como “abstracta e mística, isto é, musical.” (Mann, 2016: 159)

Uma problemática pessoal do escritor, mas que é, ao mesmo tempo, uma problemática da Alemanha burguesa e que coloca Mann numa posição de profunda ambiguidade ideológica, como é possível verificar graças à perspectiva histórica com que hoje a olhamos. Uma mudança da realidade política do país que obriga ao convívio com uma situação oposta à vivida até então, de uma convivência e interesse aparentemente inexistentes com o universo político, a um confronto imediato e permanente, certamente indesejado mas, ao mesmo tempo, paradoxal e que, no caso de Mann, o acompanhará até ao final da vida.

Uma análise biográfica do escritor permite-nos retirar a seguinte conclusão: a sua aproximação ao mundo da política está inquestionavelmente ligada ao dia 1 de agosto de 1914. Trata-se de uma data lapidar para a vida do país e para a vida pessoal de Mann, pois ela assinala um antes e um depois para ambos. A sucessão dos acontecimentos determina categoricamente a evolução concomitante do seu pensamento acerca do tema e da dimensão políticos, mas não só, obriga-o também àquilo a que Georg Lukács chama “Auf der Suche nach dem Bürger” (A busca pelo burguês), uma demanda, constante e interminável, presente na vida e na obra de Thomas Mann e que o ensaísta Lukács descreve da seguinte forma:

Quer pelo carácter da visão do mundo que encerra, quer pelos seus aspectos formais, a obra de Thomas Mann representa uma corrente de progresso. O que já nos deu, e aquilo que – tal como esperamos – ainda nos venha a dar, há-de ter um papel inestimável no renascimento do espírito alemão. Ainda hoje a busca pelo burguês prossegue...E nessa busca Thomas Mann desempenha um papel decisivo. Cada um dos seus admiradores está profundamente convencido de que

o fáustico da sua busca pelo burguês não terá um fim, e que ao demónio da reacção poderá sempre responder com Fausto:

„Se eu algum dia me chegar a deitar no leito do ócio,
Pouco me importa o que façam comigo!
Se me deixar enganar pela sedução dos teus elogios
e acabar por me adular a mim mesmo,
se ceder ao engano dos teus prazeres:
que seja esse o último dos meus dias“ (Lukács, 1945: 48)¹

Mas não só a vertente temática define o sentido da análise crítica realizada pelo autor de *Buddenbrooks* ou *Der Zauberberg* à realidade política do momento, de igual forma, também o género literário a que recorre para lhe dar voz é merecedor da atenção e de algumas palavras esclarecedoras.

A fim de facilitar o seu conhecimento e compreensão, uma abordagem formal do género “ensaio” e das respectivas categorias em que se subdivide será certamente proveitosa. Tendo em conta as diversas formas ou tipos a que o seu autor deu expressão podemos, a partir de um ponto de vista temático, identificar três categorias distintas: os ensaios autobiográficos, os dedicados a grandes nomes da literatura – os *Dichteressays* – e, naturalmente, o ensaio político.

Selecionar sete textos, dos vários possíveis, que Thomas Mann redigiu ao longo deste período histórico, é dar a conhecer a sua reacção pessoal que, de forma pública, manifestou acerca de algumas das adversidades de natureza económico-política vividas num determinado período pelo seu país. Mas é, acima de tudo, *reafirmar*, não fugindo nem evitando a polémica que tais afirmações pudessem causar na sociedade da época que, de facto, era a cultura o traço definidor da essência do povo alemão pelo qual se deveria continuar a lutar.

O que cada um desses textos ensaísticos faz é contar a história de um determinado período (conturbado) da Alemanha e, nessa medida, podem ser olhados como “um espelho da realidade”, uma realidade contada pela voz do

¹ A tradução do excerto do texto de Lukács é da minha autoria.

escritor. É compreensível que, com o rebentar da guerra, um tema como a política passasse a dominar de forma quase exclusiva a atenção e o interesse da sociedade da época. A essa evidência nem mesmo alguém como Thomas Mann, com o desinteresse natural professado ao tema, é alheio. É através dele – o género literário “ensaio” - que exprime a complexidade e a problematização da contemporaneidade alemã. Uma análise que, como mais adiante teremos a oportunidade de demonstrar, valeu ao escritor inúmeras críticas, mas acima de tudo, formalizou o pretexto, buscado pelo partido de Hitler, de expulsão do país, impondo a Mann o estatuto de exilado que o acompanharia até ao final dos seus dias.

2. Relevância do tema

Em Portugal, o nome de Thomas Mann² é conhecido concretamente pela sua vasta obra literária, toda ela traduzida em língua portuguesa. Trata-se, na verdade, de um dos escritores de língua alemã mais conhecidos e divulgados no nosso país, despertando cada nova edição uma grande curiosidade e interesse entre os seus leitores mais fiéis. São disso exemplo as mais recentes traduções de *Buddenbrooks*³, *Der Zauberberg*⁴ ou ainda *Tod in Venedig*⁵, romances que, a par de outros, sempre mereceram um acolhimento bastante entusiástico e caloroso por parte do público português.

² Thomas Mann nasceu na cidade de Lübeck, em 1875. Viveu exilado nos Estados Unidos e também na Suíça, onde viria a falecer, em Zurique, no ano de 1955, aos 80 anos de idade.

³ *Buddenbrooks*, o primeiro romance de grande sucesso do escritor. Publicado em 1901 viria a garantir-lhe a atribuição do Prémio Nobel da Literatura, em 1929.

⁴ *Der Zauberberg* é considerado um *Bildungsroman*, cuja escrita Thomas Mann inicia em 1912 e termina em 1924, ano da sua publicação. A redacção do romance é interrompida em 1914, ano em que tem início a I Guerra Mundial, vindo a ser retomada no final da mesma, em 1918.

⁵ *Der Tod in Venedig* é uma *Novelle* cuja primeira publicação data de 1912 que tem por principal protagonista a personagem de Gustav von Aschenbach. Muitos dos críticos da sua obra literária pretendem rever nesta personagem um retrato autobiográfico do próprio escritor.

Mas, ainda que seja a obra literária aquela que melhor caracteriza e define o seu autor ela não é, no entanto, a única a assumir essa função pois embora seja o romance, enquanto género literário, a forma mais comum e expressiva da actividade criativa de um escritor, de forma alguma a esgota. É importante lembrar que se trata de um autor que nos legou uma obra vastíssima, composta, para além do já mencionado romance, por outras formas de expressão literária como sejam o conto, a peça teatral, a poesia, cartas e diários, mas também, e em grande volume, o ensaio. É através da sua escrita, cujo início ocorre por volta de 1900, que Mann irá registar, critica e subjectivamente, o seu testemunho, por vezes polémico e controvertido, face a algumas das figuras e acontecimentos mais revelantes da época.

Mas nem a adequação formal de que o texto se reveste, nem sequer a actualidade concreta do tema em questão permitem a atribuição de um estatuto equiparável ao concedido à sua conceituada obra literária. A esse respeito, podemos afirmar com segurança que, aos olhos do seu público leitor, ele é, de facto, menos conhecido, quer no seu país de origem, a Alemanha, quer entre nós, pois, tal como mais adiante poderemos verificar, as suas traduções são em número bastante reduzido.

Ocupando um lugar bastante mais modesto face ao vasto legado artístico que nos deixou, Thomas Mann justifica a necessidade da escrita do ensaio político pela existência de um sentimento de solidariedade face à gravidade da época, que afirma ter sido a mais difícil da sua vida. Trata-se de um trabalho que define não como uma obra de arte, mas antes como uma obra de artista, reflexo da seriedade das suas intenções perante a gravidade dos acontecimentos e a mutação dos tempos vividos.

Quando, em Agosto de 1914, inicia a sua escrita, Mann conta perto de quarenta anos e ocupa no panorama literário alemão e europeu um lugar de grande destaque e notoriedade, um estatuto que não o impede de relegar para

um segundo plano a sua tão afeiçoada actividade de escritor literário, a fim de se consagrar integralmente à reflexão, análise e escrita de um tema que, não só, lhe era completamente estranho como, acima de tudo, não suscitava nem a si próprio nem ao povo alemão qualquer interesse ou curiosidade, fazendo-o apenas por acreditar estar a prestar “um serviço à sua época”. Podemos, assim, perguntar qual o motivo responsável por esta decisão do escritor? Porque terá Thomas Mann abandonado a escrita, à época em curso, de *Der Zauberberg* para se dedicar de forma exclusiva ao tema dominante da sociedade da época, a guerra? A resposta a essa pergunta é dada por Thomas Sprecher, antigo director do Thomas-Mann-Archiv, em Zurique, e autor do artigo “Thomas Mann als Essayist” que responde à questão da seguinte forma: “Desde o início da guerra, em 1914, que a política é compreensivelmente uma parte integrante da visão do mundo.” (Sprecher, 2014: 32) Tratava-se, de facto, de um acontecimento cuja relevância e gravidade reclamava da parte de todos uma atenção especial, desde o cidadão comum, ao político, passando por um grande número de figuras destacadas da sociedade da época como era o caso de escritores, filósofos, cientistas ou músicos, entre os quais o escritor alemão se contava.

Divulgar a faceta de pensador político de Thomas Mann é uma tarefa que está, (quase) toda ela, por realizar, uma lacuna a que um trabalho de análise e interpretação, deve complementar. É esse o objectivo que este trabalho se propõe, em certa medida, alcançar.

3. Relatório de investigação

No conjunto da obra de Thomas Mann a produção ensaística é, à semelhança do que acontece com a sua obra literária, rica e abundante. O conhecimento da sua extensão só foi verdadeiramente possível devido ao trabalho que nessa área

a sua editora tem vindo a realizar com a sucessiva publicação da *Große kommentierte Frankfurter Ausgabe*, a edição comentada da sua obra.

A par da obra ficcional, em que também podemos encontrar as suas *Späte Erzählungen*, integram a mesma edição uma parte importante dos seus ensaios, para lá dos seus diários e da correspondência do escritor, trocada com alguns dos nomes mais conhecidos da vida cultural do seu país, em que, a título exemplificativo, podemos referir Theodor W. Adorno⁶ mas, em particular, alguém que para Mann sempre foi uma figura muito especial: o seu irmão Heinrich⁷.

Responsável desde o início da actividade literária de Thomas Mann pela publicação da sua obra, a S. Fischer Verlag – a mesma editora que, em 1901, publicou o seu primeiro romance, *Buddenbrooks* - assumiu, paralelamente à sua actividade editorial, a de levar a cabo um aturado trabalho de comentários e anotações que, de um modo geral, acompanham esses mesmos textos e que constituem, ao mesmo tempo, para o leitor uma ferramenta preciosa na ajuda à interpretação e compreensão do pensamento do seu autor. A dinâmica editorial que acompanha, de forma alternada sob a forma de prefácio e de posfácio, a obra ensaística do escritor constitui quer para o leitor quer para o estudioso uma importante fonte de informação (complementar) para o entendimento dessa “outra faceta” de Mann.

No entanto, devemos, desde já, sublinhar que à semelhança de Portugal também noutros países, concretamente dentro do espaço geográfico europeu,

⁶ Theodor W. Adorno (1903-1969) foi um filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor alemão. Foi um dos expoentes da chamada Escola de Frankfurt, juntamente com Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, entre outros.

⁷ Heinrich Mann era o irmão mais velho do escritor com quem manteve, ao longo da sua vida, uma relação próxima e de grande cumplicidade. Ainda assim, e devido às divergentes posições defendidas por ambos com o início da I Grande Guerra essas relações sofrem um corte, vindo a ser retomadas em 1922. Heinrich foi também um reconhecido escritor, dentro e fora do seu país, ainda que nunca tenha alcançado a reputação e fama alcançadas pelo irmão.

escasseiam os estudos dedicados a esta forma literária utilizada por Thomas Mann para registar o seu pensamento político, uma situação que não difere grandemente da existente no seu país. Obedecendo a uma ordem cronológica, podemos, a título exemplificativo, nomear alguns. Em 1973, é publicado um curto trabalho da autoria de Helmut Mörchen, intitulado *Schriftsteller in der Massengesellschaft. Zur politischen Essayistik und Publizistik Heinrich und Thomas Manns, Kurt Tucholskys und Ernst Jüngers während der Zwanziger Jahre*⁸ e em que é feita uma análise da actividade enquanto ensaístas políticos que, durante os anos vinte, os dois irmãos desenvolveram. A esse estudo sucede, anos mais tarde (1982), um outro publicado na revista *Text + Kritik*, um artigo intitulado *Der Essayist Thomas Mann*, em que o seu autor, Hinrich Stiefken faz uma análise à faceta ensaística do escritor. Por fim, e mais recentemente (2008), Tobias Temming publica o livro «*Bruder Hitler?*» *Zur Bedeutung des politischen Thomas Mann. Essays und Reden aus dem Exil*, onde, entre várias outras questões, equaciona o papel de Thomas Mann na política do seu tempo bem como saber qual a medida da culpa dos alemães nos crimes do Nacional-Socialismo, ou se o “Drittes Reich” é ou não uma continuação da história alemã.

Neste domínio, devemos acrescentar um outro título, publicado em 2014: *Thomas Mann als Essayist*. Trata-se de uma edição composta por um conjunto variado de intervenções realizadas, por diversos nomes, de nacionalidade italiana e alemã, num Colóquio de Investigação Internacional, que se realizou em 2012, em Messina, Itália. Dela fazem parte textos escritos com a intenção específica de comentar ensaios, de diversa natureza, da autoria de Thomas Mann. A título exemplificativo podemos nomear alguns com a reserva prévia de que, todavia, apenas um deles, num conjunto de dez artigos, se destina a analisar de forma concreta o papel do escritor como ensaísta. Desse conjunto de intervenções destaca-se uma intitulada “*Literarische Gemälde. Thomas Manns*

⁸ Trata-se de uma dissertação defendida pelo autor, em 1972, na Universidade de Saarland.

Dichterporträts”, dedicada a um dos tipos de ensaios da sua autoria: os *Dichternessays*, já atrás mencionados. Na mesma tipologia, podemos ainda referir, “Verschiebungen. Thomas Manns Essays über Sigmund Freud”, mas outras poderiam ser mencionadas. Como já foi dito, trata-se de um conjunto de intervenções públicas reunidas e publicadas num único volume em que, uma em particular, merece uma atenção especial. Intitula-se “Thomas Mann als Essayist” e nela o seu autor, Thomas Sprecher, analisa a faceta de Thomas Mann como ensaísta. Trata-se de um artigo generalista e abrangente, essencialmente descritivo desse lado menos conhecido do escritor alemão. Para melhor compreendermos a razão que o levou a realizar este trabalho de investigação é importante sabermos com mais algum pormenor quem é Thomas Sprecher e como sistematizou esta “outra categoria literária”, a par da conhecida obra literária de Thomas Mann. Como já referido, foi um dos organizadores deste colóquio de investigação, uma capacidade e autoridade que lhe assiste, se tivermos em conta o seu contacto com o espólio literário de Thomas Mann. Trata-se de um germanista que, entre 1994 e 2012, foi o director (Leiter) do arquivo ETH⁹, de Thomas Mann, em Zurique. É nessa qualidade, e no acesso privilegiado que o cargo lhe permitia, que desenvolve este estudo que tem por objecto o ensaio, enquanto forma ou género literário a que Mann recorreu, ao longo da sua carreira de escritor. É importante recordar que, embora sempre tenha escrito ensaios Mann afirma, a dada altura, “não ser um ensaísta”, uma afirmação que, no entanto, deve ser entendida como retórica se tivermos em conta que escreveu cerca de quatro mil páginas de texto ensaístico. A verdade é que, mesmo a nível conceptual, raramente recorria ao conceito de “ensaio”, preferindo utilizar a expressão *Versuch: Versuch über das Theater, Versuch über Tschechow, Versuch über Schiller*, ou então, simplesmente, “Feuilleton”. (Sprecher, 2014: 16) Seja como for, trata-se de um conjunto de textos merecedores de um estudo igualmente atento

⁹ ETH é a sigla que, em alemão, designa a Eidgenössische Technische Hochschule, sediada na cidade de Zurique (Suíça).

e crítico, e de cuja sistematização e análise esta colectânea, organizada por Thomas Sprecher e Jutta Linder, se encarregou.

No mesmo estudo, Sprecher analisa o conceito de ensaio, referindo-se a ele como sendo uma tipologia de género que pode ser definido *ex negativo* (pela negativa ou por oposição a...) afirmando, nesse sentido, não serem romance, contos, peças de teatro, poemas, diários ou cartas. Razão pela qual devem ser integrados na rubrica de “não ficção”.

Historicamente, a figura do ensaio está indissociavelmente ligada ao nome do escritor e filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592), que em finais do séc. XVI, o idealizou como “simples opiniões, pensamentos que não devem ser levados muito a sério”, (Sprecher, 2014: 15) uma definição que não se aplica, de todo, a Thomas Mann.

Formal e cronologicamente é essa a data, em que o nome de ensaio é dado a um tipo de composição discursiva construída sobretudo pela justaposição ou coordenação de elementos em vez da sua subordinação (Lopes, 2003: 168). A história do ensaio apresenta-o, pois, como uma forma intermédia entre a literatura (poesia ou prosa) e um tipo de conhecimento construído segundo modelos da ciência ou da filosofia. Admite-se assim uma certa flexibilidade da escrita ensaística que integra a fragmentação, a dissonância e até mesmo a aceitação da incerteza do conhecimento. Chama-se ensaio a textos em que o pensamento põe de parte a oposição entre racional e irracional e se move segundo um impulso de aventura, não sistemático (Lopes, 2003: 165). Talvez seja esse o motivo pelo qual a essa aparente “volatilidade” do conceito, Eduardo Lourenço o designa como “o parente pobre dos géneros literários” (Lourenço, 1997: 76). A verdade é que nem a sua natureza nem o seu âmbito conceptual são de fácil e indiscutível delimitação, visto tratar-se de um conceito que, ao longo do seu percurso histórico, foi conhecendo oscilações naturais ditadas pelos diversos contextos históricos e culturais que atravessou até chegar aos nossos dias. Dessa

instabilidade filológica nos dá conta Eduardo Prado Coelho na análise feita ao conceito em que cruza a diversidade de abordagens de que é alvo até à multiplicidade de nomes notáveis que, ao longo da sua já larga existência, sobre ele se têm debruçado. A título exemplificativo, este autor apresenta-nos no seu trabalho “O Ensaio em Geral”, ainda que de forma breve, perspectivas tão díspares, mas ao mesmo tempo esclarecedoras como sejam as defendidas por Hegel, Goethe, Schlegel, Novalis, Musil ou Benjamin, sem esquecer, naturalmente, a figura predominante do seu criador, Montaigne (Coelho, 1995: 193-208). Na língua alemã, ensaio é também descrito como sendo um “Ver-such”, uma busca falhada, uma tentativa, uma experimentação de algo que se quer escrever sem que se consiga alcançar o fim último. Daí o sentido alemão de “tentativa”, uma ausência de concretização total do género fazendo, por isso mesmo, com que não seja um verdadeiro género (literário), mas antes um subgénero.

Em literatura, cada género literário tem o seu espaço próprio, um domínio no qual se define e, ao mesmo tempo, onde se delimita perante os demais. No fundo é um género sem género, dada a ambiguidade de que se reveste. No caso em análise, estamos perante reflexões de natureza política que pretendem dar a conhecer ao público destinatário a sua visão e leitura críticas da realidade política da época, a forma como a Alemanha, fiel depositária do seu passado glorioso, no entender do seu autor, se deveria, uma vez mais, posicionar e defender perante as ameaças humilhantes e indignas impostas pelos seus inimigos.

Mas não podemos nem devemos – pelo menos aqui, na situação de *pensar o ensaio* – permanecer na “instabilidade ontológica” que, segundo Eduardo Lourenço, parece ser própria da “pulsão ensaística” (Lourenço, 1997: 76). O ensaio é sempre a formalização de uma ideia, de uma opinião do seu autor que, no entanto, surge associada à metáfora de peso (também presente no termo pensar), daí que possamos concluir que o ensaio é uma forma de pensamento em que se pesa o valor das ideias, um exercício intelectual de ponderação (Coelho,

1995: 194). Para finalizar esta ideia cito Adorno, que formula lapidarmente numa expressão o que poderia constituir a súmula perfeita do que temos vindo a dizer: “O ensaio tem de oferecer a possibilidade de, *numa qualquer das suas partes*, escolhida ou encontrada, *poder iluminar a totalidade*, sem necessidade de afirmar explicitamente a sua presença” (Adorno, 1974: 25).

Esta , pois, a forma escolhida por Thomas Mann para dar a conhecer a sua leitura individual e subjectiva acerca de alguns dos acontecimentos mais relevantes e problemáticos da sua época. A partir deles, procuraremos não são conhecer as ideias “políticas” por si defendidas, bem como tentar compreender a razão que o terá levado a uma mudança progressiva no seu pensamento, num registo que nos d conta da passagem do escritor (confessamente) “apolítico” para alguém que, posteriormente, vem defender abertamente o regime democrático que governa o país.

O que entendemos merecer uma maior atenção  a tentativa de classificao ou sistematizao dos ensaios de Mann. Thomas Sprecher apresenta-nos uma divisão dos mesmos, de acordo com o “tema” (Thematisch), segundo a sua “cronologia” (Chronologisch), segundo a sua “causa” (Nach Anlssen), ou ainda, de acordo com a “função” (Nach Funktionen) que desempenham. Trata-se, muito simplesmente, de identificar critérios orientadores ou definidores de cada um dos textos e que ajudam o leitor a compreender a origem ou a intenção, que levaram o seu autor  escrita dos mesmos. A todos, por exemplo,  comum o tema. Todos falam sobre o homem, Thomas Mann nunca escreveu sobre a natureza (nos seus ensaios, entenda-se), ou sobre o reino das plantas, ou sobre animais ou sobre técnica ou desporto. Idêntica categorizao pode ser feita segundo os principais tipos de ensaios. Uma categorizao tripartida (e já mencionada) entre autobiográficos, políticos e ensaios sobre escritores (*Dichteressays*).

Quanto ao espaço cultural português, o desconhecimento do público face à escrita ensaística de Thomas Mann é real, uma vez que a quase totalidade desses registos não se encontra traduzida para português. Só muito recentemente surgiu entre nós uma publicação composta por alguns desses textos traduzidos por Teresa Seruya e outros (2016), um trabalho que veio colmatar parcialmente essa lacuna. Dele fazem parte uma curta selecção de alguns dos escritos mais representativos do pensamento político do escritor, abrangendo um período histórico específico que se prolonga do início da Primeira até ao final da Segunda Grande Guerra (de 1914 a 1945). Tratam-se de textos que refletem a evolução do pensamento de Thomas Mann face aos acontecimentos mais importantes daquele período da história do seu país e que, a par da sequência cronológica dos factos ocorridos, nos vão relatando numa leitura pessoal e crítica, embora nem sempre isenta de controvérsia, a situação de crescente gravidade que acabará por colocar o governo da Alemanha nas “mãos indesejadas” do Nacional-Socialismo.

Para além desta publicação, podemos ainda encontrar, numa edição mais antiga (1979) uma tradução da autoria de José Martins Garcia, do ensaio *Goethe und Tolstoi* (um exemplo do género *Dichteressay*).

Paralelamente aos trabalhos de tradução, também os estudos ou análises existentes acerca do tema são escassos ou mesmo inexistentes. Encontramos, no entanto, a nível académico, algumas (poucas) excepções. A verdade é que não podemos afirmar que entre nós a obra do escritor tenha sido objecto de estudo, pois nem mesmo a sua obra romanesca, a mais conhecida e divulgada, tem merecido um trabalho crítico ou comentado mais aprofundados. Poucos são, de facto, os exemplos que conhecemos e que constituem excepções a essa afirmação. Tratam-se, em ambos os casos, de teses de doutoramento, uma delas apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1987, com o título

“Lotte in Weimar”¹⁰, a outra, foi defendida no ano de 2005 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e recebeu o título de “Espaço e decadência no romance *Buddenbrooks* de Thomas Mann”¹¹.

Outro tanto se verifica quanto à análise do pensamento político do escritor, onde a situação também não diverge de forma significativa. Neste domínio, é também de menção relevante um artigo de 2012 com o título, “Thomas Mann’s Modernist Conversion to Politics”, da autoria de Fritz Ringer¹². Nele, a tradição e a cultura alemã são referências obrigatórias, a partir das quais o seu autor esboça, numa tentativa de explicação, a evolução da perspectiva e da análise de Thomas Mann sobre os acontecimentos mais marcantes da história alemã do século XX. Uma interpretação que, naturalmente, sofre ao longo do tempo alterações impostas e determinadas pela sucessão dos acontecimentos, desde o carácter afirmativo das *Betrachtungen eines Unpolitischen* até à “velada declaração de culpa” presente no seu discurso de maio de 1945, *Deutschland und die Deutschen*. É essa mudança, lógica e necessária, que Ringer denomina de “A conversão modernista de Thomas Mann à política”.

O objecto de estudo da presente “Dissertação de Mestrado” insere-se nessa linha de pensamento – o pensamento político – cuja evolução e sentido analisaremos, de forma desenvolvida, na segunda parte deste trabalho. Procuraremos dar a conhecer algo mais do pensamento político do escritor, numa tentativa de lançar uma nova luz sobre o tema e, ao mesmo tempo, abrir caminho para novas e variadas reflexões, necessárias e enriquecedoras para um conhecimento mais profundo do mesmo.

¹⁰ A tese é da autoria da Professora Maria Teresa Delgado Mingocho e recebeu o título de “O romance Lotte in Weimar. Tradição e demanda”.

¹¹ A autora desta tese em Literatura Alemã foi a Professora Ana Isabel Gouveia Boura.

¹² Fritz Ringer foi um historiador norte-americano de origem alemã. Um dos seus trabalhos mais conhecidos foi “The Decline of the German Mandarins: The German Academic Community 1890-1933 (1969).

Podemos, em jeito de conclusão, afirmar com bastante segurança serem as lacunas mais reais e notórias do que as verdadeiras reflexões acerca do tema. Mas são elas que, por isso mesmo, justificam a realização de um estudo com estas características onde procuraremos, através do enquadramento histórico necessário e de uma reflexão que desejamos pertinente e acertada, avaliar o sentido que a escrita dos presentes ensaios desempenhou no percurso literário do escritor.

4. *Corpus*

A constituição do *corpus* deste trabalho estende-se por um período em que, historicamente, as duas Grandes Guerras ocorridas no século XX assumem um lugar de grande relevância. É a sua ocorrência marcada pela enorme violência que a ambas caracterizou, mas também e acima de tudo pelas transformações, profundas e irreversíveis, impostas ao mundo de então que estiveram na base da decisão do escritor. O desinteresse que o tema lhe merecia não podia, por isso mesmo, servir de argumento a uma indiferença e a um voltar de costas à realidade emergente, uma realidade determinante e justificativa, ao longo de um período de trinta anos, da decisão de alternar a escrita de romances como *Der Zauberberg* (1924), *Joseph und seine Brüder* (1933-1943) ou ainda *Lotte in Weimar* (1939) com a redação de vários dos seus textos políticos.

Artista em virtude da autoria de importantes romances literários, Thomas Mann não deixa, apesar disso, de referenciar não poucos elementos políticos em algumas das suas mais importantes obras literárias, tal como acontece, por exemplo, já no seu primeiro grande romance *Buddenbrooks. Der Verfall einer Familie*, - escrito quando o escritor não havia ainda completado os 26 anos de idade – e onde podemos verificar a presença da política e a importância que a mesma tinha para a sociedade daquela época.

Sob o impacto da I Guerra Mundial, ela vai ocupar, de forma exclusiva, um lugar central nos três primeiros ensaios (deste trabalho) que, ao longo desses quatro anos, escreve: *Gedanken im Krieg, Gedanken zum Krieg e Betrachtungen eines Unpolitischen*. Com o final da guerra e a queda do regime monárquico, o pensamento de Thomas Mann acompanha fielmente o desenrolar dos acontecimentos. É dessa forma que, em 1922, profere, já em plena vigência da República de Weimar, o seu discurso, *Von deutscher Republik* (1922), onde defende uma visão totalmente oposta àquela que, de forma tão intransigente, havia registado em *Betrachtungen eines Unpolitischen*. Em *Von deutscher Republik*, Thomas Mann deixa-nos o registo de uma nova ideologia, reflexo da sua mais recente filiação política, testemunho da evolução sofrida pelo seu pensamento, em que o “apolítico” deixara de o ser para dar lugar ao “político”, defensor da República e da democracia.

Integrando o período da República de Weimar surge, anos após o discurso *Von deutscher Republik*, um outro de enorme relevância e conteúdo político, *Deutsche Ansprache. Ein Appell an die Vernunft* (1930), o último deste conjunto de textos a ser redigido em território alemão. Escrito já na derradeira fase do jovem regime trata-se, no entanto, de um ensaio importante para nos ajudar a um melhor entendimento acerca da leitura feita pelo escritor face às (profundas) mudanças políticas entretanto ocorridas no país. Após as eleições de 1930, cujos resultados davam conta da subida fulgurante do NSDAP¹³ (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei) nas intenções de voto dos alemães, Mann não pode, por isso mesmo, deixar de lançar um apelo (alarmante) dirigido concretamente à burguesia alemã.

¹³ NSDAP – Partido Operário Nacional-Socialista Alemão (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) foi fundado em 5.1.1919 com o nome de *Deutscher Arbeiterpartei* (Partido Operário Alemão), em Munique. Em Setembro de 1919, Adolf Hitler aderiu ao partido, de que rapidamente se tornaria figura predominante. Em 1920 passou a chamar-se NSDAP.

Posteriormente, e já no exílio americano inscreve-se o terceiro período integrante deste trabalho correspondente à fase do exílio, iniciada em 1933 em território suíço. Mas é já em solo americano que, anos mais tarde, concretamente em 1939, os mais fundados receios do escritor se concretizam na realidade trágica que ele, na sua qualidade de espectador involuntário, se vira obrigado a presenciar a partir do seu imposto exílio americano¹⁴, onde escreve o polémico ensaio *Bruder Hitler*. Nele, procura entender e ao mesmo tempo explicar, o sucesso que uma figura como a do ditador pode ter, como e porquê um país com a tradição cultural do seu é levado a fazer uma escolha que augura o pior dos cenários e também, em que medida essa escolha representa ou não uma continuidade do “ser alemão”.

Por fim, escolhemos como ensaio representativo da última fase do período histórico que culmina com o fim da II Grande Guerra, *Deutschland und die Deutschen*¹⁵. Trata-se de um discurso proferido perante o público americano, em que fala da Alemanha, da sua glória do passado, mas também da sua culpa presente, sem descurar a reflexão necessária ao significado do que é ser alemão. Mas não só. Fá-lo sem enjeitar responsabilidades, quer do seu país quer do seu povo. Nele, encontramos também um balanço genérico, de certa forma resumido, de muitas das ideias por si até aí defendidas.

Por fim, e a título conclusivo da presente dissertação, seguir-se-ão as respectivas notas finais, um espaço destinado à reflexão terminal, formulada a partir das premissas registadas nestes escritos da autoria de Thomas Mann. Um balanço necessário do avanço progressivo sofrido pelo seu pensamento, um espaço de equacionamento das afirmações e das dúvidas, mas também e acima

¹⁴ Em 1933, Thomas Mann inicia o seu exílio – um exílio vitalício – primeiro na Suíça, onde vive até 1938, data em que viaja para o exílio americano, aí permanecendo até 1952. Regressa nesse ano à Suíça onde vem a falecer em 1955. Depois do seu regresso dos Estados Unidos, o escritor só pontualmente visitará a Alemanha, não voltando aí a residir desde a sua partida em 1933.

¹⁵ *Deutschland und die Deutschen* é um discurso proferido pelo escritor, em 29 de maio de 1945, na *Library of Congress*, de Washington

de tudo das contradições em que o seu discurso incorre, pelas variadas práticas dissonantes e destoantes que o entrecruzam, sem esquecer o papel harmonizador conferido pelo omnipresente critério paradigmático da “Kultur”.

5. Metodologia

O conjunto dos sete ensaios é representativo de fases distintas de um período da história da Alemanha, cuja análise irá respeitar tópicos interpretativos transversais a todos eles. Por conseguinte, e para cada um individualmente considerado, iniciaremos a respectiva abordagem dando conta da sua génese, tendo como ponto de partida o período histórico em que surgiu, fazendo uma breve contextualização da sua origem. As principais ideias políticas espelhadas pelo escritor em cada um desses textos ocuparão a fase seguinte da nossa análise, devendo aqui termos presente a eventual mudança, ou não, de opinião do seu autor face à linha de pensamento anteriormente defendida. Passaremos de seguida a apresentar a argumentação utilizada por Thomas Mann para a defesa das suas posições políticas. Por último, a terminar esta análise apresentarei o meu comentário acerca do texto em questão, bem como um eventual olhar crítico que, da minha parte, o mesmo possa merecer.

A este período da história que o escritor acompanhou com um olhar atento, mas, ao mesmo tempo, crítico, identificámos quatro fases ou modos distintos do seu pensamento. Tratam-se, no fundo, de análises distintas que acompanham o desenrolar dos acontecimentos numa perspectiva de mudança e, ao mesmo tempo, de evolução do seu pensamento. A essa mudança e à sua razão de ser procuraremos encontrar, numa leitura crítica e assertiva, um sentido na argumentação tecida pelo seu autor, uma argumentação, que é importante não esquecer, sempre ela ancorada na cultura, mas com a intenção determinada de dar a conhecer o seu olhar quanto à situação política do seu país. Um olhar

caracterizado por uma notória evolução ideológica que passa de uma defesa radical da guerra ao apoio total ao novo regime, representado pela República de Weimar, sem nunca esquecer a análise do carácter alemão ou a explicação que dá acerca de germanidade do seu povo.

PARTE II

I

A I GRANDE GUERRA (1914-1918)

Gedanken im Krieg (1914)

1. *Gedanken im Krieg*: A paz que antecedeu a guerra

O período que antecedeu o início da I Grande Guerra caracterizou-se pela existência de uma relativa e aparente estabilidade política, económica e social. A Europa vivia então uma paz duradoura, embora não isenta de tensões e conflitos, de que a crise de Marrocos de 1911 ou a guerra nos Balcãs de 1912-1913 são um exemplo. No que respeita à Alemanha, uma jovem nação recentemente surgida na cena política europeia, tratava-se de ocupar, a par das grandes potências políticas do seu tempo, um lugar cimeiro de relevância, e com o destaque que acreditava merecer por direito próprio.

Os destinos políticos do país estavam entregues à dinastia reinante dos Hohenzollern representada, desde 1888, pelo *Kaiser* Guilherme II. O jovem imperador era descendente do rei-soldado Frederico, *o Grande* e neto do seu homónimo Guilherme I, em cujo reinado nascera a Alemanha. Guilherme II era por natureza inquieto e instável, não escondendo de ninguém a sua ambição de dominar o mundo. Reinou até 1918, ano em que foi obrigado a abdicar, após a derrota do seu país na I Grande Guerra. A definição do seu carácter – difícil e, por vezes, desconcertante - ajuda, em larga medida, a compreender (embora não de forma conclusiva), como e porquê o seu país não conseguiu manter as necessárias e importantes relações de amizade com outras grandes potências, como era o caso da vizinha França, da Grã-Bretanha ou mesmo com a longínqua Rússia, países que integravam a *Entente Cordiale*. Sem dúvida que a existência de uma tal estabilidade e cordialidade nas relações entre os vários países teria

ajudado a manter a tão necessária, e desejada paz, na Europa. É importante lembrar que à data do início do conflito, a Alemanha era uma grande potência terrestre, enquanto que a Grã-Bretanha era a maior potência marítima, cujos interesses se centravam sobretudo, nas colónias ultramarinas, pelo que uma parceria britânico-germânica teria feito todo o sentido para manter a estabilidade e a paz na Europa. Ora, tal não veio a acontecer, e nem mesmo as relações de parentesco¹⁶ existentes entre os dois países foram suficientes para evitar o pior dos cenários. Sendo um grande país no coração da Europa, mais forte militar e economicamente do que os seus vizinhos: a França, a Rússia e a Áustria-Hungria, a Alemanha pecava, no entanto, pela extrema sensibilidade à crítica externa e pela sua permanente preocupação de não ser levada suficientemente a sério. Recém-chegada ao grande palco da *Weltpolitik* como uma jovem potência, após a assinatura, em Paris, do Tratado de Versalhes (1871)¹⁷, o país não detinha o mesmo estatuto ou relevância política reconhecidos a outros países sendo, por isso, frequentemente olhada com desconfiança. Governada pela mão forte do chanceler Bismarck¹⁸ (até 1888), e pela personalidade volátil de Guilherme II, o país viveu as décadas entre 1871 e 1914 num clima de ameaça política que acabaria por o conduzir à guerra.

Não é fácil definir com rigor as razões concretas que levaram a Europa a acabar com a paz, na verdade, foram razões múltiplas e variadas, passíveis de diversas interpretações. No seu livro “A guerra que acabou com a paz”, a historiadora Margaret MacMillan reconstitui o caminho percorrido pela Europa

¹⁶ O *Kaiser* Guilherme II era descendente por via materna da rainha Vitória de Inglaterra.

¹⁷ O Tratado de Versalhes de 1871 colocou um ponto final na guerra franco-prussiana. Assinado a 26 de Fevereiro de 1871, seria mais tarde ratificado pelo Tratado de Frankfurt, que viria a acentuar o declínio francês aos olhos do restante continente, ao mesmo tempo que mostrava a força de um império alemão unificado.

¹⁸ Otto von Bismarck (1815-1898) ficou conhecido como o chanceler de ferro, foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX e o responsável pela criação do Segundo Império ou 2º Reich (1871-1918). Governou como primeiro-ministro do reino da Prússia entre 1862 e 1871, unificando a Alemanha depois de uma série de guerras, tornando-se o primeiro chanceler do Império alemão (1871-1890).

até chegar ao ano de 1914, recordando alguns dos pontos de viragem que admite possam ter estado na sua origem, é nesse sentido que afirma: “Um deles foi a decisão francesa de tentar estabelecer uma aliança defensiva com a Rússia...ou a decisão tomada pela Alemanha, nos finais da década de 1890, de iniciar uma competição naval com a Grã-Bretanha ou ainda, quando, em 1905-1906, a Alemanha tentou quebrar a nova *Entente Cordiale*, na primeira crise por causa de Marrocos.” (MacMillan, 2014: 15) Um clima de ressentimento e suspeitas entre alguns dos principais protagonistas da cena política da Europa de então, esteve na origem da tomada das (várias) decisões que conduziram ao conflito de 1914.

2. Origem e contexto

Mas, se é certo que a guerra se revelou uma inevitabilidade da época, também é verdade que as reacções a que deu origem nos diversos sectores da sociedade não se fizeram esperar. Um dos nomes mais destacados do seu tempo a reagir à fúria dos acontecimentos foi precisamente o do escritor alemão Thomas Mann. A sua condição de membro de uma burguesia em profunda crise, uma crise retratada de forma notável no seu romance *Buddenbrooks*, explica em boa parte a necessidade de manifestar publicamente um mal-estar causado pelo que identifica como uma séria ameaça à integridade da soberania do seu país. É neste contexto que, a 22 de agosto de 1914, inicia a escrita do seu primeiro “ensaio de guerra” cuja redacção terminaria a 12 de setembro e cuja publicação viria à luz na edição de novembro desse ano, da revista “Die neue Rundschau”¹⁹. *Gedanken im Krieg* é a narrativa crítica na primeira pessoa do tempo presente em que Mann nos dá a sua leitura acerca das principais linhas de força e relações tensionais que caracterizavam a nova realidade política que o seu país atravessa. É através da redacção deste texto que ficamos a conhecer as razões que o levam a apoiar o

¹⁹ Trata-se de uma revista literária fundada em 1890 pela editora S. Fischer, a editora de Thomas Mann. Existindo até hoje, é uma das mais antigas revistas culturais da Europa.

conflito, um conflito que assegura não desejar, mas que, no entanto, entende ser necessário e benéfico, a longo prazo, para o país.

Falar de guerra é, na acepção comum do termo, uma questão política, mas não para Thomas Mann, uma vez que os critérios em que alicerça a defesa do seu discurso não estão aí ancorados, mas antes na estranha associação que estabelece entre os conceitos de guerra e de cultura. Aparentemente, encontramos aqui uma desconcertante inversão de papéis, feita a partir do apelo lançado pelo escritor, da sua condição de artista, ao debate e intervenção políticos. A leitura que faz da realidade do momento é construída também a partir de um olhar lançado ao passado, um tempo em que revê semelhanças com o momento presente.

Mas se o verdadeiro motivo que leva Mann a escrever *Gedanken im Krieg* é na realidade a guerra, certa é também a sua convicção de se tratar de um verdadeiro dever ético, assumido em defesa do povo alemão. A questão inerente à origem da guerra é levantada pelo escritor com a seguinte interrogação: “Então a Alemanha procura a guerra? «Quis a guerra»? – Não, não quis.” (Mann, 2016: 47)²⁰. A contrariedade surge assim, como um elemento definidor do papel desempenhado pelo seu país neste conflito, um conflito indesejado, mas, paradoxalmente, também ansiado. A resposta às perguntas, por quem e porquê, é-nos dada, de forma fundamentada, pelo próprio escritor. A Alemanha, de facto, não quis a guerra, nem a procurou, ela impôs-se antes como uma necessidade de sentido duplo, para o escritor e para o povo. Embora represente para ambos um motivo de desconhecimento e de desinteresse geral, dada a natureza de que se reveste, Mann dedica, no entanto, de forma quase integral o conteúdo do seu texto à explicação das motivações que o levaram a si, enquanto artista e escritor à sua defesa como um imperativo que não podia recusar.

²⁰ Todas as citações doravante efectuadas foram retiradas da colectânea de textos, Thomas Mann, Um Percurso Político, da Primeira Guerra Mundial ao Exílio Americano, de 2016.

Mas sendo a arte e a política duas realidades humanas tão distintas e diferenciadas, Mann encarrega-se de dar de cada uma a sua própria definição. Logo no início do texto, estabelece como pilares estruturantes da sua exposição os conceitos de “Kultur” e de “Zivilization”, uma distinção que, é importante dizê-lo, tem um sentido oposto e, mesmo, “conflituante”. Trata-se, na verdade, de conceitos definidores e representativos das partes que, segundo Mann, se confrontam nesta guerra, por um lado a Alemanha e, por outro lado, os países seus inimigos, encabeçados pela vizinha França. É importante afirmar e perceber que estamos perante uma oposição conceptual com vicissitudes históricas e culturais, definidora, nos bons e nos maus momentos, da nação alemã, antes e depois do eclodir da I Grande Guerra. Prova disso mesmo nos é dada, anos mais tarde, pelo sociólogo Norbert Elias que, em 1939, publica a sua obra seminal *Über den Prozeß der Zivilisation*, onde afirma: “E a palavra que exprime, mais do que qualquer outra, o orgulho das próprias realizações e da própria existência alemã é, em primeira linha, a palavra...«Kultur».” (Elias, 1976: 2) Um conceito cujo sentido se encarrega de delimitar, nos seguintes termos:

[...] o conceito de „Kultur“ traduz a consciência que uma nação tem de si mesma, e que a obriga a questionar-se repetidas vezes:...”Qual é realmente a nossa identidade?”, a mesma que uma e outra vez foi obrigada a buscar e defender, quer política quer espiritualmente, as suas fronteiras. A orientação do conceito alemão de cultura, tendente à demarcação para realçar e enaltecer as diferenças entre grupos, corresponde a este processo histórico. (Elias, 1976: 4)²¹

A referência serve para que melhor possamos compreender a motivação determinante de Mann ao recorrer a uma oposição conceptual de natureza que, à primeira vista, poderia surgir como estranha ou mesmo, insólita ao leitor mais desavisado. É à luz deste raciocínio de antagonismo, de oposição e de conflitualidade que Mann irá cimentar o direito de defesa do seu país face ao

²¹ A tradução deste excerto da obra de Norbert Elias é da minha autoria.

inimigo. Defender a guerra utilizando para esse efeito uma argumentação de natureza artística e cultural é uma decisão consciente do seu autor, evitando deliberadamente e à partida, uma abordagem analítica a conceitos de conteúdo político, completamente estranhos ao seu texto e ao seu pensamento.

3. Entre “Kultur” e “Zivilisation”: a discussão do tema político

Ao reconhecer a possibilidade de que, para algumas pessoas, possa constituir, por vezes, objecto de confusão Thomas Mann afirma, no entanto, tratar-se não apenas de conceitos distintos, mas, acima de tudo, opostos, “Civilização e cultura não só não são uma e a mesma coisa, como até são opostos...” (p. 35). Mas não duvida ser o conceito de “Kultur” aquele que melhor caracteriza os alemães, definido como: “coesão, estilo, forma, atitude, gosto, uma certa organização do mundo” e que define, por oposição, a “Zivilisation”, a fiel representante da inimiga França, distinguida através dos conceitos de “razão, esclarecimento, suavização, decência, cepticismo, dissolução...”. (p. 35-36)

A esta discussão de antagonismos, vai o escritor recorrer ao longo do ensaio para justificar, tanto esta sua “aventura” pelo mundo da política, construída a partir de paralelismos, aparentemente conciliáveis, como o discurso defendido em *Gedanken im Krieg*, ao colocar lado a lado os conceitos de “arte” e de “guerra”. A sua justificação para tal procedimento surge formulada nos seguintes termos: “Com muita razão chamou-se à arte uma guerra, uma luta extenuante: mas ajusta-se-lhe ainda melhor a palavra alemã *Dienst* [serviço], e, na verdade, o serviço do artista está mais próximo do soldado do que do sacerdote.” (p. 38) Na sua condição de defensor convicto da guerra, Thomas Mann formula, neste ensaio, uma argumentação assente no paralelismo que estabelece entre os conceitos de “arte” e de “guerra”. O artista ao serviço da guerra, mas, acima de tudo, ao serviço dos valores e interesses que a mesma se

propõe defender. Para Mann, o artista, tal como o soldado, tem um papel determinado, tem uma missão definida que deve levar a cabo, não pela força das armas, mas, antes, pela força das palavras, da escrita, e que é, afinal de contas, a arma do artista.

A aparente dissensão reflexiva e conceptual aqui defendida é explicada pelo seu autor através do recurso a uma argumentação de natureza cultural que o define e onde, ao mesmo tempo, ancora a questão central do seu discurso: “o que é ser alemão?”. À necessidade de explicação da natureza do seu povo ou, se quisermos, da sua identidade cultural responde com a defesa da moralidade e da cultura como traços característicos da alma alemã. Uma dimensão metafísica oposta àquela em que dominam a razão e a política, traços definidores do povo e da cultura franceses.

Quanto aos poetas, categoria a que pertence, diz Mann: “...poetas...também nunca foram patrioteiros, nem «imperialistas», até porque raramente são políticos...Mas não sendo políticos, são sempre outra coisa: são moralistas”. (p. 39) Mas, se ser poeta é ser moralista e, se a moral é, na verdade, o traço definidor do seu perfil de poeta e de alemão, também é certo ser a política “...coisa da razão, da democracia e da civilização. A moral, porém, é coisa da cultura e da alma” (p. 39). Porém, explicar a entrada da Alemanha no conflito à luz do critério de identidade que define o povo alemão é seguramente bastante controverso e valerá a Mann uma forte contestação, colocando-o no centro da polémica, algo que afirma não temer, não o fazendo recuar na defesa da sua polémica argumentação, a mesma que definirá o seu discurso ao longo deste período.

4. O eclodir da guerra: “Die Krieg als Not”

A par do aparente paradoxo conceptual formado pelo confronto defendido por Mann entre “arte” e “guerra” vem agora associar-se um outro,

aquele que contrapõe a “vontade” à “necessidade” da guerra. A guerra, a que se refere como “a grande tempestade” (p. 40), como um acontecimento indesejado é, no entanto, uma certeza de veracidade irrefutável para o escritor. Mas se a Alemanha não queria a guerra então porque entrou nela? Mann fundamenta a sua explicação no “estado de necessidade” em que o país se encontra, “Estamos em perigo, em grande perigo. E saudamo-lo, pois é ele que nos eleva tão alto.” (p. 42) A falta de compreensão política alemã é a razão encontrada para explicar a surpresa causada pelo seu surgimento:

Não tínhamos acreditado na possibilidade da guerra, a nossa compreensão política não havia sido suficiente para reconhecer a necessidade da catástrofe europeia. Contudo, como seres morais, sim, nessa qualidade, tínhamos visto a calamidade chegar, mais ainda: de certo modo ansiávamos por ela; sentíramos no mais fundo do coração que o mundo, o nosso mundo, não podia continuar assim. (p. 39)

A guerra como uma necessidade, como um meio de libertação e de purificação, um sinal de esperança enorme de, finalmente, poderem derrotar o inimigo e o mundo que ele representava, um mundo abundante em “larvas” e em “parasitas do espírito”, um mundo anárquico, sem bússola e sem fé, que se havia tornado “execrável”. Mann não esconde o sentimento de total repúdio que esse mundo lhe provoca, encontrando na guerra a forma adequada a fazê-lo desaparecer, como purificação sim, tal como já dissemos, mas também, e acima de tudo, como uma reacção ética necessária à reposição da “robustez moral”, à “rectidão”, à “integridade” e à “compostura”.

5. Entre a moralidade e a guerra: a defesa da “Innerlichkeit” alemã

A guerra como provação e ameaça à integridade da Alemanha como grande potência europeia é agora e, mais uma vez, tema de discussão. Não era

esta a primeira vez que tal acontecia e Thomas Mann, num incontestado gesto de fidelidade ao passado, recorda as dificuldades sentidas por Frederico, o *Grande*²² quando, em plena Guerra dos Sete Anos²³, foi obrigado a fazer face aos seus inimigos, acabando por lhes impor uma amarga derrota. Hoje, e mais uma vez, a História voltaria a repetir-se ameaçando a soberania e integridade física do país. Uma ameaça perpetrada por uma coligação de países não muito divergente da de outrora, agora é a Europa do presente que, tal como a Europa do passado, se une no ódio, com o mesmo sentido de intolerância e a mesma intenção de destruição face à Alemanha, uma ameaça a que, no entanto, a Alemanha do presente, à semelhança da Prússia do passado, sem dúvida, soçobrará.

A forma reiterada e “estimada” com que Thomas Mann utiliza a palavra “Kultur” legitima totalmente uma apreciação mais profunda e detalhada deste conceito. É através das próprias palavras do escritor que, de forma mais satisfatória, podemos compreender o sentido e a amplitude da preferência que lhe dedica. A sua explicação surge formulada nos seguintes termos:

[Os alemães] sempre preferiram a palavra e o conceito de «cultura» – e porque será? Porque esta palavra tem um conteúdo puramente humano, enquanto na outra pressentimos um toque, uma reminiscência política que nos desengana, que nos surge, de facto, como importante e digna, mas não de primeira categoria; porque este povo, o que mais vive a sua interioridade, este povo da metafísica, da pedagogia e da música não é um povo político, é um povo que se orienta pela *moral*. (pp. 45-46)

Esta passagem ilustra claramente o sentido que dá à natureza do povo alemão, em que o conceito “Kultur” surge como central e oposto ao de política,

²² Frederico II, ou Frederico, o *Grande* (1712-1786), monarca da dinastia Hohenzollern, foi rei da Prússia a partir de 1772, sendo o mais representativo monarca do despotismo iluminado (ou absolutismo esclarecido). Com a vitória na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) elevou a Prússia à categoria de potência europeia, a par da França, Inglaterra, Rússia e Áustria. A esta figura maior da história alemã, Thomas Mann dedicou o seu longo ensaio *Friedrich und die große Koalition* (1915).

²³ A Guerra dos Sete Anos é a designação dada a uma série de conflitos internacionais ocorridos entre a França, Áustria e seus aliados, de um lado, e a Inglaterra, Portugal e o reino da Prússia, por outro.

mas surge acima de tudo como descritivo da natureza moral que caracteriza os alemães, um povo orientado para uma interioridade povoada pela metafísica, pela pedagogia e pela música.

E é nesta sua reconhecida falta de inclinação ou interesse político que Mann fundamenta o carácter verdadeiramente não-revolucionário do povo alemão. A Alemanha, ao contrário da França, não dirigiu nunca, ao longo da sua história uma revolução com as características e o sentido político que caracterizam a Revolução Francesa. Mas, a verdade é que também a Alemanha teve a sua revolução, uma revolução é certo distinta, quer no sentido quer na essência formativa que a definia, tanto pela condição como pela intenção dos seus criadores. A “revolução alemã”, diz Thomas Mann, ao contrário da Revolução Francesa, não foi política, o que não impede o reconhecimento do seu carácter revolucionário, numa perspectiva específica isso sim, mas, ainda assim, revolucionária. A cultura, a moralidade e a metafísica, enquanto traços especificamente definidores do povo alemão, são aqui e, mais uma vez, invocados pelo escritor para justificar como e porquê Martinho Lutero com a sua Reforma Protestante, concretizada através da “emancipação do indivíduo perante Deus”, e Kant com a sua “Crítica da Razão Pura”, podem ser vistos como verdadeiros revolucionários da “cultura alemã”. Como, cada um deles, com a sua obra, pode representar “uma subversão muito mais radical, do que a proclamação dos direitos do homem».” (p. 46) Mas se é verdade que, da mesma forma que a alma alemã alimenta uma profunda aversão ao ideal pacifista da civilização francesa, também é certo que a sua força guerreira nasce em virtude da sua moralidade pois essa força guerreira apelidada por Mann de “militarismo alemão”, é a forma e a manifestação da moralidade alemã, ou como o próprio afirma “, ela é guerreira por força da moralidade...” (p. 46)

Na sua analogia discursiva, Mann invoca ainda os nomes de Nietzsche e de Schiller como dignos representantes dessa tendência, aqueles que mais

contribuíram, e de forma mais significativa, para essa “apologia moral da guerra” (p. 47), uma afirmação comprovada pelo recurso à seguinte citação:

Pois o homem definha na paz,
Acalma ociosa mata a coragem.
A lei é amiga dos fracos,
Tudo quer no mesmo nível,
Sonha com um mundo plano,
Mas a guerra faz a força surgir,
Tudo eleva ao incomum,
Até no cobarde gera coragem.²⁴

Escrito num tom irónico e, por vezes, depreciativo, *Gedanken im Krieg* surge como a reacção de Thomas Mann aos acontecimentos e, em concreto, a quem o escritor considera ser o principal inimigo do seu país, a França. O registo acusatório e desafiador do ensaio começa por lembrar as diferenças inconciliáveis que separam os dois países e cujo fim só poderá ser atingido com a vitória alemã. A matriz cultural com a qual dá início, desde logo, à redacção do texto, não basta por si só para explicar o afastamento e a hostilidade que os separa, também o percurso histórico marcado, ao longo do tempo, por conflitos sangrentos não deixa de ser lembrado com grande amargura pelo escritor alemão. Imputando ao inimigo um militarismo descrito como vaidade e veleidade que mais não serviu do que para colocar a Alemanha “à beira da humilhação” (p. 47), recorda que nada mais o move do que o desejo de vingança alimentado ao longo do último meio século de história²⁵. Um desejo pouco merecedor de crédito ou confiança, pois face ao olhar crítico de Mann, a França surge como totalmente desprovida da capacidade necessária para impor ao seu país a tão desejada derrota. Derrotar a Alemanha tem, contudo, um sentido específico, não se tratando meramente de “aniquilar fisicamente” o inimigo. A esse respeito afirma ironicamente o escritor:

²⁴ Trata-se do excerto do drama de Friedrich Schiller (1759-1805), *Die Braut von Messina oder die feindlichen Brüder* (1803), 8ª cena do I Acto.

²⁵ Thomas Mann refere-se aqui à derrota imposta pela Alemanha à França na guerra franco-prussiana. A paz foi formalizada pela assinatura, a 26 de Fevereiro de 1871 do Tratado de Versalhes, um tratado preliminar que mais tarde viria a ser ratificado pelo Tratado de Frankfurt, a 10 de Maio do mesmo ano.

“O que se há-de fazer? Não nos querem deixar viver; mas quando, com alguma ênfase, insistimos no facto da nossa insistência, logo revelamos uma lamentável falta de galanteria” (p. 51). Mas mais do que a aniquilar, diz Mann que, à França – o povo da Revolução, como lhe chama - interessa sobretudo educar e democratizar a Alemanha numa tentativa de a subjugar pela força e pela imposição dos princípios pelos quais se rege – civilização, democracia, política – procurando assim reencontrar a força e a glória de tempos perdidos. Objectivos, cuja concretização, assegura, não conseguirá o país de Voltaire alcançar sem forjar alianças, preferencialmente com outros povos europeus, que, também eles, ambicionam a derrota alemã. Uma aliança de estados – formada, de acordo com a previsão de Mann, pela França, Inglaterra e Rússia – a que a Alemanha fará frente impondo a sua vitória, uma vitória que só a ela poderá pertencer, a única capaz de garantir a paz na Europa.

6. Concluindo...

É certo que a imprevisibilidade da guerra associada à falta de capacidade e de maturidade, política e democrática de grande parte da sociedade civil alemã dos primeiros anos do século XX, não ajudou à formação de opiniões políticas, nem criticamente pertinentes, nem necessariamente acertadas. Várias foram as vozes que se fizeram ouvir no apoio e na rejeição ao conflito, alguns deles de grande destaque como foi o caso do denominado “Manifesto dos 93”, nome por que ficou conhecida a proclamação de 4 de outubro de 1914. Tratou-se de uma verdadeira declaração pública de apoio à guerra subscrita por um grande número de figuras públicas da sociedade da época, em que se contavam intelectuais, professores, cientistas e músicos, mas que, no entanto, Thomas Mann não assinou. Embora acreditasse, e defendesse, desde o início, que a Alemanha deveria defender os seus interesses através do recurso às armas, o

escritor manteve a sua posição na esfera estritamente pessoal, confiada apenas às folhas brancas em que registou, sob a forma de ensaio, o seu pensamento político.

Outra questão é o recurso feito a uma fundamentação que, à primeira vista, em nada se coaduna com a natureza do tema em discussão. Discutível, por certo, mas não improvável, basta que para isso tenhamos em linha de conta a riqueza da história cultural alemã. Movimentos artísticos, tais como o Romantismo, princípios formativos, tais como o conceito de *Bildung* ou a *Humanität* – caracteristicamente alemã - com todas as suas vicissitudes estiveram, com toda a certeza, presentes na sua própria *Bildung*, a mesma a que não está disposto a renunciar, nem mesmo sob pena de uma dura humilhação e de uma pesada derrota a que, tal como sabemos, a Alemanha não veio a ser poupada. Mas por ingenuidade, desconhecimento ou, simplesmente, por perseverança, Thomas Mann prosseguirá a sua defesa na mesma linha argumentativa nos textos que se seguem.

Gedanken zum Krieg

1. O acreditar “necessário” na vitória

Contrariamente às expectativas alimentadas por Thomas Mann, e já presentes no ensaio anterior, um ano após o início do conflito que opunha as maiores potências políticas da época, a situação ainda não apresentava quaisquer sinais de abrandamento ou mesmo o desfecho definitivo que, no entender do escritor, se traduziria na vitória certa da Alemanha. É a partir desse olhar que, a 1 de agosto de 1915, surge publicada no *Frankfurter Zeitung*²⁶ uma reflexão que, embora bastante mais reduzida do que a anteriormente analisada, não deixa de reforçar, em certa medida, a linha de pensamento que já aí o escritor apresentara.

²⁶ A sua primeira publicação em livro surgirá apenas em 1974, em “Gesammelte Werke in dreizehn Bänden” (Band 13), na editora de Thomas Mann, a S. Fischer Verlag.

Em *Gedanken zum Krieg*, Thomas Mann defende com a mesma convicção a legitimidade das pretensões do seu país face à ofensiva inimiga representada, em primeira linha, pelas tropas aliadas. A continuidade da guerra, ainda que em condições nada favoráveis para o seu país, não impedia a defesa intransigente de Mann da sua posição - polémica e conservadora - de que a Alemanha estava cercada e isolada, vítima de uma política orquestrada pelas grandes potências da época, cujo único objectivo era a sua destruição. Testemunho claro da sua convicção nos dá conta o escritor na seguinte passagem do seu texto: “O que o mundo pensava de nós graças a uma agitação louca, bem como a convicção indecente da opinião pública europeia de que a Alemanha era para *exterminar*...” (p. 58). A leitura fatalista e a permanente determinação de vitimar a Alemanha, de a reconhecer como alvo do ódio e da hostilidade de todos que a cercavam continua a ser sustentada, neste ensaio, sem que nos demos conta de quaisquer sinais de mudança relativamente ao pensamento anteriormente defendido.

Mas se olhar a Alemanha como vítima do ódio, da raiva e do desprezo do mundo inteiro foi a leitura possível a fazer por parte do escritor, a sua visão e conhecimento da realidade vivida, das causas que lhe deram origem não parecem ter sofrido qualquer mudança, tal como nos permite deduzir a seguinte passagem: “Nunca antes houve esta imagem de um povo que parecia destinado a soçobrar e a desaparecer sob o ódio, a raiva e o desprezo do mundo inteiro...” (p. 58) Tão pouco as adversidades vividas pela Alemanha - um facto inédito e único, nunca antes verificado - passam despercebidas ao escritor, algo inimaginável, nunca antes infligido a nenhum outro povo na História, uma conclusão de que o escritor nos dá conta na seguinte afirmação: “Pois foi muito mais do que alguma vez se poderia esperar de um povo.” (p. 58) Contudo e, apesar das recorrentes adversidades e das repetidas “provações” impostas ao povo alemão, Mann parece seguro quanto ao alcançar da vitória, “...verifica-se que a Alemanha venceu do ponto de vista espiritual, ainda antes da decisão das

armas;” (p. 57) Uma vitória certa, alcançada mesmo “antes do silenciar das armas”.

A afirmação da supremacia do “militarismo alemão” sobre a “civilização francesa” ou mesmo sobre o “liberalismo de Manchester”²⁷ justifica a sua crença de que nenhum inimigo da Alemanha a poderá subjugar ou destruir. E vai mais longe, ao afirmar a certeza de que a ambição dos seus inimigos mais não é do que seguir, “O exemplo alemão!”, “Temos de imitar a Alemanha!” (p. 57). O seu desejo de vitória aliado, por certo, a uma notória falta de habilidade política levou-o, doze meses após o início do conflito, a acreditar não só na supremacia do seu país face ao inimigo, como também a afirmar, com uma certeza desconcertante, a vontade alheia de seguir o exemplo alemão, uma convicção, por certo, tão improvável como irreal.

Apesar de tudo, é compreensível a postura defensiva do seu país face ao que chama “a vontade dos velhos impérios” (como chama aos seus adversários), tanto mais se tivermos em conta que considerava a Alemanha “...a potência europeia mais moderna e com uma missão histórica...”, (p. 58) um país com uma tradição e desígnios históricos únicos, inigualáveis, baseados numa natureza eminentemente espiritual, contemplativa e moralista. Aqui, e mais uma vez, tal como já acontecera em *Gedanken im Krieg*, Mann volta a reafirmar o distanciamento da nação alemã face a interesses de natureza política: “...um povo que, por natureza, não se orienta nunca em função do poder político, mas pela moral, um povo filisófico...”. (p. 59) Não sendo, portanto, um povo que se oriente em função do poder político e tendo sido, por força das circunstâncias, obrigado a entrar na guerra como “soldados” incumbidos de lutar para defender “a sua moral”, o povo alemão assumiu, à partida, o compromisso de a vencer,

²⁷ O liberalismo de Manchester ou Escola de Manchester foi uma corrente política surgida na Grã-Bretanha no século XIX, defendia uma forma extrema de liberalismo económico, sem qualquer intervenção do Estado na vida económica.

“Temos de vencer!”. (p. 58) Um compromisso presente, mas também histórico, proferido, noutros tempos, e noutras circunstâncias, por Frederico, rei da Prússia, num cenário em que a ameaça do inimigo sobre o povo alemão era, em grande medida, comparável à realidade do momento presente.

No entanto, para Thomas Mann, o lema alemão da guerra tinha um duplo sentido. Se, por um lado, significava que a vitória era inevitável, não menos certa era a necessidade da sua verificação: “A nossa vitória é da ordem da mais radical necessidade, pois não se imagina o que poderia acontecer se *não* vencêssemos!” (p. 58). Uma necessidade consciente e imperativa, por si afirmada, claramente demonstrativa da consciência lúcida e real que tinha da gravidade da situação, pois, a par da sua confiança inabalável na vitória, nutre, ao mesmo tempo, um receio fundado, resultante do perigo em que o seu país incorreria em caso de derrota.

Pese embora a sua reduzida extensão, *Gedanken zum Krieg* não deixa, ainda assim, de surgir como uma confissão relativamente ao desenrolar dos acontecimentos e ao futuro da Alemanha. Se é verdade que Thomas Mann exprime, nesta primeira fase da guerra, um optimismo genuíno, também é certo estar verdadeiramente consciente das ameaças reais que pairam sobre o seu país, fazendo perigar a sua integridade e independência como nação soberana.

É bem visível, neste segundo texto, a multiplicidade de diferenças que encontramos comparativamente à escrita do seu ensaio anterior, *Gedanken im Krieg*. Fiel à mesma linha argumentativa, *Gedanken zum Krieg* vai, no entanto, limitar-se a meras referências feitas de forma bastante superficial, de algumas das principais ideias do texto anterior. A argumentação abundante utilizada pelo escritor no primeiro ensaio, o tom inflamado e por vezes agressivo a que recorre para afirmar a sua posição protestatória face ao que entende ser uma tentativa de aniquilamento do seu país, sofre aqui uma alteração bastante significativa, quer no que respeita à sua forma, quer no que toca ao seu conteúdo. A sua condição

social já não lhe conferia, naquele tempo dominado pela existência de enormes adversidades, nenhum tipo de imunidade, social ou financeira, pois as dificuldades económicas agravavam-se com o avançar da guerra, impondo uma crescente diminuição das rações, obrigando mesmo a mulher Katia a medidas extremas para garantir a subsistência da família, "...corria os mercados em busca de ovos, leite ou algum frango para «atesourar». Quanto mais longa fosse a guerra, maior seria a escassez de alimentos" (p. 50), relembra o filho Klaus Mann. Num relato dramático que desses anos nos dá conta com grande número de detalhes, o filho mais velho do escritor lembra: " Seria um exagero dizer que morríamos à fome, mas a verdade é que estávamos sempre com fome. [...] comida, roupas, sapatos, carvão, sabão, papel de carta, tudo o que mais necessitávamos escasseava." (Mann, 1963: 52) A descrição da vida quotidiana daquela época é bastante ilustrativa da situação de extrema dificuldade em que a família vivia.

É nítida a diferença existente entre o sentido dos dois registos, o de Thomas e o de Klaus Mann, o primeiro claramente idealista, por oposição ao segundo, atento, e consciente das dificuldades reais da época, dificuldades a que nem a casa paterna era poupada. Fácil é pois verificar que na mente de Thomas Mann reinava uma enorme confusão e angústia, um misto de desespero e raiva, sentimentos de cuja presença nos podemos dar conta logo no início do texto, com a seguinte afirmação: "Passado um ano, verifica-se que a Alemanha venceu do ponto de vista espiritual, ainda antes da decisão das armas; que os seus inimigos se sentem desarmados quanto a ideias, antes de o estarem fisicamente" (p. 57). Afirmar que uma guerra está ganha do ponto de vista espiritual reflete um enorme sentido de desorientação e medo face, quer à ameaça real do presente, quer à imprevisibilidade do futuro que ambas deixam antever. Na realidade, o escritor não tinha motivos fundados para se sentir de outra forma. Para Mann, a Alemanha, embora detentora de uma das forças militares mais importantes da

época, não deixa, ainda assim, de estar isolada e cercada de “inimigos”, também eles em posse de tropas fortes e bem preparadas, cuja união poderia, sem grande dificuldade, levar à derrota o regime liderado pelo *Kaiser* alemão. Pese embora a sua confessa falta de sentido político, em 1915, Thomas Mann sabia com toda a clareza que uma ameaça desse tipo poderia facilmente concretizar-se, infligindo ao seu país uma derrota tão rápida quanto humilhante, com a qual nunca contara. Aqui, o tom sobranceiro e irónico recorrentemente utilizado em *Gedanken im Krieg* revela-se pela sua ausência, a argumentação de Mann, sempre assente na oposição, que insiste em afirmar, entre a “cultura alemã” e a “civilização francesa” também, aqui, não tem lugar, a permanente referência histórica a Frederico, o Grande e às famosas batalhas por si travadas que lhe trouxeram a glória, a si e ao reino da Prússia, mal é, aqui, invocada. Ao discurso extenso e inflamado antes usado, segue-se agora uma alocução breve, apagada, escrita sem a convicção da crença nas próprias palavras, ainda que receosamente confiante na vitória que, sem fundamentos, julga poder ainda surgir.

O propósito que terá levado Thomas Mann a escrever este ensaio é totalmente desconhecido, dada a completa ausência de bibliografia secundária, necessária a uma conclusão mais precisa e fundamentada da sua existência, pois nem mesmo a sua editora – S. Fischer Verlag –, no posfácio à edição consultada, lhe faz qualquer menção. Tudo o que sobre ele pode ser dito é unicamente baseado na interpretação estrita das palavras do seu autor e inserido no contexto temporal em que surgiu, tendo em especial atenção não apenas aquilo que o antecedeu, como também o que se lhe seguiu. Apresentarmos como razão válida para a sua escolha, e respectiva análise, o empenho de Thomas Mann em reafirmar o apoio dispensado à política praticada pelo *Reich* alemão, é um motivo tão legítimo quanto o é dizermos que, devido ao seu reconhecido desconhecimento do tema, não lhe foi possível uma análise nem mais lúcida nem mais informada acerca do mesmo. Na verdade, várias são as razões que aqui

poderíamos invocar. Seja como for, uma coisa é certa, Thomas Mann não parecia disposto a reavaliar a (im)pertinente situação dos acontecimentos, nem a deixar passar a oportunidade de fazer ouvir a sua voz, pois, ainda que aparentemente pareça ter surgido de uma motivação menos determinada por parte do escritor, o que se lhe segue vai ser a prova viva de que essa não era de facto a sua intenção.

2. Concluindo...

Começámos por reiterar a ideia fundadora deste ensaio: *Gedanken zum Krieg* filia-se na mesma linha de pensamento defendida no ensaio anterior e que o escritor manterá durante o período da I Grande Guerra. Ao longo do segundo ano do conflito verificamos que nem as circunstâncias reais se alteraram substancialmente a favor do *Reich* alemão, nem mesmo a posição ideológica de Mann face à mesma. A matriz cultural, adoptada com ânimo pelo escritor para justificar a sua posição de defesa de um conservadorismo em profunda crise e em provável situação de ruptura, parece servir-lhe como suficiente e razoável, mantendo-se fiel a ela como se de um cânone indiscutível se tratasse. Coagido pela força das circunstâncias – a Alemanha continuava a acumular derrotas – ou vítima de um estado de negação das evidências claras de derrota infligidas ao seu país e que insistia em defender, Mann não está disposto a alterar a sua visão dos factos, permanecendo defensor de uma posição para a qual, pelo menos neste texto, não encontra nem mais nem melhores argumentos do que aqueles que já antes apresentara.

O completo isolamento da Alemanha na cena política europeia só pode ser comparado ao isolamento que as ideias políticas de Thomas Mann lhe valeram na sociedade alemã de então. Alegar, numa perspectiva exclusivista, uma “especificidade alemã” única, assente numa tradição cultural que embora verdadeira e legítima, não serve, no entanto, para justificar nem defender causas

de natureza exclusivamente política não nos parece ser nem válido nem defensável. A persistência da mesma argumentação, o acreditar na Alemanha como modelo e, acima de tudo, olhá-la como uma vencedora “meramente imaginária” naquela guerra, não constituem razões que possam conferir a um escritor, com o estatuto respeitável que a sua já publicada obra literária lhe granjeara no continente europeu, nem a seriedade nem a legitimidade que de forma tão lacrimosa “vocifera” neste texto político.

Reclamar a justiça de uma vitória, argumentando para esse efeito a natureza da sua germanidade, da tradição histórica do seu país, das lutas e vitórias de líderes passados, numa certeza que só ao próprio Thomas Mann assiste, a da vitória da Alemanha, não parece nem pertinente, nem convincente, à defesa de uma causa já então perdida e que o tempo se encarregaria de confirmar como, de facto, estava enganado.

Betrachtungen eines Unpolitischen: a visão do escritor “apolítico”

1. Considerações biográficas:

Se existe, na obra “política” de Thomas Mann, uma ideia que, de forma omnipresente e transversal, a define e caracteriza, ela é a de que o povo alemão não se orienta nunca pelo poder político, uma afirmação definidora, afinal, do que é “ser alemão” ou, melhor dizendo, do que não é “ser alemão”. A afirmação não é retórica, em especial, para o meio social e político da época, sobretudo após a publicação do mais extenso e polémico texto de natureza política do escritor: *Betrachtungen eines Unpolitischen*. Testemunho inequívoco da incursão do artista no “desconhecido” mundo da política, trata-se, na verdade, de uma obra peculiar pela sua imperfeição e “circularidade argumentativa” possuidora de um conteúdo difícil, contraditório e nem sempre bem conseguido, mas que, ao mesmo tempo, acaba por a tornar apaixonante e desafiante para o leitor,

chegando mesmo a converter alguns dos sintomas de que padece em momentos de prazer, e os seus erros em “verdadeiros acontecimentos estéticos”.

Trata-se de um texto em que podemos identificar diversos sinais de fraqueza ou debilidade ideológica, comprovativos da difícil etapa de abatimento e extrema irritabilidade na vida do escritor, circunstâncias que foram, muito provavelmente, as mais adversas e complicadas da sua vida, porventura, nem mesmo comparáveis às vividas no período do exílio – suíço e americano - que, anos mais tarde, se lhe seguiria. Desse estado de espírito nos dá conta o próprio, ao escrever no prólogo desta obra: “São – as *Betrachtungen eines Unpolitischen* – o resultado de uma certa irritabilidade indiscreta contra tendências intelectuais da época...”. (Mann, 2012: 32)²⁸

Iniciada, em outubro de 1915, a redacção de *Betrachtungen eines Unpolitischen* estendeu-se, com uma lentidão que poderíamos descrever como dolorosa (não apenas pela sua extensão, como também pela argumentação apresentada), até março de 1918.

Surgido numa época historicamente conturbada, é pertinente recordar que Thomas Mann inicia a escrita do texto como súbdito do Império prussiano, um império determinado a vencer militar e industrialmente as grandes potências ocidentais, e acaba por vê-lo publicado como cidadão de uma nação derrotada e humilhada, após a assinatura, em novembro de 1918, do Armistício de Compiègne²⁹ e governada, a partir de então, pelo recém-implantado regime republicano.

²⁸ Todas as citações efectuadas na análise a este texto foram retiradas do volume “*Betrachtungen eines Unpolitischen*”, da autoria de Thomas Mann, da edição de 2012. Todas as traduções feitas a partir desta obra são da minha autoria.

²⁹ Foi o Tratado assinado em 11 de novembro de 1918 entre os aliados e a derrotada Alemanha, após a Segunda Batalha do Marne, dentro de um vagão-restaurante, na floresta de Compiègne. Teve, por objectivo, pôr fim às hostilidades na frente ocidental da Primeira Guerra Mundial. Os seus principais signatários foram o Marechal Ferdinand Foch, comandante-em-chefe das forças

Mas o que terá levado, de facto, Mann a colocar de parte a escrita do seu romance *Der Zauberberg* para se dedicar a escrever uma obra tão polémica e controversa quanto esta? Uma obra que qualifica como “Obra de artista, escrito de artista” e que garante: “Em última instância, a própria existência deste livro advoga a favor da seriedade das minhas intenções” (p. 34). Podemos, antes de mais, atender às razões que o próprio escritor invoca para justificar a sua decisão e que, sem surpresa, apresenta alicerçadas nos mesmo motivos de ordem cultural e pessoal que, anteriormente, já invocara: “Elas são a prova circunstancial de uma problemática, o testemunho de um conflito e de um dilema pessoal interno.” (p. 61) Contudo, uma análise objectiva e atenta permite identificar um outro conjunto de razões, mais concreto e diferenciado. Uma delas é abertamente “denunciada” pela mulher do escritor que, numa série de entrevistas publicadas sob o título *Meine ungeschriebenen Memoiren*, aponta o ensaio do cunhado, Heinrich Mann, como um motivo detonante do polémico livro do seu marido.

Zola é o artigo escrito por Heinrich publicado, em Novembro de 1915, na revista de inspiração expressionista *Die Weissen Blätter*, editada em Zurique durante os anos da guerra pelo escritor alsaciano René Schickele, na qual o irmão mais velho de Thomas Mann homenageia a figura de Émile Zola³⁰, a quem se refere como “génio consciente da democracia”, e símbolo do europeísmo. A verdade é que a Heinrich interessava estabelecer um paralelismo histórico entre a República francesa do presidente Faure³¹, acusada no artigo de Émile Zola de “falsificações racistas” e a monarquia alemã encabeçada por Guilherme II, defendendo que esta última necessitava urgentemente do seu *Zola* alemão, como meio de denúncia de todas as exaltações belicistas de um império em decadência.

da Tríplice Entente e, Matthias Erzberger, representante alemão. À assinatura do armistício seguiu-se a assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, a 28 de Junho de 1919.

³⁰ Émile Zola (1840-1902) foi o autor do artigo *J'accuse* redigido a propósito do caso Dreyfus e publicado no jornal *L'Aurore*, a 13 de Janeiro de 1898.

³¹ Félix Faure (1841-1899) foi presidente da República francesa de 1895 até 1899.

Embora seja muito provável que Thomas Mann já conhecesse o ensaio escrito pelo irmão, a verdade é que o exemplar de *Die Weissen Blätter* só chegou às suas mãos em meados de janeiro de 1916. Não é, pois, difícil adivinhar os danos que a sua publicação tenha provocado na relação entre ambos, uma relação onde, há já algum tempo, se reconheciam profundas diferenças ideológicas e políticas que os separavam. A falta de identidade e sentido de orientação política é confessada, na primeira pessoa, pelo próprio Thomas Mann, em carta dirigida a Heinrich, a 8 de Novembro de 1913, na qual confessa: "...a minha incapacidade de orientação política e espiritual, tal como tu foste capaz." (Mann, 2005: 166) Um período nitidamente caracterizado por um profundo desânimo e pessimismo de que o escritor padecia, bem ilustrado pelo conceito de *Verfall*, já presente no seu célebre romance *Buddenbrooks*, um sentimento a que, por certo, a leitura de Schopenhauer não era estranho. Uma tal vocação e apetência pela decadência constituíam reconhecidamente para Mann um sério impedimento ao necessário e importante interesse que o progresso lhe deveria merecer. É à luz desse estado de espírito da época que, na mesma carta, confessa ao irmão: "...mein ganzes Interesse galt immer dem Verfall, und das ist es wohl eigentlich, was mich hindert, mich für Fortschritt zu interessieren." Uma falta de interesse pela vida, descrita pelo próprio como "...uma simpatia crescente com a morte, algo que me é profundamente inacto...", associada a um profundo juízo crítico dirigido, sem tréguas, à sua obra através do qual, e de forma abreviada, qualifica *Buddenbrooks* como "um livro *bourgeois* sem qualquer outro significado para o século XX", *Tonio Kröger* como "lacrimoso", *Königliche Hoheit* de „fútil" e *Der Tod in Venedig* como „atrevido e mal formado...", não refletiam, na verdade, um estado de espírito de grande objectividade, clareza e lucidez por certo necessários à interpretação clara e objectiva que a importância e a natureza do tema reclamavam. Tratava-se, na verdade, de um estado de espírito dominante em toda a sociedade, tal como Manfred Görtemaker nos dá conta na seguinte passagem:

“No entanto, essa época representou ao mesmo tempo o início de uma profunda crise em que a velha Europa entrou em colapso, e em que a crença na razão e no progresso científico que determinaram o pensamento desde o Iluminismo se desvaneceram. Em especial, entre os artistas e intelectuais propagou-se um pessimismo cultural ... ”(Görtemaker, 2005: 14)³²

Não é possível afirmar que o estado de espírito dominante (nem mesmo no período que antecedeu o início da guerra) fosse, na verdade, animador, pois nem a tão desejada unificação da nação alemã, finalmente consagrada pelo Tratado de Versalhes de 1871, nem mesmo a Exposição Universal de Paris de 1889 tiveram a capacidade de devolver ao país a esperança e o optimismo necessários à concretização plena da paz e estabilidade nacional.

Este interlúdio descritivo do estado de espírito vivido por Thomas Mann tem o propósito determinado de dar uma ideia aproximada de como e porquê iniciou, nos meses finais de 1915, a redacção de um texto tão complexo e controvertido como este. Uma decisão difícil e penalizadora que deixou “órfã” a sua mesa de trabalho literário, mas que, segundo as suas próprias palavras, não poderia ter sido outra. Uma decisão tomada por força dos acontecimentos que afectaram tantas vidas, afastando todos e cada um, durante muitos anos, do seu ofício e ocupação: a guerra. A explicação pessoal do escritor acerca dos motivos que o levaram a dedicar-se à escrita de um tema como a guerra é-nos dada pelo próprio Thomas Mann no prólogo das *Betrachtungen*, de cuja redacção se encarregou apenas no final da escrita das mesmas. Trata-se, no entanto, de uma leitura subjectiva, deficitária de uma interpretação complementar, mais informada e aturada da realidade, pois, na verdade, embora o seu autor, certamente que de forma deliberada, não faça qualquer menção nem ao artigo do

³² A tradução do texto é da minha autoria.

seu irmão mais velho, nem sequer ao do escritor francês Romain Rolland, a verdade é que haviam ambos, com distintas publicações, provocado a ira de Mann.

A eclosão da I Guerra Mundial deu origem a tomadas de posição distintas por parte de nomes conhecidos do mundo literário e artístico de então e que, na sua maioria, acompanharam com matizes diversas o patriotismo que rodeou o início do conflito. No caso em apreço, duas das figuras mais representativas do mundo literário europeu daquela época vieram manifestar publicamente, sob a forma de ensaios, as respectivas tomadas de posição que, com o devido rigor, devem ser entendidas como opostas: Thomas Mann e Romain Rolland. Por um lado, o escritor alemão, assumido como um germanófilo veemente, acérrimo defensor da guerra e da “revolução conservadora” alemã, a qual anos mais tarde vem a ser responsável pelo triunfo do nacional-socialismo em território alemão, e por outro lado, Romain Rolland, conhecido no seu país natal (e não só) pela rejeição radical da guerra, uma oposição manifestada desde o início do conflito, surge também como defensor de um espiritualismo humanista que mais tarde o acompanharia na sua luta antifascista. Consciente da forte tensão entre os dois países e da crescente ameaça bélica que sobre ambos pairava, Rolland receava que essa rivalidade franco-alemã pudesse vir a ter um mau final, prevendo, de forma premonitória, que o único futuro possível para a Europa passaria pelo inevitável entendimento entre ambos os países.

Recuperando o início da história (da guerra), em agosto de 1914, distinguimos, por um lado, uma esmagadora maioria de intelectuais franceses e alemães apoiantes entusiásticos e patrióticos do conflito, enquanto que, em sua oposição, outros encontramos remetidos a um silêncio doloroso, que não tardaram a quebrar. É bem conhecida, por exemplo, a posição do escritor austríaco Stefan Zweig que, na sua obra autobiográfica *Die Welt von Gestern*, exprime um profundo desgosto e uma angustiada apreensão perante o início do

conflito. Contudo, foi Romain Rolland que, em França, se destacou como a figura de maior relevância dessa oposição e, como testemunho dos sentimentos que o dominam, escreve, a 3-4 de agosto de 1914, no seu diário: “Estou devastado. Gostaria de estar morto. É horrível viver no meio desta humanidade demente e assistir, impotente, ao colapso da civilização. Esta guerra europeia é, desde há séculos, a maior catástrofe da história, é a ruína das nossas mais sagradas esperanças na fraternidade humana.”³³ Plenamente consciente do seu isolamento face à maioria predominante, dentro e fora do seu país, escreve uns dias mais tarde: “Estou só, excluído desta comunhão sangrenta. Sózinho...é como me sinto, tal como no Caso Dreyfus, isolado do resto dos homens.” (Rolland, s.d.: 32) As palavras do escritor francês são o testemunho vivo do seu medo, da sua angústia e da forte apreensão sentidos perante a iminência da catástrofe que uma guerra inevitavelmente representa.

Mann não deixa escapar a oportunidade criada pela publicação do artigo do escritor francês para reforçar a sua já afirmada oposição, quer à França, quer aos ideais por esta defendidos. E é, justamente, essa oposição que o leva neste seu longo e polémico ensaio - *Betrachtungen eines Unpolitischen* – a criar a nomeação pela qual passa a designar os defensores dessa mesma civilização: os *Zivilisationsliteraten*. Os mesmos que defendem a vida em detrimento do espírito, a política e a democracia em detrimento da moral, em suma os que defendem a França e os seus valores num antagonismo histórico que remonta a Rousseau e que, desde então, persiste na existência de uma hostilidade aberta e conflituosa com a *sua* Alemanha.

2. *Betrachtungen eines Unpolitischen*: a estrutura

Estruturalmente composto por doze capítulos, *Betrachtungen eines Unpolitischen* representa, ao longo das cerca de seiscentas páginas que o

³³ A tradução das citações de Romain Rolland são da minha autoria.

compõem, o pensamento “político” do escritor, um apologista da moral do seu tempo, um artista e um pensador que, no entanto, não se negou, ao contrário de muitos dos seus contemporâneos, a comentar e a defender um tema que, certamente, não considerava como adequado para os “aristocratas do espírito”, como era o seu caso. Um discurso, logo no seu início, denominado *Protest*, que mais não é do que o protesto pessoal do escritor contra um estado de coisas e de pessoas feito num estilo a que talvez possamos, fazendo precisamente uso do primeiro adjectivo por si utilizado neste capítulo, apelidar de “doente” (p. 62), mas que na sua condição de escritor, de burguês e de alemão sentiu como um dever e uma necessidade.

Mas chamar *Protest* ao capítulo inicial deste extenso volume pode ser visto, não apenas como definidor de uma intenção de escrita, mas também como provocatório e desafiante, pois embora não sendo um conhecedor da questão política tal facto não o inibe de se “lançar” numa defesa laudatória em prol dos princípios definidores da história do seu país. E é com essa intenção que dá seguimento ao seu discurso com *Das unliterarische Land*, uma evocação deliberada à Alemanha, um país com um povo “não literário”, o mesmo a que Dostoievsky designa de “...um grande povo, orgulhoso e especial...” (p. 69), atributos definidores da sua condição de unicidade, e que, ao mesmo tempo, também lhe outorgam o estatuto singular, por si chamado de “a solidão alemã entre o Oriente e o Ocidente.” (p. 69) Como já vimos, não era a primeira vez que Thomas Mann reconhecia ao seu país este estatuto de “solidão” e isolamento, imposto, por certo, pela singularidade que, à partida, o definia face às restantes nações vizinhas e a que historicamente estava votado por força do ódio que estas lhe dirigiam. Um sentimento formador de dois mundos totalmente distintos e opostos, o mundo do “espírito alemão” e o do “literário francês”, o mesmo a que, inicialmente, havia designado como “civilização”, pontualizando contudo “ – civilização e literatura são uma e a mesma coisa...” (p. 71), afirmando em seguida, “ O

Ocidente Romano é literário: o que o separa do germânico - ou mais precisamente - do mundo alemão, que, seja como for, não é de modo algum literário.” (p. 71) Mas esta tentativa de supremacia do “mundo civilizacional francês” face ao “mundo moralista alemão”, por si também designada de *Imperialismus der Zivilisation*, mais não é do que uma forma acabada da ideia romana de unificação, a mesma a que outrora Lutero se opusera e à qual também ele agora se opõe sob a forma de protesto.

Respeitando uma ordem sequencial da exposição do seu pensamento, Thomas Mann dedica o próximo capítulo deste conjunto de ensaios à outra “parte” do conflito, a parte geradora da polémica e, como tal, também do seu protesto: a França. Intitulado *Der Zivilisationsliterat* a sua existência justifica-se pela natureza controversa surgida a partir da ofensiva francesa contra a *Einlichkeit* e *Geschlossenheit* espiritual alemã, características que, na sua essência, remetem para a questão de fundo orientadora do pensamento e da crítica a que, em matéria política, Mann aqui se propõe: o sentido do “ser alemão”. É à luz desse preceito que afirma, nas primeiras páginas deste capítulo: “ O termo «alemão» é um abismo sem fundo e devemos ser cautelosos quanto à decisão de negar o seu sentido, para evitar quaisquer danos».” (p. 75). Trata-se, na verdade, de uma definição delimitadora da sua condição germanista, uma condição que é, ao mesmo tempo, um requisito do mesmo isolamento ostracizado de que o escritor já se havia queixado, imposto pelo chamado patriotismo da vizinha França. Reconhece Thomas Mann a dificuldade e a ambiguidade de se ser alemão, uma problemática nacional que não só a opõe e isola no cenário político europeu, como também representa uma ameaça à sua própria existência.

Mas a esta guerra, Mann volta a comparar o chamado *affaire* Dreyfus como símbolo do sentido da injustiça francesa e a que, também, o seu irmão recorrera numa acção por si olhada como pessoal e deliberadamente hostil. Dois olhares representativos das duas perspectivas distintas de encarar e enfrentar a guerra

da qual o escritor não duvida em afirmar que, da parte da França, a politização e democratização são, em última instância, o principal e verdadeiro objectivo. Uma verdadeira “revolução democrática” levada a cabo contra a unidade alemã, uma guerra em que “a verdade e a justiça”, enquanto máximas reguladoras da Revolução Francesa ameaçam desafiar e destruir o espírito alemão, uma ofensiva democrática levada a cabo pelas “tropas da civilização” nas ruas de Berlim, conclui ironicamente Mann. Uma pretensão, no seu entender, de levar a cabo um processo de *Demokratisierung* e, ao mesmo tempo, de *desgermanizar a Alemanha*, algo que, acredita, não acontecerá: “Ah, isso não acontecerá” (p. 81). Quando escreve estas palavras, Thomas Mann acredita convictamente que a democracia não irá nunca governar o país e, conseqüentemente, a democratização não moldará jamais os destinos do povo alemão.

Podemos afirmar que, nestes primeiros três capítulos assenta todo o edifício temático e argumentativo de Thomas Mann acerca da guerra. A sua defesa como único meio para salvaguardar a integridade da moral alemã contra a investida de uma França determinada a aniquilá-la no que de mais específico e característico a define, a sua cultura.

3. Considerações políticas

Convictamente afirmada, a falta de identidade, de orientação e de sentido político não impede o escritor de dedicar ao tema um extenso capítulo, intitulado precisamente *Politik*. A decisão, não apenas de o escrever, mas sobretudo de assim o nomear é pertinente e totalmente acertada pois, na verdade, nem outra coisa se compreenderia num trabalho com o sentido e a natureza conferida a este ensaio. Considerá-lo como o epicentro deste trabalho é justo e acertado, pois ainda que, ao longo de todo o texto, Thomas Mann se dedique, de forma quase continuada e recorrente a abordar, a teorizar e a analisar determinada

terminologia ligada, de forma mais ou menos próxima ao universo da temática política, uma análise mais próxima, mais cuidada e, certamente, mais precisa e exacta contribuirá decisivamente para o enriquecimento e debate de um tema com a complexidade do presente. Ainda que estrategicamente situado no centro da obra não podemos deixar de notar que se segue imediatamente a um outro a que, posteriormente, uma análise igualmente aturada não deve ser evitada, o capítulo a que dá o nome de *Gegen Recht und Wahrheit*. A sua temática surge indissociavelmente ligada a uma das causas mais próximas à decisão que terá levado o escritor a redigir este trabalho, a necessidade e o “desafio” sentidos pela publicação do artigo “Au dessus de la mêlée”, da autoria do escritor francês Romain Rolland.

3.1 *Politik*

No capítulo *Politik*, Thomas Mann entrega a sua longa reflexão – trata-se, na verdade, do capítulo mais extenso desta obra – a analisar, refletir, explicar como, quer no tempo presente (os anos da guerra) quer no passado o seu país e o seu povo encararam e lidaram com o “estranho” conceito de política. E numa primeira tentativa de abordagem do conceito inicia, de forma interrogativa, o capítulo com a seguinte formulação: “Nós perguntamos: O que é a Política?” (p. 237). A questão não parece ser retórica e a dúvida, de facto, é real! “Nós perguntamos”, afirma e “nós” refere-se naturalmente aos alemães, que ele sente que representa. Já antes havia exprimido a dúvida, a mesma que agora repete e que sabe existir na mente do seu povo, levantada certamente com o objectivo de enfatizar a questão, bem como a problemática a ela associada. Certo de que uma definição “pura” do conceito não poderá esclarecer com rigor a sua essência e sentido, Mann não hesita, para tal efeito, em recorrer ao modelo da dicotomia conceptual, sempre presente nestes escritos políticos, neste caso, aquela que opõe *Politik* e *Ästhetizismus*. E com a seguinte formulação, nos dá conta da sua

definição, proposta para cada um dos distintos conceitos: “A verdadeira definição do conceito de «política» só é possível com a ajuda do conceito oposto; isto é: «Política é o oposto de esteticismo». Ou, dito de forma estrita: «Ser político é a única hipótese de não ser esteta». (p. 237). A definição e delimitação do controverso conceito de política é necessária e, à luz do pensamento do escritor, fundamental para, a partir daí, alicerçar toda a sua argumentação na discussão da problemática em torno da guerra. De política e de políticos nos fala Mann neste longo texto, mas não só. A sua reflexão leva-o, ainda, a uma teorização “inesperada” do conceito. Desde o seu primeiro ensaio *Gedanken im Krieg*, até ao presente trabalho, a que, no seu prólogo, denomina de “folhetim”, Thomas Mann afirma repetidamente a sua oposição ao mundo da política, rejeitando qualquer hipótese de identidade ou aproximação entre ela e o povo alemão. É nesse sentido que afirma: “Não, o político de que aqui falamos é o homem do espírito, puro e belo, no sentido radical e literal do termo;” e esse homem singular, possuidor de um espírito literário que o distingue dos demais, merece uma descrição acrescida, portadora de um sentido total e definitivo: “Temos perante nós o político das *belles-lettres*, o político como literato e o literato como político...ele...é um voluntarista, - o que é que ele quer? O supremo!” (p. 246). Esclarecendo claramente o significado de „supremo”, diz: “Ele quer, por exemplo: «a Verdade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Razão, a Virtude, a Sorte...a Sorte, em tudo!»». (p. 246) Aqui, o conceito de política funciona como ponto de partida uma vez que permite chegar a outros que lhe são próximos, como é o caso de Literatura ou de Democracia, deixando, no entanto, um aviso, “não é possível ser mais convincente...” (p. 247) e numa argumentação encadeada, discorre:

A filantropia e a escrita definem a política, a república, tal como definem a literatura, a civilização, o progresso e a humanidade. São uma e a mesma coisa; sim, não apenas a literatura e a civilização são o mesmo, tal como já anteriormente reconhecemos, mas também a literatura e a política ou a literatura e a república o são. (p.247)

Um raciocínio caracterizado por uma lógica apenas aparentemente acertada, e nem sempre em sentido positivo, uma vez que não está isenta nem de falhas nem mesmo de algumas contradições, não deixando, ainda assim, de retirar a seguinte conclusão: “E a esta...unicidade de ideias e aspirações da vontade...confere o político um nome, uma palavra...: chama-lhe *Democracia*. (p. 247) Consciente do carácter desconcertante e confuso do seu discurso, confessa sem restrições: «Semeei a confusão. Receio que o amigo leitor não saiba mais o que pensar e o que deva entender por política “interna” e “externa”.» (p. 306)

Este trabalho não é, contudo, o local indicado para analisar com maior rigor e precisão o pensamento de Thomas Mann exposto neste longo capítulo. A sua extensão não é garantia nem da sua pertinência, nem da sua razoabilidade, uma conclusão crítica a que o próprio não se nega. O que procurámos foi, no entanto, dar uma breve amostra do sentido do seu raciocínio acerca do que, para o seu sentir e formação germânicos, o conceito de política poderia representar.

4. Concluindo...

O ensaio *Betrachtungen eines Unpolitischen* constitui para o seu leitor um exercício difícil e, por vezes, quase que poderíamos dizê-lo bastante exigente. Não se trata, na verdade, de um texto de abordagem ou compreensão fáceis, quer pela temática que se propõe discutir, quer pela argumentação de que o seu autor se socorre para o fazer, mas também, e acima de tudo, pela sua (quase infinita) extensão. São múltiplos e variados os obstáculos que, de forma transversal, pontuam o texto, reveladores da parte do seu autor de uma falta de confiança e de domínio da temática em discussão, impedindo uma formulação conclusiva das ideias expostas e, ao mesmo tempo, uma coerência e objectividade expectáveis da análise de um tema com esta natureza.

Consideramos que, por força da sua determinação e do seu forte espírito crítico, Thomas Mann não escapou à polémica que os seus textos políticos

provocaram na sociedade da época, evitando, dessa forma, o conforto que o seu silêncio lhe poderia ter assegurado.

Relegar a um segundo plano a sua actividade de escrita literária, merecedora da sua dedicação e da paixão que esta lhe despertava, não representou para Mann um sacrifício de pouca monta. Na verdade, não tinha que o ter feito. Muitos foram os colegas de profissão, escritores, músicos ou artistas plásticos, que permaneceram fiéis à sua arte, obtendo com a sua prática o reconhecimento, a fama e a fortuna que a ele escaparam, mostrando-se capazes apesar da crise e da mutação dos tempos, de assegurar uma produção e uma dedicação total à sua produção artística de eleição, tarefa de realização impossível para o escritor. A adversidade anímica, especialmente difícil, aliada às circunstâncias inesperadas e desconhecidas ditadas pelos novos tempos de mudança, não constituíram aliados com os quais estaria a contar. Seria ele mais fraco, mais perturbável, mais destrutível? A dúvida era real e assombrou o escritor, levando-o a questionar-se:

Carecia eu de orgulho e de firmeza interna a ponto de me ter perdido de forma polémica no novo, correndo o risco de assim provocar a minha autodestruição? Ou devo antes confessar a existência de um sentimento de solidariedade especialmente irritável para com a minha época, uma perspicácia peculiar, uma sensibilidade, uma vulnerabilidade de pertença à mesma? (p. 36).

Seria essa uma necessidade essencial da sua condição de artista ou não passaria de uma mera imposição dos tempos que corriam? Mas, se por um lado, a explicação de Mann para essa questão encontra, sem surpresa, na esfera intelectual a origem e razão de ser da sua existência também é certo que, por outro lado, a exigência imposta pela própria época pareceu funcionar como um desafio irrecusável. A forte agitação intelectual que esta lhe provocara assumiu com o tempo contornos de uma fixação íntima e pessoal que não pôde nem quis ignorar, tratava-se, na verdade, de uma irrecusabilidade sua, pessoal, mas também, e sobretudo artística: “Desde sempre o ofício de escritor me pareceu ser

um produto e expressão da problemática...da terrível riqueza existente em matéria de conflitos, antinomias e contradições internas.” (p. 42)

Independentemente da forte controvérsia e inevitável polémica que os seus escritos políticos, possam ter suscitado no seu, e no nosso tempo, eles surgiram da necessidade sentida pelo seu autor de prestar aquilo a que ele mesmo chamava um *Zeitdienst* (serviço à época). Com essa obra pode o leitor estar ou não de acordo, a partir dela pode julgar Thomas Mann como um bom ou mau pensador político, um desconhecedor da história ou da política do seu país, ou também como alguém mal-intencionado por tentar defender um regime agonizante e caduco, e de rejeitar o apoio e a defesa, importantes e necessários aos novos tempos e que nada nem ninguém, após o desencadear dos terríveis acontecimentos daquele já distante mês de Agosto de 1914, podia evitar. O que o leitor não pode nem deve é ajuizar, ignorando os motivos desencadeadores da sua escrita, as suas raízes burguesas e a importância que então, e sempre, tiveram na vida do escritor, pois a tal acusação responderia, com toda a certeza, Thomas Mann: “...há mais do que uma maneira de servir a época, e a minha não tem necessariamente de ser a errada, má ou estéril.” (p. 41)

II

A REPÚBLICA DE WEIMAR (1919-1933)

Von deutscher Republik (1922)

Republik ist das Fluidum deferens der Jugend.

Wo junge Leute sind, ist Republik.

NOVALIS

Politische Aphorismen (1798)

1. *Von deutscher Republik*: origem e contexto

Em *Von deutscher Republik*, Thomas Mann manifesta o seu apoio ao novo regime (republicano), surgido por via revolucionária, a mesma a que antes se opusera, e que ditara o fim do conservadorismo imperialista, representado pela monarquia gulhermina. Devastador sob variados pontos de vista, o conflito legara, a todos nele envolvidos, feridas profundas que em nada contribuíram para atenuar os velhos antagonismos, criando, isso sim, novas frentes que, em última análise, haveriam de se revelar bastante mais gravosas e ameaçadoras do ponto de vista histórico do que as recém-surgidas novas oportunidades – tanto a nível mundial, como naquilo que dizia respeito à situação concreta e problemática existente na Alemanha.

A experiência da primeira república alemã surgida, neste cenário pós-guerra, como a possibilidade ansiada de um recomeço para o país, não deixou de estar isenta da inclemência própria dos circunstancialismos inerentes ao desfecho de um conflito ocorrido à escala mundial. A adopção de garantias formais reguladoras da implantação da paz em território alemão, como foram a assinatura do armistício, em novembro de 1918, passando pelo Tratado de

Versalhes até à promulgação de uma nova Constituição não constituíram, na verdade, garantias suficientes ao sucesso da primeira experiência democrática representada pela República de Weimar. A sua fragilidade, como estrutura política e económica, foi uma característica permanente ao longo dos seus curtos catorze anos de existência. Da massiva derrota das tropas alemãs, passando pelos termos humilhantes constantes na redacção, em junho de 1919, do Tratado de Versalhes, até à polémica Constituição de Weimar, nada foi facilitado para garantir ao novo regime a tão necessária estabilidade, indispensável à reconstrução do país.

Foi com esta nova realidade que Thomas Mann se viu confrontado quando, em 1922, surge publicamente para dar voz ao seu assumido e proclamado comprometimento de sujeito político, o mesmo que, afinal, de forma tão convincente, determinada e peremptória, até aí, repudiara. Era agora evidente que o entusiasmo professado no início da guerra dera lugar a um clima de terror por parte de grupos radicais da direita nacionalista e antisemita. A agitação contra os “políticos cumpridores” e contra a república começou por se manifestar nos *Freikorps* responsáveis pelo ambiente de terror vivido. Começaram a multiplicar-se os atentados políticos: após os assassinatos de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, em janeiro de 1919, o jovem regime republicano foi fortemente abalado pelos atentados contra os ministros Matthias Erzberger (1921) e Walther Rathenau (1922).

Surgida, por via revolucionária, na sua condição de novo regime governativo, à República de Weimar são reconhecidos, à luz da ciência e interpretação políticas, três fases distintas: a primeira, cronologicamente balizada entre os anos de 1919 e 1923, surge designada como “a república contestada”, num segundo período, extensível aos anos entre 1924 a 1929, é nomeada como “a república estável” e, por fim, a partir do ano de 1930 até 1933 (ano da eleição de Adolf Hitler como chanceler do *Reich*), ficará conhecida como “a república

fracassada.” (Michalka e Niedhart, 1980: 5) Para efeitos da análise do texto *Von deutscher Republik*, a nossa atenção limitar-se-á, no entanto, à temporalidade e caracterização atribuída ao primeiro período designado nesta classificação tripartida como “a república contestada”, expressão que surge como definidora da fase inicial da República de Weimar, dando o sentido da expressão, desde logo, conta da forte contestação que a caracterizou.

Sem sobre ela deixar de pairar uma permanente controvérsia, causada quer pela novidade própria da sua breve e recente temporalidade, quer pelas forças de oposição a que internamente dera lugar, a República de Weimar consegue, apesar de tudo, reclamar a atenção e o apoio que, tal como se sabe, Thomas Mann lhe vem a dedicar. Consciente da renitência natural de alguns e da oposição declarada de outros, não hesita na sua intenção persuasiva de reclamar a atenção e o apoio dos que a ela negam a aceitação e reconhecimento políticos que lhe são devidos desde a aprovação, a 11 de agosto de 1919, da sua fonte legitimadora: a Constituição de Weimar.

2. Em defesa da República (de Weimar)

Quatro anos volvidos sobre o final da guerra, responsável pela substituição do velho regime monárquico pela jovem República de Weimar, reconhecê-lo publicamente, não como militante, mas como escritor é já um sinal seguro não apenas da sua consciência política, mas também e, acima de tudo, da sua aceitação e integração no “estranho” mundo, que não é o seu. A sua intervenção, mais do que um apoio evidente à jovem república, é um inelutável traço do seu comprometimento para com a causa política, republicana e democrática, sinal da rotura com o tão proclamado perfil idealista, tão profusamente aclamado em *Betrachtungen eines Unpolitischen*. Testemunho dessa mudança (pública), datada de 13 de outubro de 1922, nos dá conta Mann neste

discurso de Berlim, proferido por ocasião do sexagésimo aniversário do escritor Gerhart Hauptmann³⁴, e que podemos denominar como a verdadeira entrada do escritor no mundo da política.

A defesa desta tríade política, democrática e, sobretudo, republicana permanece fiel, na sua essência, ao postulado cultural – agora humanista – dominador e dominante de toda a sua discursividade política, desde *Gedanken im Krieg*. Em *Von deutscher Republik*, a apologia de Thomas Mann ao novo regime corporiza, uma vez mais, a reafirmação da sua condição de escritor, testemunhada pela escolha do momento (literário) e do destinatário do seu discurso: Gerhart Hauptmann, figura maior da literatura alemã, em quem Mann se inspirara para criar o personagem Mynheer Peperkorn, de *Der Zauberberg*. E, por último, escritor porque a sua intervenção se centraliza, quase que exclusivamente, em torno de uma elite de intelectuais, filósofos e poetas, mas de muito poucas figuras políticas³⁵. Invocar os nomes históricos de Goethe e Novalis é a prova viva de que uma leitura humanista e democrática do romantismo alemão continuava, apesar de tudo, a ser possível, contrariamente àquilo que havia afirmado até há bem pouco tempo, quando se perfilava do lado daqueles que defendiam um isolamento estético do indivíduo. É possível já aqui distinguirmos os primeiros sinais da sua simpatia social-democrata, uma simpatia partidária que de resto o acompanhará até ao final da sua vida. Curiosamente, parece ser do interior da sua obra literária, concretamente de *Der Zauberberg* que Thomas Mann se torna mais sensível à questão política. Em carta

³⁴ Gerhart Hauptmann (1862-1946) foi um conceituado dramaturgo, novelista e poeta alemão do Naturalismo. Adquiriu fama de intelectual radical, o que não o impediu de sobreviver tranquilamente aos sucessos tanto da República de Weimar como do Terceiro *Reich*. A sua obra foi premiada com o prémio Nobel da Literatura em 1912.

³⁵ São três os nomes da esfera política referenciados por Thomas Mann neste discurso. Em primeiro lugar surge o nome de Friedrich Ebert (1871-1925), o primeiro presidente da República de Weimar, cargo ocupado desde 1919 até à data da sua morte. E, num momento posterior, são também invocados os nomes de Walther Rathenau e de Matthias Erzberger.

enviada a Arthur Schnitzler³⁶, a 4 de setembro de 1922 (Mann, 1961: 199), Mann confessa a sua evolução política presente em *Von der deutscher Republik*, devedora do trabalho de preparação desenvolvido para a escrita de *Der Zauberberg*. Aí afirma:

Nele, apelo às fracções mais resistentes da nossa juventude e da nossa burguesia a entrarem, de forma incondicional, ao serviço da república e da humanidade, - uma predisposição que talvez o possa surpreender ... pois no que respeita à paixão pela ideia de humanidade, que eu já antes afirmei, pode estar relacionado com o romance que escrevo há algum tempo, uma espécie de história da formação e *Wilhelm Meisters* iade, no qual um jovem (antes da guerra), através da experiência da doença e da morte, é levado à ideia do homem e do estado.

Não deve passar desapercibida a comparação que de si próprio faz, por um lado, com Goethe, na sua condição de autor de um romance de formação, *Bildungsroman – Wilhelm Meisters Lehrjahre* (1795-1796) - e, por outro lado, com a personagem de Hans Castorp, o herói de *Der Zauberberg*. Obcecado pela figura de Goethe como referência máxima da arte alemã, Mann invoca-o, não apenas pelo seu estatuto maior de reconhecido mérito artístico, mas, acima de tudo, como responsável por uma *Bildung* que, também aqui, reclama para si próprio³⁷. Quanto à figura de Castorp de *Der Zauberberg*, Mann revê-se no jovem personagem na mesma medida em que também ele vivencia (ou vivenciou) a experiência da doença e da morte³⁸, motivação que o leva a repensar a ideia do homem e do Estado.

Sem podermos negar o perfil cultural - de escritor para escritor - indissociavelmente presente em *Von deutscher Republik*, o discurso proferido por

³⁶ Arthur Schnitzler (1862-1931) foi um escritor austríaco. É frequentemente comparado a Sigmund Freud. Na sua escrita, utiliza frequentemente a chamada técnica do “fluxo da consciência” onde mostra drasticamente a actividade subconsciente dos seus protagonistas.

³⁷ Convém não esquecer que nesta data (1922), Thomas Mann ainda não havia sido reconhecido com o Prémio Nobel da Literatura, distinção que só lhe será atribuída em 1929.

³⁸ Trata-se de um sentimento de que Thomas Mann dá conta ao irmão Heinrich, em carta datada de 8 de Novembro de 1913, na qual se queixa do estado de vulnerabilidade, fraqueza e esgotamento que o domina, não escondendo uma confessa “simpatia com a morte” já retratada em *Tod in Venedig*, romance publicado nesse mesmo ano.

Thomas Mann reveste, característica e essencialmente, a forma de um “apelo político”.

Mas quem, afinal, integra essa força de resistência merecedora da atenção artística e do discurso (político), longo e empenhado, do escritor? Quem são, e por que motivo formam oposição ao novo regime? A ocasião, para tornar pública não só a sua adesão à República de Weimar, mas também para apelar quer à burguesia quer à juventude alemãs para seguir o seu exemplo, surge aqui como totalmente apropriada. É importante recordar que o novo regime nascera com a oposição de uma parte significativa da sociedade alemã, para quem esse facto estava intimamente ligado à derrota alemã na guerra e à assinatura do Tratado de Versalhes. A oposição ao novo regime republicano surge em grande medida da parte da burguesia à qual o escritor pertencia, mas também da parte da juventude alemã, à qual aqui recorda a tradição de apoio ao ideal democrático, anti-monárquico e anti-feudal manifestado pelas *Burschenschaften*³⁹, por ocasião da unificação alemã durante as revoluções liberais da primeira metade do século XIX. A ambas, “juventude e burguesia...” (Mann, 1984: 10)⁴⁰ afirma o seu propósito de apelo à conversão da nova realidade política que governa o país: “O meu propósito é ganhar-vos, na medida do necessário, para a república e para aquilo que é chamado de democracia e a que eu chamo humanidade...” (p. 125) Uma conversão idêntica àquela que o próprio escritor sentira como necessária e inevitável para si próprio, uma mudança natural e concomitante ao desenrolar dos acontecimentos.

Complementar desta perspectiva, resultante do olhar crítico do escritor, acresce um novo conceito: o de Estado. Reconhecendo, em Novalis, uma forte

³⁹ As *Burschenschaften* ou Ligas de Estudantes que, no período das revoluções liberais, ocorridas na primeira metade do século XIX, deram activamente expressão ao ideal democrático, anti-monárquico e anti-feudal da unificação alemã.

⁴⁰ As citações efectuadas nos ensaios “Von deutscher Republik” e “Deutsche Ansprache. Ein Appell an die Vernunft” foram retiradas da colectânea “Von deutscher Republik”, da autoria de Thomas Mann, publicado em 1984.

influência por parte da Revolução Francesa, Mann enaltece, “Tamanha dose de zelo social surpreende num filho da mística”, subscrevendo integralmente a visão do poeta alemão. Esta identidade do pensar e sentir perante a realidade e o conceito de Estado justifica-se através do carácter místico do povo alemão, uma ideia já antes afirmada e cuja defesa manterá até ao final da II Guerra, no sentido em que defender o Estado, a república e a democracia são um “serviço” (Dienst) a que quer o artista quer qualquer outro cidadão estão necessariamente obrigados. A verdade é que, sendo o Estado, enquanto forma máxima de organização humana, ou coisa pública (*res publica*) segundo Kant, uma realidade supranacional, ele deve, na opinião de Novalis, ser divulgado: “O Estado é muito pouco proclamado entre nós!” (p. 139) Divulgar o Estado, estabelecer com ele laços de uma proximidade quase familiar, de forma a que todos pudessem conhecê-lo bem, seria, no entender de Mann, um objectivo a alcançar no âmbito da nova realidade política e democrática, recentemente implementada em território alemão.

Mas se o público-alvo é diferenciado, o mesmo não sucede com a motivação que os aproxima, a esse respeito, afirma: “A vossa resistência à república, à democracia, é medo das palavras, - tal e qual, vocês estacam, amedrontam-se como cavalos desassossegados a estas palavras, mal elas são pronunciadas assalta-vos um nervosismo supersticioso que vos leva a razão.” (p. 131) Thomas Mann afirma toda a confiança que o novo regime lhe merece, garantindo a todos os que o ouvem não ser a República nem a democracia mais do que medo das palavras, um sentimento injustificado cuja existência mais não provoca do que um cercear da razão.

3. O conceito de Estado

A mesma simpatia e identidade afirmadas por Thomas Mann ao longo de toda a sua obra, pela ideologia suprema do romantismo alemão servirá, aqui, como pretexto justificado onde poderá ancorar o seu discurso de apelo e

persuasão política ao público que aguarda a sua intervenção. À complexidade estética, inerente ao binómio "cultura - civilização", contrapõe agora, como filiação discursiva e identidade cultural, o conceito de Humanidade.

Mais do que um estratagema retórico, a sua argumentação mais não pretende ser do que um reafirmar seguro da histórica herança cultural do povo alemão. A ele se refere como "...um povo em cuja essência mais profunda vivem grandiosas tradições culturais..." (p. 121) e de cuja defesa se encarregará de levar a cabo, a partir do estatuto de artista e de burguês, condição traduzida pelo conceito de "Dichter". Nele se apoiará não só como verdadeiro "ícone de legitimação" da sua estratégia discursiva, como também, de acordo com as suas próprias palavras, como sua única "testemunha abonatória".

Protagonista central deste texto é, para além do já referenciado conceito de "Humanidade", o conceito de Estado. É em torno dele que, para já, nos concentraremos, seguindo o raciocínio e a argumentação apresentada pelo escritor. Neste sentido, vem a propósito recordar a sua advertência de permanecer um conservador: "Eu não me retrato de nada. Não retiro nada do essencial...eu, na verdade, sou um conservador, a minha função natural neste mundo, com efeito, não é de cariz revolucionário, mas sim preservador..."(p. 135) O apoio afirmado por parte de Thomas Mann ao novo regime governativo do país, uma mudança radical face à que poucos anos atrás defendera, valeu ao escritor provavelmente as críticas mais severas após as que lhe foram dirigidas pela redação do controverso "ensaio político" *Betrachtungen eines Unpolitischen*. Mann está consciente da fragilidade da sua nova posição face à viragem operada no seu pensamento político, mas, ainda assim, empenha-se em elucidar todos aqueles que o ouvem acerca da fidelidade, que mantém inalterada, à sua natureza conservadora.

Ao assumir uma mudança de opinião face à realidade política e defendê-la publicamente é uma responsabilidade pessoal, mas é também, e acima de tudo,

uma responsabilidade colectiva a cargo de cada membro da sociedade, é nesse sentido que afirma: "...o Estado tornou-se questão de todos nós, nós somos o Estado..." (p. 130). A república, consagrada como o novo regime político governativo do país, passou a ser, após a queda da monarquia, uma democracia, um assunto de todos, trata-se de uma relação fundamental em qualquer sociedade aquela que liga o homem ao Estado, uma relação de interdependência permanente e necessária, e que Thomas Mann exprime da seguinte forma: "A necessidade do Estado é a mais premente necessidade do homem; para vir a ser homem e homem permanecer é preciso um Estado...Um homem sem Estado é um selvagem", uma ideia que conclui da seguinte forma, "É a unidade da vida estatal e espiritual-nacional, que tanto tempo passámos sem conhecer e esperamos agora conhecer de novo. Numa palavra – é a república..." (p. 140) Uma união de sentido e lógica compreensíveis, mas consagrada, contrariamente ao que se poderia supor e prever, ao serviço não da política, mas sim da cultura, pois é dessa união que ela (a cultura) nasce: "Toda a cultura brota da relação do homem com o Estado; quanto mais educação se tem, mais membro se é do Estado." (p. 140) Uma afirmação convincente da parte de Thomas Mann justificada e fundamentada nas raízes históricas e na cultura do seu país e do seu povo, mas não só porque um nome estranho e de invocação totalmente imprevista surge no seu discurso, a par do nome de Novalis: o do americano Walt Whitman, a quem chama o trovão de Manhattan, um nome que lhe sugere a união existente entre o homem e a democracia. Às razões desta associação, aparentemente estranha para qualquer leitor, procuraremos de seguida dar um sentido e uma explicação.

4. De Novalis a Whitman: a relação possível entre Estado e cultura

O discurso político de Thomas Mann abrange dois registos temporais distintos: o presente e o passado. A divisão histórica justificava-se pela

necessidade de legitimação discursiva sentida pelo escritor. Se do presente podia invocar nomes respeitados da mundividência política nacional, como era o caso do já mencionado presidente Friedrich Ebert, e que Mann coloca inicialmente a par do homenageado Gerhart Hauptmann, ou também de Walther Rathenau, homem de estado muito respeitado dentro e além-fronteiras, que havia servido o país na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, também ao passado lança o olhar na busca de nomes ilustres, cuja invocação o ajudará nesta missão que sabe difícil e penosa.

Mas, se falar de república era falar de Estado e de democracia, em sua defesa, encontra Mann um nome, do passado, para lhe dar voz: o do poeta romântico Novalis. A invocação do poeta da Flor Azul não serve apenas para falar da entidade política que é o Estado, a sua intenção é mais abrangente e mais complexa. Ao firme propósito de convencimento de todos os que ali o escutam, não é alheia a Thomas Mann a intenção de obter, para si, um favorecimento pessoal no sentido de justificar a pertinência da sua causa, a busca da legitimidade para a união entre Estado e cultura, mas também para demonstrar que a República não é alheia à tradição alemã, no que ela tem de mais genuíno, o Romantismo.

Para explicar a harmoniosa coexistência dessas duas realidades, a que Novalis chama “ambas as forças vitais” Mann cita o poeta romântico:

Ambas as partes têm reivindicações de vulto, necessárias, e que têm de fazer valer, impelidas pelo espírito do mundo e da humanidade. Ambas são forças indeléveis do peito humano: por um lado, a veneração das raízes de uma cultura, o apego aos fundamentos históricos, o amor aos monumentos dos avoengos e à velha, gloriosa dinastia e a alegria na obediência; por outro lado, o arrebatador sentimento de liberdade, a incondicional expectativa de poderosos círculos de influência, o prazer pelo novo e jovem, um contacto desconstrangido com todos os camaradas do Estado, o orgulho na universalidade da natureza humana, a satisfação pelo direito pessoal e pela propriedade do conjunto e um vigoroso sentimento de cidadania. Nenhum esperando aniquilar o outro, quaisquer conquistas aqui nada querem dizer, pois a cidade capital mais interior de cada império não fica atrás de aterros e não se deixa tomar de assalto. (*apud Novalis*)

Trata-se de uma passagem do texto escrito por Novalis em 1799, *Die Christenheit oder Europa*, em que nos fala dessas forças vitais que ainda hoje se debatem na Alemanha, num confronto de posições irreconciliavelmente opostas, o Estado e a cultura, o qual só poderá ser ultrapassado através da mediação de uma instância hierarquicamente superior: a Igreja. Mas o “terceiro elemento”, também ele “temporal e sobreterreno”, apresentado por Thomas Mann para dirimir este conflito é o conceito de humanismo, o mesmo que anteriormente, por “autêntica emergência vital”, já havia defendido⁴¹.

Mas se para esta harmoniosa combinação intemporal, entre República e humanismo, encontra Mann na figura de Novalis uma fonte de inspiração legitimadora da sua causa, da mesma forma, um outro nome sustenta, no passado, a real possibilidade de união entre estas duas forças, o do escritor norte-americano Walt Whitman. Pese embora a estranheza que a união entre estes dois nomes maiores da escrita alemã e norte-americana possam causar, Thomas Mann não hesita no reconhecimento de uma mesma “identidade ideológica” existente entre ambos, por si não apenas reconhecida, mas também subscrita, através da evocação de um excerto de *Democratic Vistas*⁴², do poeta americano:

Não só não basta que o novo sangue, a nova estrutura interna da democracia seja vivificada e mantida intacta meramente por meios políticos, sufrágio superficial, legislação, etc., como por outro lado é claro para mim que a sua força se manterá insuficiente e o seu crescimento duvidoso, e a essência do seu encanto só florescerá caso esta nova forma vá mais fundo, se enraíze pelo menos tão firme e ardentemente nos corações dos homens, nas suas emoções e na sua crença quanto o feudalismo ou o eclesiatismo na sua época, e seja capaz de inaugurar as suas próprias fontes perenes, manando do centro para todo o sempre. (p. 89)

⁴¹ Thomas Mann refere-se aqui à defesa do elemento do humanismo que podemos encontrar em *Betrachtungen eines Unpolitischen*.

⁴² *Democratic Vistas* ou *Visões Democráticas* surge publicado, pela primeira vez, em 1871, quando Walt Whitman já havia assegurado o seu lugar dentro do mundo das letras norte-americanas como precursor de uma nova e revolucionária dicção poética.

Embora o nome de Whitman não possa ser associado ao movimento do Romantismo alemão, o que esta passagem do escritor norte-americano defende, de forma clara, é a ideia de que a democracia seja vivida não apenas no âmbito político, sendo necessário, para além disso, que também produza os seus efeitos no âmbito mais estrito do humano, “...nos corações dos homens, nas suas emoções e na sua crença...”, pois só assim “a essência do seu encanto” poderá florescer. Nesta condição em que passado e presente se interseccionam, emerge um novo paradigma legitimador da postura política de Mann, inspirado na “poética da república”, fonte propagadora do ideal democrático defendido por Whitman, mas também, e acima de tudo na visão nacionalista de Novalis, o nome que no espaço cultural alemão foi o grande responsável por “anexar” esse desejado ideal de democracia a uma esfera e a uma época cujo nível intelectual foi o mais elevado, o do Romantismo alemão, Thomas Mann afirma:

É possível, julgo eu, prestar bom serviço aos novos tempos na Alemanha, fazer florescer o seu „encanto essencial“ procurando anexá-los a uma esfera e época cujo nível intelectual foi o mais elevado jamais alcançado entre nós, na qual a popularidade e a arte nobre, elementos nacionais e universalistas sofreram uma ditosa aglutinação, e a qual para o nosso coração em certa medida permanecerá sempre terra natal – a esfera do romantismo alemão. (p. 89)

Aqui, o que, de facto, se pretende é radicar a República e a democracia no Romantismo alemão. De Novalis, em quem Thomas Mann se revê no seu professado desejo de estabelecer uma identidade entre passado e presente, que o mesmo é dizer entre os ideais do Romantismo e a realidade política do momento presente representada pela República de Weimar, o escritor afirma: “Chamo a atenção para o facto de que nestas sábias palavras impera a justiça...”, (p. 87) por certo, pela leitura da conhecida obra *Die Christenheit oder Europa*.

No entrecruzar das diferenças culturais que os distinguem, Novalis e Walt Whitman surgem, contudo, referenciados como dois dos nomes mais ilustres do

universo cultural dos seus respectivos países, ousando ambos a aventura inesperada de uma incursão pelo estranho e desconhecido da reflexão política.

É neste processo, recentemente descoberto e por si, sem reservas, abraçado no qual a política se perfila, de modo natural, como sinónimo da humanidade, que Thomas Mann se afirma integrado, não apenas por força de um reconhecimento essencial da “sua” humanidade, mas também através de uma reaprendizagem e reavaliação da mesma. Uma conclusão possível a partir da leitura que Mann faz de alguns dos escritos de Novalis, nos quais fundamenta a sua nova visão, apresentada como exemplo a seguir a todos os presentes, a quem apela à mesma conversão, em nome dos ideais por si próprio seguidos. Mann confessa mesmo ter sido sua intenção apresentar “este maravilhoso par”, Novalis e Whitman, como exemplo ilustrativo da relação possível entre a democracia, a república e o romantismo alemão, mas também como meio de conversão dos seus concidadãos mais resistentes. Nas figuras emblemáticas de ambos os escritores, Mann afirma reconhecer a existência de cada um desses conceitos, dois nomes do passado, cujo pensamento subscreve e defende como válido, nesta tarefa de persuasão, à juventude e à burguesia alemãs, de apoio à causa republicana.

Falar, em 1922, de república era falar naturalmente da sua figura mais representativa: Friedrich Ebert. Dirigente do Partido Social Democrata Alemão (SPD), Ebert foi eleito, a 11 de fevereiro de 1919, pela “Weimarer Nationalversammlung”, para desempenhar as funções de primeiro presidente da República de Weimar. Thomas Mann procura, com o seu discurso, legitimar a existência do novo regime, pelo recurso a nomes que “escreveram na História” a relação possível e desejada entre o homem e a democracia, como forma de exercício legítimo do poder por todos. Mas se, o olhar ao passado surge como uma tentativa de explicação da viabilidade do novo regime, não deixa de ser, ao mesmo tempo, da parte de Thomas Mann, uma forma de, mais uma vez, radicar na cultura a fonte legitimadora do seu discurso.

A sua pretensão de provar "...a semelhança entre humanidade e democracia...", surge aliada a uma outra ideia, a da defesa da sua natureza de conservador, expressa por Mann na seguinte afirmação: "O que vos hei-de, sim, responder é que sou um conservador, que a minha função natural neste mundo, com efeito, não é de cariz revolucionário, mas sim preservador...". (p. 85) Na defesa desta ideia recorre, uma vez mais, a Novalis como referente histórico e inspirador deste discurso, proferido em nome de uma germanidade identitária, por si tão ferozmente proclamada no registo ensaístico dos seus textos políticos:

Por imperativo que porventura seja que em certos períodos tudo fluidesça, a fim de produzir novas e necessárias misturas e dar origem a uma nova e mais pura cristalização, é, contudo, igualmente indispensável amenizar a crise e *evitar a total fluidificação*, para que reste uma haste, um germen, a que a nova massa possa aderir, à sua volta configurando-se em novas e belas formas. (p. 86)

A transformação consumada do seu novo "eu" é afirmada por Mann com a clareza e o rigor de quem não pretende deixar qualquer rasto de dúvida de uma conversão política em que, há muito poucos anos atrás, nem o próprio confiaria. Mas é por força do confronto e da identidade ideológica com que se revê no poeta da Flor Azul que reconhece:

Abri a porta ao segredo do meu coração, demonstrei como a comovente e grandiosa experiência da educação se desenvolve insuspeitadamente a partir de uma confessionalidade autobiográfica e auto-retratista; como com a ideia pedagógica se atinge a esfera do social, e o homem, tocado pelo social, descortina o grau sem dúvida mais elevado do humano, ou seja, do Estado...O grau sem dúvida mais elevado do humano – o Estado! Como iniciado na vida nunca teria sonhado que alguma vez haveria de falar assim. Mas registre-se: quem assim fala é republicano, por muito que para além disso e em paralelo, ainda como Novalis, professe a crença político-enteísta. (p. 88)

A partir desta invocação alternada entre os nomes de Novalis e de Whitman, a quem reconhece, em tom encomiástico, a viva voz da democracia, Thomas Mann cita o poeta americano da seguinte forma:

Para ti, de mim, ei-las, ó Democracia, para te servir, ma femme!

Para ti, para ti estou trinando estas canções.

A possível perplexidade enunciada na junção do político com o cultural ou, como Mann enuncia “a união da vida espiritual e estatal” não deve surpreender os mais incautos, pois tal como já referimos, o escritor era um filho “dilecto” da burguesia de finais do século XIX, uma classe social fortemente comprometida com a natureza formativa presente na ideia de *Bildung*, uma exigência formativa que estimula o crescimento intelectual, o aperfeiçoamento moral, a maturação espiritual, tanto a um nível individual como colectivo. É com essa determinação e empenho em mente que busca “apoio” para a sua causa em registos ideológicos e temporais tão distintos para, tal como ele mesmo afirma: “...e foi só para o demonstrar, quase só para provar que a democracia, a república têm nível, poderão até ter o nível do romantismo alemão, que subi a esta tribuna.” (p. 93) Estabecer o mesmo estatuto e o mesmo grau de dignidade entre o mundo da escrita – em concreto, o Romantismo alemão – e o da política é, também aqui, a par da defesa do novo regime o propósito de Thomas Mann, que, mais do que uma “estratégia política” surge como a expressão de uma cultura de paz a concretizar e selar com a vizinha França.

5. Concluindo...

No contexto cultural de expressão alemã, Thomas Mann surge como uma clara personificação de activismo político pela escrita. Sem nunca pretender assumir-se como um estadista e, muito menos, como um analista político profissional não deixa no entanto de, através de uma retórica cuidada, fundir, numa tríade perfeita, a sua componente pessoal, filosófica e política.

O construto discursivo de Thomas Mann parece pretender, de forma recorrente, cumprir um desejo de identidade do escritor para com a história, surja ela coberta por glórias ou por misérias. Acompanhando as vicissitudes críticas do momento presente, assume-se claramente como um republicano ao afirmar

“O meu propósito, revelo-o aqui com franqueza, é ganhar-vos, na medida do necessário, para a república e para aquilo que éw chamado de democracia e a que eu chamo humanidade...”. (p. 74) Propondo o novo regime republicano como a solução política mais acertada para o governo do país apoia-se, para esse efeito, em dois pilares de suporte ideológico, cuja presença facilmente identificamos neste texto.

Em *Von deutscher Republik*, à semelhança do que acontece com a maior parte das suas intervenções políticas, inicia o seu discurso com uma *captatio benevolentiae*, com o firme propósito de chamar à sua causa – a defesa da República de Weimar – alguns dos sectores mais resistentes da população, concretamente a juventude e a burguesia alemãs. Aqui, e mais uma vez, Mann configura-se como um escritor perfeitamente comprometido com a sua época, deixando-nos sempre muito claro que a voz que nos fala é a do escritor-poeta (recorrendo à amplitude semântica do termo alemão “Dichter”), um poeta que, afinal de contas, chamando a si a defesa de uma causa que não sendo “essencialmente” sua, consegue atribuir-lhe um sentido naquilo que de mais característico o define: a sua humanidade de poeta alemão. E ainda que não constitua objecto de discussão deste trabalho, não resistimos à citação de uma passagem de *Der Zauberberg*: “É que a literatura não era outra coisa senão isso: a aliança do humanismo e da política, aliança que seria tanto mais fácil de concretizar quanto o humanismo já fosse política e a política humanismo...”. (p. 221) A fala é do personagem Lodovico Settembrini, ou será antes do próprio Thomas Mann?

II
A REPÚBLICA DE WEIMAR
(1919-1933)

DEUTSCHE ANSPRACHE. Ein Appell an die Vernunft (1930)

1. Entre a esperança e o medo: a premência da razão

À data da redacção de *Deutsche Ansprache. Ein Appell an die Vernunft*, vários factos se destacavam na vida de Thomas Mann. O escritor, então com cinquenta e cinco anos, havia publicado, após o final da I Grande Guerra, o romance *Der Zauberberg*, mas, acima de tudo, o seu percurso literário havia sido distinguido, em 1929, com a atribuição do tão cobiçado Prémio Nobel da Literatura, um reconhecimento distintivo e singular da carreira literária de qualquer escritor.

Mas se o seu simbolismo era já então inegável, a sua atribuição valia a todos aqueles que dele beneficiavam um estatuto de relevância e de destaque únicos, especialmente, no que ao panorama literário europeu respeitava. Para Thomas Mann, tal protagonismo nem foi excepção, nem tardou em chegar. A notoriedade outorgada à sua distinguida obra, então já bastante conhecida além-fronteiras, com especial destaque para países como a França, a Itália e a Inglaterra, materializava-se, agora, num aplauso de dimensões imprevistas e nunca antes imaginadas pelo próprio escritor. A dúvida e o cepticismo atormentadores da sua (im)pertinente escolha como escritor, no período pré-guerra, manifestados pelo próprio Mann ao seu círculo de amizade mais próximo, passaram a ocupar, a partir desse momento, um vazio distante e remoto do seu passado.

A repercussão de um conhecimento, e reconhecimento, mais alargados da sua pessoa e da sua obra eram agora manifestos a nível internacional, permitindo ao escritor, no curto espaço de poucos anos, ver mais do mundo do que antes

jamais vira, consagrando, na mesma medida, um correspondente aumento do seu círculo de conhecimentos.

Deutsche Ansprache. Ein Appell an die Vernunft foi o último dos ensaios desta selecção escrito em território alemão, antes da sua partida, em 1933, para o exílio na Suíça. O tom cauteloso e ponderado que agora caracteriza o seu discurso contrasta com o acento bastante “inflamado” que perpassava nalguns dos seus escritos anteriores, em especial, os que publicara durante os anos da guerra. Mais consciente e informado acerca da realidade presente, a sua reflexão e o apelo a que ela conduz deixam antever, nas suas lúcidas palavras, o receio legítimo da aproximação da ameaça que brevemente se abateria sobre a Alemanha. É essa perspectiva cronológica que o leva, a 17 de outubro de 1930, a proferir, em Berlim, o presente discurso.

2. A necessidade do apelo à burguesia

Embora sem nunca renunciar à ironia como ferramenta construtiva do seu discurso político, ao leitor de *Deutsche Ansprache* não passará, porém, desapercibida a mudança, operada pelo escritor, no tom com que escreve este novo ensaio, pois a entoação efusiva e apaixonada, antes utilizada, dá aqui lugar a um registo sóbrio e conciliador. O sentido dessa mudança está ancorado em razões práticas e imediatas, circunstancialmente definidas pela historicidade do momento. Ao imediatismo e à gravidade dos factos apela Thomas Mann para afirmar, pela primeira vez, a sua intenção de operar um desvio claro e assumido na matriz temática do seu discurso. São do próprio escritor as palavras que comprovam a seriedade e o receio justificativos da sua decisão:

Há, contudo, horas, momentos da nossa vida comum, em que uma tal justificação da arte, na prática, falha; em que o artista, no seu íntimo, não consegue avançar, porque a necessidade imediata da vida lhe ocupa o pensamento, fazendo recuar os pensamentos sobre a arte, e a aflição das pessoas mergulhadas na crise abala-o de tal maneira que a imersão apaixonada e lúdica no eterno humano, a que chamamos arte, ganha verdadeiramente o traço mundano do luxo e do ócio, tornando-se uma impossibilidade da alma. (p. 116)

Pese embora a sua confessa falta de identidade para com o chamado “activismo social”, Mann cede aqui ao seu exercício, em nome da gravidade imediata do momento presente. Pela primeira vez, desde o início da guerra, o escritor faz esta escolha, consciente e voluntária, de orientar o seu discurso, fidelizado até aí à arte, por um critério essencialmente político.

Mas, se apelar à razão é muito mais uma emergência do que uma necessidade, também é certo que Mann assume essa tarefa com o conhecimento pleno da história recente do país, de cuja menção factual não dispensa, nem os seus ouvintes nem os seus leitores, de uma referência detalhada, comprovativa do seu conhecimento acerca da mesma.

Reclamando a recursividade da sua condição de burguês, é à burguesia a quem, uma vez mais, afirma dirigir o seu apelo e o seu discurso, “...para salvar e reerguer a pátria...” (p. 119) contra o apelidado “Fanatismo”, surgido do aproveitamento do momento crítico vivido pelo país às mãos da nova e ameaçadora força partidária: o NSDAP, o partido nazista de Adolf Hitler. O seu surgimento e posterior sucesso estão intimamente ligados a ocorrências de natureza tanto política como económica, de origem interna, mas, também elas devedoras de causas ocorridas além-fronteiras.

3. As causas da crise política e económica de 1930

O período do pós-guerra a que politicamente corresponde a República de Weimar caracterizou-se, desde o seu início, pela controvérsia e por uma forte instabilidade política e económica, não obstante todos os esforços empreendidos para a manutenção de uma situação de paz e estabilidade no país. À necessidade de assegurar, nessa época, a sobrevivência e continuidade da jovem República impunha-se agora, a urgência de uma interpelação à razão e ao bom senso da burguesia, ditada pela ameaça surgida nas últimas eleições legislativas, com a

subida alarmante do partido Nacional-Socialista, que, entre 1928 e 1930, havia passado de uma representação de 12 para 107 deputados no Parlamento. A este fenómeno político inédito e desconcertante surgia ligado, de forma directa, um outro de natureza, não já política, mas económica, resultante da queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no ano anterior, e que havia contribuído em larga medida para lançar o país na maior crise de sempre, dada a grande dependência da economia alemã em relação à americana.

Profundamente dependente da ajuda económica externa, após o *terminus* das hostilidades em 1918, a Alemanha erguia-se agora, lenta e penosamente, da sua condição de grande derrotada da I Grande Guerra. Associado ao estado interno de devastação generalizada infligido ao país pelas tropas inimigas, a ajuda externa, tendente à reconstrução das estruturas internas devastadas pela guerra, impunha-se como uma condição indispensável, de cuja existência o país não estava em condições de abdicar. É certo que, para além da destruição física e estrutural que o havia atingido, também a economia reclamava, de forma urgente e imediata, o auxílio necessário para cumprimento das dívidas decorrentes das estipulações fixadas pelo Tratado de Versalhes, um auxílio materializado, em 1924, com a elaboração do Plano Dawes. Mas se, a curto prazo, a sua intenção era a de estabilizar a dívida e a moeda alemãs, também é certo que a sua existência estava dependente, de forma directa e imediata, da boa condição de outras economias, nomeadamente da economia norte-americana. Ora, se a interdependência existente entre as várias economias era um facto incontornável, de igual forma se revelou a crise surgida com efeitos devastadores para todas elas.

Com uma génese embrionária na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o *crash* de agosto de 1929 rapidamente disseminaria os seus devastadores efeitos, não apenas, e de forma mais imediata, a nível interno, como atingiria, sem hipótese de reacção, todas as economias a ela ligadas e de cuja existência dependiam.

A gravidade premente da situação, resultante da junção do económico com o político não serve, na opinião do escritor, como justificação válida e coerente para a existência daquilo a que chama "...o meu monólogo atormentado", ao afirmar: "Não é correcto apresentar o político como puro produto do económico;" (p. 119) A esta relação estruturante da sociedade - economia e política - nega Thomas Mann a validade para justificar os recentes resultados eleitorais legitimadores do partido nazista como a nova força partidária do país. A razão que o escritor encontra para explicar a gravidade do "actual estado da nação" é outra, de natureza exclusivamente política: o Tratado de Versalhes.

Apesar da diversidade casuística encontrada no âmbito da política externa, o nosso orador entende que a solução a encontrar deverá perfilar-se numa linha de pensamento semelhante à defendida por Stresemann, centrada na necessidade de revisão urgente do Tratado de Versalhes, bem como no reatar das relações de amizade com a França. O tratado, pensado como sendo a Magna Carta da Europa, com base no qual se construiria o futuro da Europa, seria utilizado como o instrumento adequado a modelar a força vital do povo alemão. Não parecia ao escritor ser essa a forma mais acertada, nem aquela que, pela sua natureza, pudesse servir como solução desejável à resolução do problema. Ao invés, a postura de conciliação, por si adoptada, na parte final do discurso, não deixa, no entanto, de ser surpreendentemente inovadora pela oposição que reflete face ao tom utilizado, por exemplo, no seu primeiro ensaio *Gedanken im Krieg* (1914). A hostilidade com que aí se refere à França é evidente, ainda que não surpreenda totalmente quem conheça a relação histórica entre os dois países, surgindo frequentemente pontuada por episódios que vão de simples conflitos de interesses ao cenário mais sangrento, como bem ilustram a guerra dos Sete Anos (1756-1763), a guerra franco-prussiana (1780-1781) ou, mais recentemente, a I Grande Guerra (1914-1918).

A solução, garante, é falar com a França como é costume entre povos civilizados e de bom senso, sobre os pontos mais gravosos de um tratado nascido de um estado de espírito que não era apropriado a produzir verdadeiros contratos, um tratado, afinal, condenado pela sua formulação a não produzir os efeitos desejados de consagração da paz e da estabilidade desejadas e necessárias em qualquer período pós-guerra. Entendia que só uma política externa que traduzisse o bom entendimento franco-alemão serviria ao futuro do país, um cenário onde a liberdade, a vida do espírito e a cultura gozariam da possibilidade da sobrevivência.

4. A equação do problema na novela de 1930, *Mário e o Mágico*

Thomas Mann há já muito que havia tomado consciência da existência e do perigo que a nova força partidária representava. À expressão dos seus receios, dera o escritor voz na novela *Mário e o Mágico*, publicada nesse mesmo ano. Aqui, *o mágico* surge metaforicamente como representativo dos líderes fascistas, o qual, com o seu palavreado bombástico e a sua capacidade de persuasão (na novela exercida através da hipnose) na altura tão em voga, tanto o preocupava. E com razão, pois a par do poder crescente de líderes autoritários surgia a apatia passiva e resignada da massa popular, que ao permitir ver as suas vidas e comportamentos controlados e cerceados por estas figuras despóticas, não deixavam margem à tranquilidade de nenhum espírito consciente e avisado. Na época, e já então com grande destaque no palco da política europeia, haviam surgido nomes como o de Estaline na Rússia, ou o de Mussolini, na Itália, sem esquecermos o caso de Portugal, onde, já então, Salazar considerava a hipótese de chamar o poder a si. A ameaça que sobre todos pairava era já então bem real e atingia, de uma forma geral, bastantes regimes dentro do território europeu, não se limitando apenas à Alemanha.

É essa a “nuvem negra e ameaçadora” que leva Mann a escrever esta novela, cuja acção decorre numa pequena estância balnear, representativa de um povo “hipnotizado” por um único homem sem escrúpulos, e que, de forma lenta e ameaçadora, paira um pouco por todo o território europeu.

5. O alerta do escritor

A mensagem de alerta e de denúncia formativa da novela é a mesma que, neste discurso, evoca à plateia passiva que ali o escuta. Pese embora ser já então um escritor de enorme prestígio, às palavras proféticas ali anunciadas não foram creditadas nem valor nem veracidade. O “êxtase radicalista”, o fanatismo, a “completa simploriedade nacional”, como lhe chama e cujo principal objectivo é a “purificação interna da Alemanha”, (p. 127) só servirão para destruir o “prestígio espiritual” de que o país goza no mundo.

Com o seu raciocínio premonitório, procura estabelecer umnexo de causalidade entre o nacionalismo radical do presente e o ideário característico e definidor da época áurea do Romantismo alemão, alegando a importância do seu conhecimento, bem como a sua compreensão para um melhor entendimento do sentido do presente e da hipótese de uma melhor escolha para o futuro colectivo do país. O Nacional-Socialismo, enquanto movimento político, formado a partir do elemento espiritual inclui uma certa ideologia dos filólogos, algum romantismo dos germanistas junto a uma credulidade nórdica, proveniente de círculos académicos e professorais que, numa linguagem feita de tacanhez mística e extravagante falta de gosto, tenta convencer os alemães de 1930 com vocábulos como *rassisch*, *völkisch*, *bündisch* e *heldisch*, acrescentando ao movimento um ingrediente de barbárie cultural fanática, mais perigosa e ainda mais alienante, que acabará por conduzir o país à guerra. Mas é, ao mesmo tempo, um movimento que se caracteriza pela perda de conceitos fundamentais do humanismo, tais como os conceitos de cultura, espírito ou arte.

À descrição do tempo presente grafa Mann a expressão “um retrocesso irracional”, um retrocesso face à moralidade do século passado, expresso num desenfreamento dos instintos, na emancipação da alarvidade, numa só expressão, numa ditadura da violência. Uma violência que se prova a si própria e em que a humanidade fica “livre” para descarregar toda a sua baixeza. O fanatismo apresenta-se como o culminar de um processo cultural assumido como um princípio da salvação e um entusiástico êxtase epilético, um verdadeiro ópio de massas, no exercício de uma política em que a razão é eliminada para ceder lugar à aparição anunciada do catastrófico e do trágico, surgidos como efeitos inevitáveis da fragmentação e da desagregação da ordem social.

6. Concluindo...

A narrativa prudente e avisada de Thomas Mann apresenta-se, a nível político, como testemunho de um processo de afirmação relativo à ameaça com que o Partido Nacional-Socialista emergira nos resultados eleitorais mais recentes. Sinal evidente e indiscutível da condição precária que, desde a sua origem, caracterizara a República de Weimar, cuja existência irá conhecer, num curto espaço de tempo, provações para as quais a sua frágil estrutura não estava preparada. O tímido sucesso que, a nível político, o regime conheceu não seria pretexto suficiente para reclamar o necessário apoio à sua sobrevivência tendo, por esse motivo, sido designada por alguns, ainda que talvez de forma algo exagerada, uma “república sem republicanos”.

A afirmação apoiava-se certamente em factos reais da política interna, como seja a questão do regime parlamentar, saber se seria ou não adequado à realidade alemã, saber se, em certa medida, não desfiguraria a ética política do país, saber se esse parlamentarismo democrático adoptado seria ou não estranho à natureza do povo alemão; Na prática, ele parecia não se adequar à realidade nacional, tal como estava provado, por exemplo, pela mudança frequente de

governos – nos dez anos que se seguiram a 1923, assumiram a governação 11 governos diferentes – e que acabaria por ditar o enfraquecimento progressivo das forças parlamentares que sustentavam a república. No entanto, o início do fim acabaria por surgir através da vitória obtida pelo NSDAP (o Partido Operário Nacional-Socialista Alemão) nas eleições legislativas de 1930, um resultado que traduzia, de forma incontestada, a simpatia que parte do povo alemão nutria pelo, até aí, quase desconhecido partido nazi, marcando o início da fulgurante ascensão de Hitler ao poder⁴³.

Apesar do país ter vivido, a partir de 1933, uma situação de estabilidade política e melhoria económica, para o escritor, o presente afigurava-se como difícil e com um desfecho incerto, não devendo, por isso, ser entregue nas mãos do Nacional-Socialismo, cuja única ambição era a tomada do poder, sem, contudo, saber qual o caminho a seguir, quais as metas a atingir, ou quais as soluções a encontrar. Mann não tem dúvidas de que o Partido Nazi não é a resposta para os problemas do país, pois a verdade é que não tem as respostas adequadas ao problema, nem sequer defende princípios em que o país se reveja.

Mas foram certamente causas de ordem interna e externa que, juntamente com a degradada situação económica, levaram o povo alemão a manifestar-se como simpatizante do novo partido. Aqui, o escritor encontra ainda uma outra explicação que, associada à decadência económica da classe média, contribui, em larga medida, para o surgimento desta indesejável realidade. Existia, na sociedade na alemã, uma “sensação de viragem” que anunciava o fim da época burguesa, iniciada com a Revolução Francesa e com o mundo das suas ideias. Com ela surgira uma nova ordem que nada tinha a ver nem com a ordem burguesa nem com os princípios por ela defendidos: liberdade, justiça, cultura, optimismo, crença no progresso, um estado de alma que, ao invés, representava

⁴³ Apesar de os resultados eleitorais de 1930 terem determinado uma mudança total na orientação política do país, com a ascensão do Partido Nazi ao poder, também é verdade que, nas eleições realizadas em 1932, o NSDAP desceu bastante nas intenções de voto dos eleitores, não tendo nunca obtido a maioria absoluta dos votos.

um retrocesso irracional no seu mundo, no mundo da sua realidade social, bem como no mundo das suas ideias.

O tempo viria, de facto, a dar razão à análise receosa e fundadamente pessimista expressa por Thomas Mann neste ensaio pois, a 30 de janeiro de 1933, o presidente Paul von Hindenburg nomearia Adolf Hitler como *Kanzler* do *Reich*. A partir desse momento nada mais faltava para que a vitória da sua política e o controle absoluto do poder lhe pertencessem.

O olhar realista, crítico e analítico que Thomas Mann deitara a esta Europa, dispersamente ameaçada pelo regime fascista, não permitia antever o surgimento de qualquer outro efeito que não fossem a subversão e instabilidade, conferidas pelo Nacional-Socialismo. O escritor confessadamente apolítico não deixará, ainda assim, de fazer a sua leitura (acertada) dos factos, uma leitura clara e, infelizmente, premonitória de tudo o que ainda estava para acontecer. O seu próximo ensaio *Bruder Hitler* (1939), escrito quando já se encontrava no exílio americano, traduz já essa nova realidade, definidora do período mais negro da história alemã e cuja queda só ocorrerá em 1945, com a capitulação do país e o fim do Holocausto.

III
O EXÍLIO
(1938)

Bruder Hitler (1939)

1. A origem de um texto polémico

Se a República de Weimar se havia caracterizado como uma breve época de paz e de esperança no renascimento da Europa, a ascensão do Nacional-Socialismo ao poder haveria, pelo contrário, de representar o esboroar do ideal de confraternização necessário à estabilidade do país. A ameaça materializada com a nomeação de Hitler ao cargo de chanceler do *Reich* não permitiria, a partir de então, acreditar nem numa existência pacífica, nem na possível restauração da “república fracassada.” (Michalka e Niedhart, 1980: 5)

Forçado, desde 1933, ao estatuto de exilado, que o acompanhará até ao final da sua vida, é já longe da sua pátria que, em território norte-americano, Thomas Mann iniciará a redacção deste polémico ensaio. *Bruder Hitler* conhece a sua primeira publicação na revista *Das neue Tage-buch*, em 1939⁴⁴. Escrito num registo oscilante entre a ironia e a incredibilidade face à realidade política do seu país, o ensaio não deixa, no entanto, de causar perplexidade e estranheza a quem o lê.

As primeiras linhas são escritas em Beverly Hills (Califórnia), entre 4 e 21 de abril de 1938, por ocasião da primeira estadia de Thomas Mann em território norte-americano. Posteriormente, e já na sua residência suíça de Küsnacht, retoma a redacção do mesmo, de 1 de agosto a 4 de setembro desse mesmo ano.

⁴⁴ A tradução inglesa do ensaio foi também publicada no mesmo ano com o título *This Man is my Brother* na revista *Esquire*, de Chicago, vol. 11, nº 3, 1939.

A sua concepção, porém, havia surgido muito antes, concretamente a 19 de março, por ocasião do convite que lhe fora endereçado pela revista americana *Cosmopolitan* para escrever um artigo, a que daria o nome de *Tagebuchblätter*, referido na entrada de 19.III.38 do seu diário como “muito bem pago”. (Mann, 1980: 192)

A complexidade do tema gera, no entanto, um fundado receio no seu autor quanto à compreensão e receptividade do mesmo, pois já em solo americano, após a conclusão do texto, receara tratar-se de um artigo “demasiado difícil” para a revista em questão. Testemunho desse receio encontramos, num outro registo diarístico, de 11.V.38, onde podemos ler: “Após o chá, revi a tradução inicial do inglês feita pelo «Tagebuch-Blätter», que me parece demasiado difícil para a «Cosmopolitan».” (Mann, 1980: 221)

Sem que a versão redigida o convencesse plenamente da sua aceitação junto do público, Thomas Mann pondera, a 7 de julho, escrever uma nova versão do conteúdo essencial de *Bruder Hitler*, que receberia o título de “Hitler als Künstler oder Gegenkünstler, Antichrist”. (Mann, 1980: 251) É por isso que, com o intuito de criar uma nova versão do mesmo texto, inicia, a 1 de agosto, uma nova redacção, renovada e mais reduzida, o que vem a acontecer a 3 e 4 de setembro desse mesmo ano. Provavelmente com a intenção de avaliar o interesse que um tal escrito poderia provocar junto do público, a 5.IX.38, Thomas Mann faz uma leitura do mesmo na sua casa em Küsnacht. Numa passagem do seu diário pode ler-se: “Após o jantar, leitura de «Der Bruder» a K., Heinrich, aos Giehse e aos 5 filhos.” (Mann, 1980: 281) Após esta revisão, a que o texto inicial foi submetido, o *Tagebuchblätter* sofreu grandes alterações, assim como a parte inicial do texto, integralmente reescrita. O ensaio apenas receberia o título *Der Bruder* com a versão final, publicada na colectânea de ensaios *Achtung, Europa!*

Face à tensão política do momento o governo sueco⁴⁵ convidou a editora – em carta enviada a Bermann-Fischer a 14 de setembro – a publicar o volume de ensaios sem o texto *Der Bruder*, um desejo a que Thomas Mann inicialmente se opõe, mas a que, posteriormente, acabaria por ceder. O artigo só viria a ser publicado na segunda revista, em 1939. O manuscrito de *Tagebuchblätter de Bruder Hitler* encontra-se actualmente no TMA, enquanto que o *Tagebuchblätter* pertence ao espólio da Universidade de Yale.

2. O sentido do ensaio

Decorridos cerca de oitenta anos sobre a sua redacção, *Bruder Hitler* não deixa, ainda hoje, de causar alguma estranheza a quem o lê. O seu título suscita, desde logo, uma intrigante curiosidade a que só uma leitura atenta e crítica poderá dar uma resposta satisfatória. A contingência da realidade política de um mundo prestes a entrar numa nova guerra e a alteração do estatuto de cidadania de Thomas Mann, de membro da burguesia alemã, para uma recém-adquirida condição de exilado político, constituíam certamente para o escritor um dos mais importantes desafios, a que não poderia negar uma reacção, ou mesmo uma resposta. Demonstrando sempre um carácter inquieto e crítico face à sucessiva emergência e gravidade dos acontecimentos vividos pelo país nos últimos anos, Thomas Mann não tarda, por isso, a tornar pública a leitura que os mesmos lhe merecem.

A 14 de Setembro de 1938, último dia da sua estadia em território suíço, a imprensa local já dava conta da gravidade política e da profunda crise que ameaçava o território europeu. No registo do seu diário desse dia escreve: “Segundo os jornais: A crise europeia é apresentada na Alemanha simplesmente

⁴⁵ A Bermann-Fischer ou Fischer Verlag, editora responsável desde sempre pela publicação de toda a obra de Thomas Mann, foi obrigada, durante o período da II Grande Guerra, a mudar-se, primeiro para Viena (1936) e, posteriormente, para Estocolmo (1938). Gozando a Suécia de um estatuto de neutralidade, o governo sueco procurou persuadir a editora a não publicar o ensaio, a fim de evitar um possível conflito com a Alemanha.

como checo-alemã. Incidentes com mortos, revoltas dos instigadores, militares, tiros, assaltos, tumultos nas sedes dos sindicatos”. (Mann, 1980: 285) As notícias do cenário trágico, disseminado a partir da Alemanha para o restante território europeu, não deixaram a Mann alternativa quanto à decisão a tomar. Procedente de Amesterdão o navio, que o transportou até ao seu exílio americano, chega a Nova Iorque a 24 de setembro de 1938. (Mann, 1980: 294)

A enumeração datada dos acontecimentos surge, e é justificada, pela gravidade da situação, a mesma que inicialmente o obrigara a abandonar o seu país, força-o agora a abandonar também o continente, onde até aí vivera, uma imposição ditada pela violência extrema e descontrolada que a figura e a política de Adolf Hitler fizeram surgir.

Em *Bruder Hitler*, o escritor afirma a tensão, o conflito e o inevitável sentimento de desconcerto despertados pelo ditador capaz de provocar ao escritor e a toda a Europa um fascínio inexplicável, mas, ao mesmo tempo, de representar um potencial de ódio e destruição de dimensões incalculáveis. É esse o sentimento que Thomas Mann expressa logo no início deste ensaio:

É impossível resistir a tal tentação: ninguém consegue escapar a esta figura sombria – o que se fica a dever, pura e simplesmente, ao carácter eficaz e avassalador da política...e graças a uma série de acasos felizes – ou, melhor, desafortunados – magicamente combinados, este homem tem conseguido levar, em todas as circunstâncias, a água ao seu moinho, acumulando vitórias e conquistas umas atrás das outras, sem contar com a mínima resistência ou oposição. (p. 141)

O fenómeno de sucesso representado por Adolf Hitler era agora um facto incontestado, devido não só ao *modus operandi* da sua política, mas também devido ao enorme fascínio que a figura do ditador exercera, sem aparente contestação, sobre uma boa parte dos alemães.

A leitura pessoal dos acontecimentos revela-se para o escritor uma dolorosa confissão, comparável a uma “flagelação moral” (p. 141), um estado de alma susceptível de despertar, em si e em todos aqueles para quem o destino da

civilização importasse, um sentimento de ódio de efeitos incertos e imprevisíveis, ao qual ninguém no momento presente estava imune.

Convém aqui sublinhar que, embora Thomas Mann não fosse judeu, tanto a sua mãe, de origem brasileira, como a sua mulher Katia, como ainda o seu próprio editor eram judeus, uma proximidade racial que por certo terá valido ao escritor a hostilidade que, ainda em território alemão, o regime lhe infligira com a invasão da sua residência de Munique, com a destruição parcial do seu acervo bibliotecário e, talvez acima de tudo, com a perda da nacionalidade alemã, em 1936, factos que constituíram para o escritor um choque terrível, comprovado pelas suas próprias palavras: “Ódio – admito que também eu o nutro no meu peito.” (p. 142) É totalmente compreensível que, para Thomas Mann, o ódio constituísse o único sentimento possível que quer a figura pessoal do ditador quer a sua política lhe despertavam.

A busca de um sentido, necessário ao entendimento do fenómeno político representado pela figura do ditador, pode servir de explicação à existência deste texto, a mesma que o leva a afirmar uma suposta *identidade* fraternal entre ambos e para a qual o próprio título nos remete com recurso à *ironia*, uma figura de retórica, de origem grega, utilizada no sentido de “disfarce” ou “fingimento”. A duplicidade semântica do conceito é aqui habilmente manejada pelo seu autor a partir não de qualquer intuito humorístico, mas antes, e acima de tudo, de um sentimento de profunda hostilidade gerado pelo ódio ao ditador.

Conhecida era a pretensão de afinidade, buscada por Hitler, para com o mundo glorioso da arte e da cultura alemãs, uma pretensão atestada, por exemplo, pela sua presença regular no Festival que, à época, se realizava (e, ainda hoje, se realiza) em Bayreuth, em homenagem à figura do músico Richard Wagner. Mas não só o universo musical suscitava a atenção e interesse artísticos de Hitler, pois também o mundo da pintura despertava no ditador aspirações a ocupar um lugar de destaque no mundo da arte, as quais procurou concretizar, com a produção de centenas de quadros e postais, de cuja venda subsistia

durante os anos que residiu em Viena (1908-1913), muito antes de ir para a Alemanha.

Uma aspiração, por certo, não bafejada pelo sucesso, e de que Thomas Mann não se inibe de escarnecer, ao designá-lo como um “condenado ao eterno fracasso.” (p. 142) Explicado o sentido irónico utilizado no título do ensaio não é, pois, de estranhar o tom profundamente crítico e altamente depreciativo com que o cunha. A expressão descritiva, e definitiva, da figura do ditador, “O tipo é um desastre” (p. 142) reflete e fundamenta, da parte de Mann, a afirmação anterior que, de forma abrangente, o ditador lhe desperta quer no âmbito artístico, político ou mesmo humano.

A designação de “criatura miserável” (p. 142) é complementada com a narrativa precisa do sentido dado à expressão: “...um ser inútil, incapaz, malgrado uma série de vezes, extremamente preguiçoso, inapto para qualquer tipo de trabalho...todas estas circunstâncias...calham a convergir com o complexo de inferioridade...” (pp. 142-143) A enumeração detalhada das várias incapacidades pessoais e artísticas de Hitler é aqui feita em tom bastante crítico e depreciativo por Thomas Mann, servindo, ao mesmo tempo, para afirmar que são essas mesmas incapacidades que levaram o ditador a enveredar pelo mundo da política. Uma decisão tomada, não para cumprir uma vocação ou interesse pelo tema, como seria normal e desejável, mas antes para compensar a frustração e satisfazer o desejo de vingança que, há muito, o dominavam. A certeza com que Thomas Mann denuncia a incapacidade do *Führer* não deve causar qualquer tipo de surpresa ao leitor, tanto mais se a analisarmos à luz da seguinte afirmação: “...com o complexo de inferioridade de um povo derrotado...” (p. 143) Trata-se, na verdade, da junção de circunstâncias que, de forma oportuna - e bastante vantajosa para Hitler - permitiram a ascensão do ditador à chefia do estado alemão, por um lado, a frustração que as suas incapacidades naturais lhe produziam e, por outro lado, o ressentimento da derrota sentido pelo povo alemão com o fim da I Grande Guerra.

3. O artista no ditador

Mas se Hitler não está isento de reparos desdenhosos e humilhantes, de igual forma as suas supostas pretensões artísticas não escapam à violência crítica das palavras de Mann. O surpreendente não era tanto que fosse o representante máximo do país, de dimensão muito superior ao esperado e que um artista como Thomas Mann o pudesse reconhecer como “uma manifestação artística”:

A arte...mencionei a flagelação moral, mas não seremos obrigados, quer queiramos ou não, a reconhecer neste fenómeno uma manifestação artística? Está tudo lá, de um modo que não deixa de ser aviltante: as «dificuldades», a preguiça e a desastrosa indefinição dos anos da juventude, a incapacidade de «acomodação», a falta de objectivos e de orientação, uma existência meio vegetal, meio obtusa, nas profundezas da boémia social e mental, a arrogante recusa em exercer qualquer actividade sensata e honrada, simplesmente por se ter em elevada conta – com base em que facto? (pp. 144-145)

Nesta passagem, Thomas Mann enumera de forma exaustiva alguns dos traços característicos do artista, tais como: “a preguiça, a indefinição dos anos da juventude, a falta de objectivos e de orientação, a arrogante recusa em exercer qualquer actividade sensata e honrada, simplesmente por se ter em elevada conta”, os mesmos que afirma existirem em Hitler, uma definição comparativa visto também ele (Thomas Mann) ser um artista. E é desse “parentesco fictício”, de artista para artista que ironicamente, se socorre para nomear este texto. Embora se trate de uma falsa comparação, pois Hitler não era, nem nunca foi, um artista, a mesma não deixa de causar a Thomas Mann um desagradável desconforto, por si confessado da seguinte forma: “Um irmão...Um irmão algo incómodo e indigno, que nos deixa os nervos em franja, um parente que nos provoca um grande desconforto. Não quero, contudo, voltar as costas à realidade...” (p. 146) A existência de uma hipotética relação de parentesco aqui afirmada através da possível „afinidade artística” existente entre ambos, representa para Mann motivo não apenas de desagrado, mas também de vergonha, pois certamente para alguém como ele, um escritor reconhecido

dentro e fora das fronteiras do seu país, a possibilidade de comparação com alguém possuidor de um perfil tão “mediocre” e passível das mais profundas e negativas críticas constituiria, por certo, uma situação incómoda e compreensivelmente indesejada.

4. O fanatismo na política

Ao colocar Hitler como alvo da sua crítica, Thomas Mann procura, acima de tudo, encontrar uma explicação para o fenómeno político que o ditador representa, alguém que, contra todas as expectativas, teve o mérito de, numa época de verdadeira ebulição política, ascender ao lugar cimeiro do poder no país mais importante e capaz da Europa. Uma crítica de total repúdio não apenas pelo homem, na sua dimensão pessoal e artística, mas acima de tudo pela política e pelos meios de que se socorre para a exercer. Consciente das reais motivações que levaram o povo alemão a colocar nas mãos de Hitler o destino do país, Thomas Mann afirma: “...o complexo de inferioridade de um povo derrotado, um povo que não encontra o seu caminho depois da capitulação e que só anseia pela restauração da sua «honra»” (p. 255), não deixa, apesar disso, de ser produtivo na discriminação das múltiplas incapacidades do ditador, ao declarar, peremptório: “Ora, este homem, que nunca aprendeu nada, que nunca quis aprender nada por certa arrogância obstinada, que não é dotado de qualquer capacidade técnica ou física, ao contrário da maior parte dos homens, pois não sabe montar a cavalo nem conduzir um automóvel ou um avião, que nem sequer foi capaz de gerar uma criança, este homem, dizia, reúne em si o que é necessário para convergir com o seu povo...” (p. 143) A enumeração feita por Mann refere-se a situações comuns, bastante correntes e banais como sejam a incapacidade de montar a cavalo ou mesmo conduzir um automóvel ou pilotar um avião, trivialidades que no fundo não o impediram de merecer o voto e a confiança de um grande número de alemães. Porém, se o elenco das suas limitações (pessoais)

é significativo, inferior não deixa também de ser a enumeração dos efeitos desconcertantes que os mesmos são capazes de provocar ao povo alemão:

...uma eloquência que arrasta massas, ainda que de qualidade ínfima, transformada em mero instrumento histérico e histriónico com o qual vai remexendo na ferida do povo, cativando-o com a profecia de uma grandeza saída das cinzas, atordoando-o com promessas, convertendo o sofrimento nacional em veículo para a sua glória, a sua ascensão a alturas fantásticas, ao poder absoluto, a compensações e sobrecompensações inauditas...a uma glória e a uma santidade tão avassaladoras que quem quer que, no passado, tenha duvidado daquele homem desconhecido, invisível e miserável, se transforma em alvo da morte, por sinal, da morte mais vil e atroz, uma morte infernal...este mesmo homem não se contenta com as fronteiras nacionais e tem a Europa em mira, aprendendo a disseminar, em contexto alargado, as mesmas ficções, as mesmas mentiras históricas, os mesmos artifícios atordoantes que lhe haviam servido de trampolim em casa...tornando-se mestre na exploração das debilidades críticas e dos temores do continente, no seu pavor pela guerra, conseguindo atrair a si outros povos, por cima das cabeças dos seus legítimos governantes, e conquistando o favor de grande parte das populações. (p. 143)

Thomas Mann não pode deixar de expressar a sua surpresa perante alguém tão desprovido das mais elementares capacidades, as mesmas que, ao mesmo tempo, conseguem provocar um efeito tão desconcertante e incompreensível em todos aqueles que ouvem o discurso “histérico e histriónico” do ditador. A capacidade que Mann reconhece existir em Hitler de, a partir das suas inúmeras limitações, ser capaz de conquistar a atenção e o apoio de grande parte do povo alemão, de se fazer valer do seu estado de fraqueza e de enorme debilidade, provocada pela esmagadora derrota inflingida à Alemanha pelos seus inimigos, para, assim, atingir um reconhecimento – neste caso, político – que de nenhuma outra forma poderia aspirar a alcançar. Alguém capaz de se servir do sofrimento mais profundo como aquele sentido e vivenciado pelo povo alemão, manipulando-o e servindo-se dele como um banal instrumento ao serviço dos seus interesses, e sobretudo como um “caminho fácil” para subir e controlar o poder, não apenas na Alemanha, mas também em toda a Europa. A mentira, a artificialidade e a manipulação são as armas usadas por Hitler para conquistar povos inteiros, e assim poder dominar o mundo a seu belo prazer, ascendendo a

um patamar de reconhecimento e de domínio que, em circunstâncias normais, jamais teria alcançado.

Ao negar a Hitler a pretensão de reconhecimento do mesmo estatuto histórico e político conferido a Napoleão, a quem Hegel havia denominado “o espírito do mundo a cavalo”, Thomas Mann não duvida na recusa liminar a conceder a uma tal comparação, quando afirma: “É uma absurdo e uma aberração querer comparar o grande general sem limites, o grande homem de armas e o pacifista chantagista, cujo protagonismo cairia por terra logo no primeiro dia de combate real.” (pp. 259-260) Uma comparação que, no seu entender, é totalmente desprovida de sentido, na medida em que, ao contrário de Napoleão, a quem se refere como “o grande homem de armas”, alguém capaz de exercer um domínio, por via da acção militar e chefia de um vasto exército, sobre todo o continente europeu, Hitler não passava de “um miserável mandrião...um verdadeiro zé-ninguém...«idealista» de trazer por casa”, no fundo apenas e só um “pacifista chantagista”. A verdade é que Mann encara a figura do *Führer* como alguém que, na verdade, não pretendia a paz, nem a conciliação entre os povos, não a pretendia nem mesmo no seio do povo alemão, mas alguém que, ao invés, pelo recurso à chantagem procura a glória e o domínio do poder. Atributos nada elogiosos e, desde logo, impeditivos de qualquer tentativa de comparação entre ambos.

Determinado na sua intenção de recusar a Hitler o reconhecimento de figura dominante e dominadora do seu tempo, Thomas Mann exprime, em todo o momento, a sua firme negação em atribuir qualquer importância artística ou política ao homem que, naquele momento, detém nas suas mãos o destino frágil e incerto da Europa. Mas se certa é a hostilidade manifesta ao homem, ao artista e ao político, igualmente verdadeiro é o fascínio que, não apenas ao povo, mas também a si próprio, Thomas Mann, o escritor, reconhecido e admirado na Europa e fora dela, essa “figura sombria” suscita. Ao fascínio inegável reconhecido ao ditador compara Thomas Mann o idêntico efeito provocado pelos

contos de fadas, embora os motivos da distorção e da decadência possam surgir aqui algo desfigurados, tal como comprovam as suas próprias palavras: “Wagneriano ao nível da distorção...” Uma comparação só possível pelo recurso, tão ao seu gosto, à figura da ironia. A mesma que descreve como sendo “...o elemento natural de toda a arte...” (p. 142), presente na obra de qualquer artista como um instrumento de fim preciso, desempenhando neste texto a função dissimuladora de esconder ou disfarçar o sentimento de ódio que move o escritor: “Ora, o artista, enquanto partidário irónico da vida, só pode reagir voltando costas, enojado, a um retrocesso tão ignóbil e hipócrita.” (p. 146) No entanto, nem a ironia como instrumento narrativo, nem a crítica como modo de censura bastarão (e Thomas Mann sabe-o) para travar o processo de destruição já posto em marcha pelo seu autor, um processo de destruição que prevê a negação da condição humana a um povo inteiro - o povo judeu - para, logo de seguida, o exterminar.

5. Concluindo...

Quando, em finais de 1938, Thomas Mann abandona a sua casa na Suíça e parte com a família rumo ao continente norte-americano, era claro tanto para o escritor como para grande parte do escol de intelectuais de idêntico mérito, em especial, de ascendência judia que o “acompanharam” nesse percurso de fuga, que a Europa e, em concreto, o seu país de origem, a Alemanha, haviam deixado de garantir a estabilidade necessária a uma vida em segurança. O exercício do poder pela figura do ditador não fazia pressagiar um futuro nada auspicioso, muito pelo contrário, agora, tal como anteriormente acontecera, as dificuldades, as incertezas e as angústias anunciavam-se à vida quotidiana do homem como uma inevitabilidade certa, mas também indefinida e indeterminada quanto à extensão e aos efeitos do perigo que o seu principal protagonista seria capaz de provocar. Consciente de que a ténue linha que separa o bem do mal seria

facilmente transposta ao sabor dos interesses e da vaidade pessoal daquela figura que Thomas Mann descreve como “infame” e “rancoroso”, o nosso escritor não duvida que a partida é a única solução possível face à ditadura do regime num momento em que o poder do seu líder estava, já então, plenamente consolidado. Em *Bruder Hitler*, é-nos relatado com grande detalhe e acuidade as misérias pessoais, artísticas e políticas que “compõem” a figura do ditador, as mesmas que, por extensão, terão a capacidade de ditar o infortúnio e a queda de povos e nações, em cumprimento do desejo de poder e da sede de vingança de um só homem, disposto a subjugar ao seu poder tirânico uma existência pacífica tão cara e necessária ao ser humano.

Aqui, e contrariamente à argumentação utilizada nos ensaios que integram o *corpus* deste trabalho, Thomas Mann não recorre aos critérios da arte e da cultura para explicar, defender ou justificar qualquer uma ocorrência relevante da época. Aqui, o escritor limita a sua análise e o seu olhar crítico à simples e objectiva realidade dos factos, sem evitar a leitura da natureza própria de que se revestem: a política. Longe da pátria, sem a nacionalidade do país que o viu nascer, a Mann nada mais resta a não ser o olhar crítico e objectivo do momento presente, sem a interferência ou mediação de um passado que agora, mais que nunca, sabe não poderá dominar o seu olhar ou o seu discurso “apolítico”.

IV
O FIM DA GUERRA
(1945)

Deutschland und die Deutschen (1945)

*Dummheit, Verirrung, Sündenstand und Borgen
Befängt uns geistig und verzehrt den Leib
Und Reue nähren wir zum Zeitvertreib
Wie Bettler schmausend ihr Geschmeiß versorgen*

Baudelaire (trad. de Walter Benjamin)

1. *Deutschland und die Deutschen*: o contexto

A 29 de Maio de 1945, três semanas após a rendição das tropas nazis e antes do lançamento da bomba atômica sobre Nagasaki e Hiroshima, Thomas Mann profere, na *Library of Congress* em Washington, uma conferência intitulada *Deutschland und die Deutschen*⁴⁶, mais do que um mero discurso o seu sentido consagra uma verdadeira declaração de culpa do seu país, uma confissão difícil, mas igualmente inevitável. Controversamente culpada e inocente desde os anos da I Grande Guerra, a Alemanha sabe que não poderá, desta vez, subtrair-se ao amargo prestar de contas a que a acção criminosa do seu mais notado e temido governante a vinculou.

A nova configuração política e social do país, devastado e reduzido aos escombros impostos pelos bombardeamentos não propiciava, nem permitia, a expressão de qualquer tentativa de invocação de inocência. Consciente da desconfiança despertada pela Alemanha à comunidade internacional, Thomas

⁴⁶ O discurso *Deutschland und die Deutschen* (*Germany and the Germans*) foi pronunciado em língua inglesa e publicado pela primeira vez, na versão completa, na revista *Die neue Rundschau*, Estocolmo, 56. Jg, vol. 1. outubro 1945.

Mann sabe que nada mais lhe resta do que reconhecer a catástrofe e a culpa alemãs, recusando explicitamente o papel fácil de representar a “boa Alemanha” para condenar a “má Alemanha”. É esse o sentido da sua afirmação ao confessar “...não existem duas Alemanhas, uma boa e uma má, mas apenas uma boa, uma boa que foi corrompida por astúcia do demónio. A má Alemanha nada mais é do que a boa extraviada, a boa Alemanha caída em desventura, em pecado e decadência.” (p. 178) Ao afirmar não existirem duas Alemanhas, mas apenas uma, a boa, corrompida pelo demónio presente na mística literária do *Faust*, de Goethe.

Embora não negue o convite (americano) para falar sobre a Alemanha e os alemães Thomas Mann está consciente da complexidade de que o mesmo se reveste “...porque o tema é muito complexo, intrincado e inesgotável, mas também devido às fortes emoções de que se faz rodear.” (p. 155) Neste texto, o escritor reconhece a dificuldade de encontrar e justificar as razões concretas que levaram o país à eleição do Nacional-Socialismo, o mesmo que o conduziu à tragédia do Holocausto e a que se une a difícil confissão de culpa de todo um povo, o sofrimento e a emoção de falar acerca da questão alemã, do enigma de um povo capaz de prestar os feitos mais grandiosos à humanidade, mas também de lhe impor os desígnios mais fatídicos e brutais.

O tema do discurso de Mann é forçosamente ditado pelos acontecimentos mais recentes, pela guerra e pela busca das razões (históricas) que a tenham provocado. Mas falar da Alemanha obriga Mann a falar da questão alemã, o que significa, desde logo, reconhecer a perduração histórica de momentos que, de uma forma trágica, culminaram no momento presente, deixando no seu rasto um vestígio de morte e de destruição.

2. Ao encontro do passado: entre Martinho Lutero e Goethe

Ancorando a sua locução americana na oscilante “intertemporalidade” de momentos, presentes e passados, o orador de *Deutschland und die Deutschen* não recusa a assumpção da responsabilidade que lhe é devida, ao afirmar: “Quem é alemão, está *implicado* no destino alemão, na culpa alemã.” (p. 155) Assumir a culpa é, afinal de contas, mais do que uma necessidade, uma obrigação da Alemanha e do povo alemão.

É nesse sentido que, numa perspectiva memoriada, invoca a sua cidade natal, Lübeck, a mesma onde nasceu e viveu até aos dezoito anos, coincidência ou não, a mesma a que à época dedicava o seu tempo e atenção de escritor literário em *Doktor Faustus* (1947). Uma invocação pertinente e totalmente justificada, pois, mais do que uma mera coincidência, a ela Mann vai associar duas das maiores figuras referenciais da cultura do seu país: Martinho Lutero e Goethe. Um retrocesso temporal a uma época de sombras e de trevas que arrasta na sua atmosfera, aquilo a que chama “uma espécie de histeria de finais da Idade Média”, mas também “...uma epidemia espiritual latente” (p. 157), uma relação que evoca à sua memória uma ligação secreta entre o espírito alemão e o demónico. O apelo ao passado como forma de reconstrução histórica na qual o escritor cruza épocas e figuras distintas, permite-lhe encontrar a resposta esperada para um entendimento lógico e coerente do momento presente. É nesse cruzamento de tempos passados, concretamente aquele em que surge a figura do Fausto, colocado na fronteira entre a Idade Média e o Humanismo, que Thomas Mann vai centrar o seu discurso e formular uma explicação possível para o que chama “o destino terrível da Alemanha, a tremenda catástrofe em que culmina agora a sua história recente...” (p. 155) A singularidade da argumentação aqui defendida não deve surpreender, pois em outros momentos de um passado mais recente, já Mann apelara a Goethe no sentido de encontrar uma explicação quer para a alma quer para a questão alemãs.

Falar da Alemanha é, desde logo, falar de paradoxos, pois a grandeza (geográfica) do país, contrasta com a existência de “uma timidez natural”, de uma tendência do alemão para o fechamento e alheamento face ao mundo que o rodeia, traços definidores aparentemente opostos e contraditórios, expressos nas seguintes palavras do escritor: “... o colosso político do norte, onde há muito o termo ‘internacional’ se havia tornado um insulto e a atmosfera se deixara contaminar e estagnar por um provincianismo arrogante...” (p. 156) Mas o país, a que Thomas Mann chama colosso comparativamente aos vizinhos mais próximos, concretamente à Suíça, distingue-se, porém, pela sua natureza profundamente introvertida e individualista, um país que se fechara sobre si mesmo, entregando-se a um alheamento face à realidade existente fora das suas fronteiras. Uma forma de existência descrita como grotesca e espectral, lúgubre e inquietante e uma identidade recorrentemente definida como demoníaca. É com o intuito de procurar um sentido e uma explicação para a singularidade do país e do povo que Mann invoca as suas memórias, uma recordação cujo verdadeiro sentido admite não ser capaz de explicar, talvez pelo facto de lhe sugerir uma ligação entre o espírito alemão e o demónico, tal como revela a seguinte passagem:

Eu próprio não saberia explicar por que razão evoco, aqui e hoje, estas minhas recordações do passado. Será pelo facto de a minha primeira experiência, visual e anímica, da «Alemanha» se ter produzido sob a forma de uma imagem, simultaneamente bizarra e veneranda, daquela cidade? Será pelo facto de me ser importante sugerir uma ligação secreta entre o espírito alemão e o demónico, uma união que, estando antes de mais associada às minhas experiências mais íntimas, não se torna fácil de explicar ou de defender? (p. 158)

Para esta afinidade identitária, cuja existência Thomas Mann defende quer no momento presente quer também em épocas passadas, encontra o fundamento na obra prima da nação alemã, o *Fausto* de Goethe. Mas, afinal, quem é Fausto? Poderíamos dizer de forma muito simples que se trata da personagem central da obra maior da literatura alemã. Fausto é um homem que aspira a tornar-se Deus,

alguém que se entrega ao demónio em virtude de uma pulsão audaz pelo conhecimento e pela magia, alguém, no fundo, disposto a celebrar um pacto com o diabo em virtude de uma incontida “arrogância intelectual” (p. 159), conhecendo e aceitando, de antemão, o preço a pagar. Presente tanto na obra de Lutero como na de Goethe, o diabo surge aos olhos de Mann como “uma figura muito alemã”, (p. 705) tal como a aliança com ele forjada. Aferir da “presença mística” dessa figura no momento presente da história alemã é uma dúvida surgida no pensamento de Thomas Mann, que afirma a existência de uma lacuna, quer na lenda quer no poema, pelo facto de a personagem Fausto não ter sido associada à *música*. Ao invocar Sören Kierkegaard, que considera ser a música o “território do demónio”, também Mann reconhece essa mesma ligação presente no ensaio da autoria do filósofo dinamarquês sobre *Don Juan* de Mozart: “A música é arte cristã de mau augúrio. É ordem e caos ao mesmo tempo, calculista e irracional, plena de elementos espectrais e encantatórios, magia numérica, a arte mais distante da realidade e a mais passional ao mesmo tempo, abstracção e misticismo.” (p. 159) Por isso mesmo, defende Mann que, por ser o representante da alma alemã, também o Fausto deveria ser musical, uma vez que a relação do alemão com o mundo é “abstracta e mística, isto é, musical”. (p. 1596) O alemão define-se pela arrogante pretensão de ser superior em “profundidade” ao resto do mundo, uma profundidade definida pela musicalidade da sua alma, a que o escritor chama “interioridade”, e em que a dimensão especulativa se impõe à sócio-política, uma ideia defendida nos seguintes termos:

Em que consiste esta profundidade? Precisamente na musicalidade da alma alemã, naquilo a que chamamos a sua interioridade, isto é: no desmoronamento da dimensão especulativa e da dimensão sócio-política existentes na energia humana e no total predomínio da primeira sobre segunda. A Europa sempre o soube e sempre foi vítima das suas consequências monstruosas e infelizes. Balzac escreveu em 1839: «Les Allemands, s'ils ne savent pas jouer des grands instruments de la liberté, savent jouer naturellement de tous les instruments de musique». (p. 160)

Mais do que o reconhecimento de uma identidade especulativa, Thomas Mann reafirma aqui a falta de interesse e de vocação do povo alemão para a política, destacando, ao invés, a musicalidade da alma alemã, uma preferência de conseqüências gravosas para a esfera político-social do país.

Em Martinho Lutero, Thomas Mann reconhece “uma encarnação colossal do espírito alemão” (p. 160), uma figura extremamente musical, um homem notável no seu estilo profundamente alemão, pela sua ambiguidade enquanto força libertadora e retrógrada, um verdadeiro revolucionário conservador. Virtudes importantes ainda que insuficientes para merecer da sua parte a simpatia ou admiração pela figura do monge agostiniano, sentimentos afirmados na seguinte passagem:

Querer identificar a essência alemã simplesmente com a cultura, separá-la e colocá-la contra a Igreja romana, contra a Europa numa palavra, é algo que me causa estranheza e angústia, mesmo se, com isso, Lutero tivesse em mente fundar a liberdade evangélica e a emancipação espiritual. A atitude especificamente luterana, colérica e violenta, o vitupério e a injúria, a fúria e a valentia implacável, combinadas com uma certa profundidade e delicadeza da alma e com a crença mais veemente e supersticiosa em demónios, espectros e outras aberrações medonhas, despertam, em mim, uma forte repulsa instintiva. (pp. 160-161)

A conclusão possível a retirar das palavras de Thomas Mann acerca de Martinho Lutero permite aferir da existência de grandes contradições no pensamento do monge agostiniano. Lutero contesta, de facto, de forma veemente e determinante, a autoridade papal e a corrupção existente em Roma, nomeadamente a que resultava da venda de bulas papais. Mas pretender identificar a “essência alemã”, o sentido do “ser alemão” unicamente com a cultura, com a capacidade e com a possibilidade de ler e entender a palavra divina de forma individual, sem a intervenção de qualquer intermediário (entenda-se, aqui, sem a intervenção da Igreja Católica) é uma ideia que causa estranheza e “repulsa instintiva” a Thomas Mann. Trata-se, na verdade, de uma conquista importante, porém insuficiente e deficiente, pois ao homem não basta

para se emancipar, para ser verdadeiramente livre, quebrar (apenas) as “amarras” que o prendem à autoridade de Roma.

A personalidade de Lutero é descrita por Thomas Mann, nesta passagem, com grande pormenor, ao afirmar a rigidez de carácter, a violência ofensiva e mesmo injuriosa das suas palavras, uma coragem e frontalidade que aliadas a uma interioridade povoada por crenças supersticiosas, constituem uma combinação que desperta no escritor, aquilo a que chama, uma “forte repulsa instintiva”. (p. 161)

A enumeração dos traços definidores da personalidade de Lutero confirma o desagrado e antipatia que este desperta ao escritor, confessando, ao invés, a sua preferência pelo Papa Leão X, o bondoso humanista a quem o monge de Eisleben chamava «a besta do diabo». (p. 161) E embora Goethe lhe mereça palavras de verdadeira admiração, foi a Lutero que a Alemanha, na sua opinião, se manteve verdadeiramente aliada, devido acima de tudo à sua tradução da Bíblia, essencial como fundamento da língua alemã – mais tarde aperfeiçoada por Goethe e Nietzsche. Um contributo inestimável com efeitos múltiplos na sociedade alemã daquele tempo e dos que se lhe seguiriam, nomeadamente no âmbito da relação do homem com Deus e com o conhecimento, uma relação a partir daí estritamente pessoal e sem intermediários. Quando Martinho Lutero traduziu a Bíblia para a língua alemã, a sociedade (civil) da época era maioritariamente analfabeta, detendo a Igreja o domínio exclusivo do conhecimento dos textos bíblicos dado os seus membros serem estudiosos e educados. Lutero permitiu, desse modo, o acesso ao conhecimento, à informação, à educação e à investigação, ao permitir a cada indivíduo a busca da verdade. A sua intenção era que o povo tivesse acesso directo à fonte, ao texto, retirando, por essa via, o poder detido pela Igreja Católica sobre os fiéis e permitindo, ao mesmo tempo, pôr em marcha o processo da reforma protestante possível graças à impressão da totalidade dos textos sagrados, a partir de 1534.

O contributo de Lutero com a tradução da Bíblia ajudou não só a irradiar o analfabetismo, como ainda a estandardizar o alemão no Sacro Império Romano-Germânico – o que facilitaria a unificação da nação alemã no século XIX – sendo ainda considerado como um dos pilares da literatura alemã.

A importância reconhecida por Thomas Mann a Martinho Lutero está bem ilustrada no seguinte excerto do seu texto:

...o decisivo impulsor da liberdade de investigação, da crítica, da especulação filosófica, graças à destruição dos grilhões escolásticos e à libertação da consciência. Na medida em que estabeleceu a relação imediata entre homem e Deus, Lutero promoveu a democracia europeia, já que transformar «todo o indivíduo em seu próprio sacerdote» é um gesto verdadeiramente democrático. A filosofia idealista alemã, o aperfeiçoamento da psicologia através do exame pietista da consciência, bem como, por fim, a superação da moral cristã através do maior rigor ético e busca da verdade..., tudo isto se ficou a dever a Lutero. (p. 162)

Trata-se, no entanto, de uma passagem importante e complementar da anteriormente transcrita, e na qual pudemos verificar a existência de contradições no pensamento de Martinho Lutero merecedoras da crítica e do desacordo profundo de Thomas Mann. Aqui está, de facto, presente a ideia complementar e justificativa dessa mesma contradição, pois a liberdade afirmada e defendida de forma tão convicta e com consequências tão gravosas para Lutero não era, afinal, nem total nem absoluta, mas restrita e limitada a uma determinada esfera de acção do homem: a religiosa, ignorando uma outra, também ela revelante em qualquer sociedade: a política.

A verdade é que Lutero com a sua tradução dos textos bíblicos para a língua alemã concedia ao homem um poder deveras importante, na sua qualidade de indivíduo e de cidadão, a liberdade. A liberdade de investigação, a liberdade crítica, a liberdade de especulação filosófica, tal como Thomas Mann, de forma taxativa, afirma nesta breve passagem, um gesto verdadeiramente “democrático” da parte de Lutero, conclui. E essa liberdade permite ao homem ser o seu próprio “sacerdote”, entendido aqui como autoridade, como elemento

decisor, dotado da liberdade e do conhecimento que ela lhe permite para decidir, individualmente, sem a interferência, nem a “orientação” de ninguém.

Mas se os contributos de Martinho Lutero para a cultura alemã foram, de facto, reais e inquestionáveis, o seu pensamento, e acção não deixaram, apesar de tudo, de merecer a profunda reprovação de muitos. A esse respeito, Thomas Mann recorda a afirmação de Friedrich Ebert, o primeiro presidente da república alemã: “Fujo da revolução como quem foge do pecado.” (p. 162) Trata-se de um juízo formulado por Ebert a partir da condenação e rejeição intransigentes que Lutero expressara acerca do episódio da guerra dos camponeses (1524-1525), uma primeira tentativa de revolução alemã à qual Lutero se opusera frontalmente e em termos bastante violentos e extremados, ao afirmar: “Por isso Lutero instigou ao abate dos camponeses, como se de cães raivosos se tratasse, por isso exortou os príncipes ao extermínio e dizimação do gado, isto é, dos camponeses, como via para a conquista do reino dos céus.” (p. 163) A verdade é que, de facto, Lutero lutara e defendera, de forma intransigente, o princípio da liberdade, mas apenas uma liberdade, a religiosa, pois tal como a citação, acima formulada, demonstra a liberdade de expressão “política”, de reivindicação de direitos civis, essa deveria, no seu entender ser totalmente cerceada.

Para Thomas Mann o espírito luterano era, de facto, o verdadeiro espírito alemão, um espírito defensor da liberdade, mas apenas de uma certa liberdade, da liberdade religiosa, da liberdade cristã, pois da outra, da liberdade política, da liberdade do cidadão, dessa Lutero nada percebia. O que está verdadeiramente em causa é a aceitação ou submissão de Lutero a um princípio de liberdade em sentido restrito, a uma liberdade interior, voltada para si mesmo, uma “liberdade alemã”, abstracta e musical, reflexo da alienação própria do alemão face à vida e ao mundo, descrita por Mann nos seguintes termos:

A sua submissão anti-política, esta mistura de interioridade alemã e musical e de alienação perante o mundo, não só cunhou, durante séculos, a atitude alemã de sujeição servil aos nobres e a toda a autoridade pública, como também favoreceu

ou até produziu o dualismo alemão situado entre a mais ousada especulação e a menoridade política. Mais do que tudo a atitude luterana representa, de forma mais monumental e obstinada, o desmoronamento alemão do impulso *nacional* e do ideal de *liberdade* política, pois não nos esqueçamos de que a Reforma, como mais tarde sucedeu também com a revolta contra Napoleão, foi um movimento *nacionalista* em prol da liberdade.” (p. 165)

É dessa postura de “reclusão interior” do povo alemão, a que o escritor chama “submissão anti-política” e definida como “alienação perante o mundo” que surge a falta de interesse pela causa política, ao que chama, estado de “menoridade política”, uma passividade que o conduz à submissão ao poder político, uma atitude antiga e muito alemã, a mesma que, afinal de contas, permitiu e legitimou a subida do Nacional-Socialismo ao poder na Alemanha. É a partir dessa postura, da ausência de relação do alemão para com a política, que se pode reconhecer a singular inversão do princípio da liberdade no seio de um povo tão nobre como o alemão, uma inversão causadora da subida do partido nazi ao poder.

Segundo as palavras de Thomas Mann, o conceito de liberdade pode ser definido nos seguintes termos: “De um ponto de vista político, a liberdade é, acima de tudo, um conceito moral, situado na dimensão da política nacional.” (p. 165) Uma acepção ambivalente do termo, fundada na dupla significação permitida pelo conceito, como uma condição ou um direito de existência interna e externa na vida de um dado povo, em que uma (a interna) não vive sem a outra (a externa). Mas não no caso alemão, pois aí (a liberdade) surge com uma única feição, definida pela sua vocação de interioridade e por um conteúdo específico: “...significando o direito de ser alemão, alemão e nada mais, nada além disso. Tratava-se de uma ideia de protesto e de rejeição, um conceito voltado sobre si mesmo e recusando tudo o que pudesse condicionar e limitar o egoísmo nacionalista.” (p. 166) Tratava-se, no fundo, de uma forma singular, verdadeiramente única de afirmação de um país e de um povo face ao mundo, face à Europa e face à civilização ocidental. Mais do que uma necessidade, trata-

se de um verdadeiro traço definidor do povo, uma inversão de sentido (do conceito de liberdade) *nacional* “aproveitada” pelo Nacional-Socialismo que tratou de a elevar a um nível de escravização e de submissão, de cujos efeitos a História nos dá conta.

Thomas Mann questiona-se por que razão o conceito de liberdade e a necessidade de liberdade do povo alemão – de se afirmar como alemão – teve sempre, ao longo da história do seu país, de terminar em submissão? Por que razão teve ela, durante o período do Nacional-Socialismo, de terminar até sob a forma de atentado à liberdade de todos os outros e de si própria? Para Mann a resposta a esta questão reside no facto de a Alemanha não saber o que é uma revolução, e por isso mesmo, nunca ter aprendido a relacionar o conceito de nação com o conceito de liberdade. Uma vez que o conceito de nação nasceu com a Revolução Francesa é, por isso, uma ideia revolucionária, liberal que envolve a noção de humanidade e de que nos dá conta na seguinte passagem:

O conceito de «nação» nasceu com a Revolução Francesa, e é uma ideia revolucionária e liberal que envolve a noção de humanidade. De um ponto de vista da política interna, significa Europa. Todas as conquistas do espírito político francês assentam sobre esta feliz união e toda a estreiteza e negatividade do entusiasmo patriótico alemão deriva do facto de tal união nunca se haver concretizado na Alemanha. Podemos ir mais longe e afirmar que o próprio conceito de nação, enquanto conceito historicamente associado ao de liberdade, é desconhecido no nosso país. (pp. 166-167)

A conclusão a retirar desta afirmação de Thomas Mann é a de que não se deve utilizar o conceito galicista de nação para designar o caso alemão, “não devemos usar a mesma palavra para descrever duas realidades completamente distintas”, (Mann, 1986: 712) uma vez que na Alemanha, ao contrário do caso francês, a união existente entre nação e liberdade nunca ocorreu, uma falta “responsável” pela estreiteza e negatividade do entusiasmo patriótico alemão, pois a noção alemã de liberdade é nacionalista, anti-europeia, encontrando-se sempre muito próxima da barbárie.

A História alemã é prova de que a relação do espírito alemão com a política define-se, como já vimos, pela ausência de vocação ou de qualificação do povo para essa dimensão, uma conclusão confirmada pelas várias revoluções alemãs, que redundaram todas elas em fracasso. Disso são exemplo as revoluções alemãs de 1525 (Guerra dos camponeses), a de 1813 (Guerras da libertação, face às tropas napoleónicas) e também a de 1848 (Revolução de março), que se vieram a revelar verdadeiros malogros devido à inépcia política da burguesia alemã, sem esquecer naturalmente a última, a de 1918.

Todos os povos que nasceram vocacionados para a política sabem preservar a unidade entre consciência e acção, entre espírito e poder, para eles a política é uma arte da vida, em que sempre existe um lado perverso, terreno ou mundano, sem com isso perder o lado mais honesto e autêntico do homem, ou seja, a sua dimensão moral. Pelo contrário, o alemão não sabe lidar com a vida, revelando-se, por isso mesmo, pouco vocacionado para a política regendo-se, ao invés, pelo princípio da honestidade, definindo-se essencialmente pelo seu lado ideal e intelectual, por uma vivência interior oposta e incompatível com a mundividência da própria vida, com as suas contingências e com os seus “pecados”. Trata-se, pois, de uma forma “muito alemã” de encarar a política e que Thomas Mann descreve da seguinte forma: “Não sendo por natureza perverso mas inclinado para o lado ideal e intelectual, o alemão considera que a política se resume a mentira e crime, fraude e violência, algo de puramente sórdido e indecente...para ele, a política é sinónimo de perversidade, pelo que se vê na necessidade de se transformar, ele mesmo, em demónio.” (p. 170) Aqui, Mann afirma que a natureza do alemão não é má, antes vocacionada para o espírito, depreendendo-se das suas palavras ser esse o seu lado “bom”, por oposição ao lado “mau”, associado ao mundo real, à vida, concretamente à política, sinónimo de mentira, de crime, de fraude e de violência, características que associa ao demónio.

Uma incompatibilidade singular e muito alemã, a existente entre o universo da “*Innerlichkeit*” e o pragmatismo do mundo real, o que o mesmo é dizer entre a moral e a política, mas sempre que é obrigado à sua prática – sempre que movido por uma ambição mundana, se dedica à política – também ele se deixa orientar pela filosofia que a rege, a da violência e da barbárie.

Face a esta oposição, e sem nunca rejeitar a responsabilidade e a culpa alemãs, Thomas Mann não deixa de reafirmar, na recta final do seu discurso, o papel essencial desempenhado pela “interioridade” alemã, considerada talvez como “a qualidade talvez mais famosa do povo alemão”, uma qualidade que integra todos os traços definidores da mais sublime poesia, o que o leva a afirmar: “neste termo se misturam sensibilidade e delicadeza, profundidade da alma e do coração, contemplação absorta e alheia ao mundo, devoção pela Natureza, austeridade e rigor do pensamento e da consciência, numa palavra, todos os traços essenciais da mais sublime poesia...”. (p. 172) A mesma “interioridade” que deu à humanidade a metafísica, a música e o *lied* alemão, algo único e inigualável na história da humanidade.

3. O Romantismo e a *Innerlichkeit*

Mas se é certo que o feito histórico que Thomas Mann associa à “interioridade” é a Reforma luterana, também é correcto afirmar que foi o *Romantismo* alemão o movimento artístico que maior expressão e visibilidade lhe deu, pois é nele que identifica os mesmos traços que a caracterizam:

...um certo tipo de poder e de devoção de natureza obscura, quase se poderia dizer uma espécie de carácter arcaico da alma que tem afinidades com as forças ctónicas, irracionais e demoníacas da vida, isto é, com as verdadeiras fontes da vida, oferecendo a insubmissão do conhecimento mais profundo e a comunhão mais íntima com o sagrado... (pp. 173-174)

À natureza obscura e arcaica que define o Romantismo, Thomas Mann compara a visão pessoal de Goethe, que o identifica com a doença, um aforismo

resultante do confronto entre o carácter sublime reconhecido à “interioridade” e o gérmen da doença que o Romantismo comporta. Mesmo a nível político, durante o governo de Bismarck, o único génio político que a Alemanha conheceu, não deixou, enquanto espírito alemão, de produzir os seus efeitos, continuando a actuar sobre ele o tal gérmen romântico da doença e da morte. A sobrevivência do espírito alemão seria garantida pelo sofrimento e pela humilhação de uma guerra perdida que conduziu o país à barbárie histórica da política de Hitler, à catástrofe e ao terrível desfecho da história recente da Alemanha. Um desfecho que Thomas Mann descreve da seguinte forma:

O que o alimentava era o infortúnio da História, o sofrimento e a humilhação de uma guerra perdida. Degradado a um nível deplorável, ao nível de um Hitler, o Romantismo alemão desfez-se em barbárie histórica, em frenesi e convulsão de arrogância e de delinquência que veio a conhecer o seu7 terrível desfecho na catástrofe nacional, um colapso físico e psíquico sem igual... (p. 177)

Ainda que olhada como o traço mais característico e notável do carácter alemão, a “interioridade” não deixou, ainda assim, de produzir um efeito devastador e letal à História alemã, desde os tempos mais recuados de Martinho Lutero, atravessando o conturbado período do Romantismo ou a glória cantada à figura singular de Goethe, sem esquecer o marco distintivo representado pelos acontecimentos histórico-políticos de 1871, a sua presença acabou por impor, da forma mais cruel, a desdita e o infortúnio à Alemanha e aos alemães.

A definição do carácter apolítico do povo alemão está bem patente nas palavras definidoras de Thomas Mann, as mesmas razões que no fundo o levaram a praticar, pela mão do Nacional-Socialismo, as atrocidades a que o seu discurso procura agora dar uma interpretação “lógica e aceitável”. Mas, de uma coisa o escritor está certo, “a Alemanha teria muito bem cumprido os seus planos de poder sem recorrer à força e à prática de semelhantes atrocidades...” (pp. 170-171)

4. Concluindo...

Ao falar da Alemanha e dos alemães, o que Thomas Mann procura é contar “a história da interioridade alemã», (p. 178) uma história melancólica e autocrítica (alemã). Um mérito característico e muito fiel da tradição alemã que o leva a afirmar: “A tendência para a autocrítica, levada por vezes ao limite da auto-abominação e da autodifamação, é essencialmente alemã, permanecendo para sempre um enigma por que razão um povo tão predisposto para a auto-reflexão foi capaz, um dia, de pensar em dominar o mundo.” (p. 178) Trata-se de encontrar na história da “interioridade” alemã, uma história intimamente ligada à história da Alemanha, os motivos que terão levado um povo confessadamente místico, com uma postura e uma filosofia de vida contemplativas, mas crítico a alimentar a pretensão de dominar o mundo, no fundo procurar entender como foi possível que um povo “aniquilasse” a sua natureza mais caracteristicamente autocrítica para sucumbir à pretensão de domínio e destruição do mundo.

Porém, se a autocrítica surge neste contexto como um instrumento inevitável do seu discurso, a surpresa do escritor revela, por sua vez, uma postura diferente, já não de defesa incondicional do seu país, mas antes de censura e aceitação da culpa devida. A sua condição de cidadão americano, a adopção da língua inglesa como *língua* falante, o seu estatuto de membro oficial de uma instituição pública americana, constituem para o próprio escritor uma grata novidade, estranha e imprevista face à sua tão aclamada germanidade, uma condição que Thomas Mann nunca, até aí, havia admitido como possível. É nesse contexto que afirma a estranheza que a sua nova condição lhe provoca: “Tudo parece tão estranho, tão pouco credível, tão inesperado.” (p. 153) Uma estranheza que, ainda assim, lhe provoca surpresa e desperta gratidão e que o escritor descreve da seguinte forma: “...um favor, uma graça para com a minha pessoa. E a graça, essa é sempre surpreendente e inesperada. Quem por ela é bafajado, julga estar a sonhar.” (pp. 153-154) Longe da pátria que foi obrigado a abandonar,

despojado dos seus bens, da dignidade e do orgulho que a sua cidadania alemã lhe conferia, como cidadão e como representante da cultura alemã, Thomas Mann tem ainda motivos que o fazem sentir agraciado, como se de um sonho se tratasse e que não pode deixar de olhar como uma verdadeira dádiva da vida.

Embora inicie a sua intervenção afirmando o orgulho sentido pela sua recém-adquirida cidadania norte-americana, é à sua germanidade que apela, mais uma vez, como matriz estruturante de todo o seu discurso. Em *Deutschland und die Deutschen* Thomas Mann procura, de forma fundamentada, explicar as razões que levaram o país ao Nacional-Socialismo, de Martinho Lutero a Goethe, passando pelo Romantismo alemão, o escritor percorre a história alemã em busca das razões que de forma mais ou menos directa levaram o seu país à via da morte e da destruição, mas também e acima de tudo, como forma de se afirmar e de dominar o mundo.

NOTA FINAL

Este trabalho nasceu a partir da ideia concreta de conhecer e de dar a conhecer o pensamento de Thomas Mann face à realidade política, difícil e adversa, registada a partir da observação e da vivência que o próprio escritor presenciou durante os difíceis anos que integraram o período retratado nos ensaios e cuja análise constitui o *corpus* deste trabalho. Trata-se, por isso mesmo, do resultado das circunstâncias, do momento ou da sucessão inevitável dos acontecimentos que perduraram e deixaram o seu registo na história da Alemanha e cuja gravidade não deu em consciência ao autor de *Der Zauberberg* outra alternativa que não fosse o seu manifesto pessoal de apoio ou contestação, mais ou menos acertado, mais ou menos pertinente e que o próprio sabia ser objecto inevitável de atenção, de análise e de crítica.

Era, e é, do conhecimento geral do público conhecedor da sua obra literária ter sido Thomas Mann um escritor que nos legou, no que ao século XX se refere, uma das obras literárias mais importantes e representativas do seu tempo. Ao invés, idêntico juízo não nos permite o acervo de textos de natureza política que o escritor também nos legou. Mas quer fosse pela natureza própria do tema ou pela gravidade concreta das ocorrências próprias de cada momento, estes últimos mereceram uma atenção bastante mais reduzida, ou foram alvo de duras palavras de crítica ou manifestações de oposição.

Tal como já referimos, a dado momento deste trabalho, Thomas Mann era um escritor, não um político. Era um escritor burguês, filho do século XIX, e é precisamente nessa condição que escreve toda a sua obra. Ele é, nas suas próprias palavras, um apolítico e, ao mesmo tempo, também um conservador, alguém que procura manter e preservar o legado burguês característico e definidor da sua classe: a cultura. Uma afirmação que nos permite concluir ser a literatura de Mann, tal como de resto toda a literatura do século XIX, uma literatura de ideias e de compromissos, filha de um tempo marcado por uma “apoliticidade” oriunda

da já distante época de Martinho Lutero e que no caso de Thomas Mann se define por manter uma relação com o mundo em termos “abstractos e místicos, ou seja musicais”.

Não se trata tanto de procurar as razões históricas que estiveram na origem de todo este processo de escrita que o ocupa por cerca de trinta anos, de conhecer e identificar as causas e os causadores do conflito mundial iniciado no Verão de 1914, nem mesmo de aferir a surpresa que o mesmo representou aos olhos da sociedade daquela época, um acontecimento de ocorrência totalmente imprevista no ano antecedente ao da sua eclosão, para muitos e também para Thomas Mann. Trata-se, acima de tudo, de conhecer a leitura feita pelo escritor à situação política de um determinado período da história alemã, procurando acompanhar essa mesma leitura em todas as vicissitudes que a caracterizaram, não só nas manifestações de concordância com as decisões políticas dos seus principais protagonistas, mas também nas críticas que as mesmas lhe suscitaram. É importante ter presente que se trata de uma época social e politicamente conturbada e, em grande medida, podemos mesmo afirmar que inesperada para a sociedade da época e, naturalmente, também para Thomas Mann. Prova dessa afirmação é o registo presente no livro de Florian Illies, *1913 Der Sommer des Jahrhunderts*, em que, numa determinada passagem ficcional, mas que poderia muito bem ser representativa de uma cena da vida quotidiana do escritor, datada de Janeiro de 1913, podemos ler: “Sentado no comboio, Thomas Mann pensava no seu guarda-roupa, irritado com os vincos que as longas viagens de comboio deixavam nas roupas, mais tarde no hotel teria que as mandar passar.” (Illies, 2015: 17)⁴⁷ Trata-se de um relato humorístico da parte do seu autor, mas, ainda assim, perfeitamente adequado aos hábitos quotidianos e burgueses de Thomas Mann, mas é também, e acima de tudo, o testemunho que nos permite verificar

⁴⁷ A tradução da citação é da minha autoria.

como a surpresa, o desconhecimento e a expectativa, foram determinantes para inaugurar esta nova faceta do escritor.

Mais do que o registo do pensamento político de Thomas Mann, é a evolução sofrida pelo mesmo que mereceu da nossa parte uma atenção digna de registo e de análise, pois se por um lado a evolução político-ideológica do escritor entre 1914 e 1945 parece ser um admirável exercício de auto-crítica e um notável esforço de superação dos pressupostos herdados do seu universo cultural novecentista, também é certo que ela exemplifica uma transformação mais vasta que alterou profundamente a relação entre cultura e política na Alemanha do século XX, tal como afirma Fritz Ringer. De acordo com a opinião defendida por este conceituado germanista, antes de 1918, a maioria dos académicos alemães acreditava que a monarquia burocrática poderia sobrepor-se ao conflito de classes e “reverse the disaffection of the masses by pursuing a paternalistic program of social policy.” (Ringer, 2012: 30) A nova burguesia capitalista que dominava a sociedade alemã nos finais do século XIX, e retratada por Thomas Mann na sua primeira obra *Buddenbrooks*, não merecia da parte das forças conservadoras e nacionalistas dominantes do regime político guilherminiano qualquer tipo de simpatia, desconfiando ao invés das soluções de feição democrática que as primeiras apresentavam como alternativas ao regime vigente. Mas o fim profetizado pelo escritor à velha burguesia está bem retratado no seu famoso romance com a morte de Hanno Buddenbrook, o último membro da família e da classe burguesa.

É surpreendente verificar como sendo a política uma matéria estranha ao seu universo do escritor se tenha tornado, a partir de dada altura, tema dominante do seu interesse e da sua escrita, alguém que, de forma veemente, se autodeclarava como um apolítico. É dessa atitude, como resultado de uma trajectória iniciada a contragosto, que os seus escritos políticos são testemunho. Uma postura que lhe valeu múltiplos dissabores, contando-se por certo a perda

da cidadania, em dezembro de 1936, como a que maior mácula provocou ao escritor.

Julgamos pertinente, neste registo final ao nosso trabalho, mencionar dois textos que, embora estranhos ao seu *corpus* não deixam, no entanto, de manter com ele uma estreita e, em nosso entender, totalmente pertinente ligação. O primeiro, da autoria do próprio Thomas Mann, surgido em resposta ao apelo que lhe havia sido dirigido, em 1945, por Walter von Molo⁴⁸ e cuja resposta surge sob a forma de carta aberta com o título “Warum ich nicht nach Deutschland zurückkehre” (Porque não regresso à Alemanha). O segundo, surgido algumas décadas após a sua morte, é da autoria de Walter Boehlich⁴⁹ e destaca-se pelo seu conteúdo profundamente crítico à actuação de Mann durante os anos integrantes do período de ambas as guerras, intitulado “Zu spät und zu wenig” (Muito tarde e muito pouco) (1976).

Após o final da guerra, em 1945, foram várias as ocasiões em que Thomas Mann visita o seu país de origem, viagens que o levam nomeadamente às cidades de Frankfurt, Estugarda, Weimar e Lübeck. Em 1952, decide abandonar definitivamente os Estados Unidos da América para fixar, mais uma vez, residência em território suíço, onde viria a falecer três anos mais tarde (e onde se encontra sepultado), uma decisão que o levou a preterir a Alemanha, seu país natal, em favor do pequeno estado helvético. A dúvida, surgida dessa escolha livre e consciente por parte do escritor, persiste, no entanto, até aos nossos dias e é a mesma que Walter von Molo colocou, em 1945, a Thomas Mann. As razões invocadas pelo escritor são variadas, reportando-se directamente ao tempo presente, mas também e sobretudo, podemos dizê-lo, a acontecimentos

⁴⁸ Walter von Molo (1880-1958) foi um escritor nascido na antiga Moravia, actual República Checa, que muito cedo se mudou para Viena, capital do Império Austro-Húngaro, onde passou a sua juventude.

⁴⁹ Walter Boehlich (1921-2006) foi um jornalista e crítico literário nascido na Polónia, mas de nacionalidade alemã. A sua origem judaica valeu-lhe, nos seus anos de liceu ocorridos durante o regime nazi, a discriminação por parte dos seus colegas.

decorridos no passado recente do país. Um convite comovente para Mann, formulado por Molo, mas também, de acordo com as palavras do próprio escritor, pelo próprio estado alemão e que o comove profundamente, pois atesta que, após doze anos de distância e de acontecimentos tão graves, alguém possa pensar que o seu “conselho e apoio” ao seu país e ao seu povo sejam, de alguma forma, relevantes. Mas, se bem que comoventes, ambos os convites são, desde logo, contestados de forma negativa pelo escritor. Às alegadas razões de saúde - Thomas Mann tem agora 70 anos - acrescentam ainda complicados motivos de ordem burocrática, mas acima de tudo, recordações bastante dolorosas ligadas ao ano de 1933. O escritor nunca esqueceu a invasão da sua residência de Munique e a posterior destruição dos seus bens pessoais, mas, sobretudo, a destruição da sua tão acarinhada biblioteca, assim como as acções difamatórias de que foi alvo. A vida errante que se seguiu, afirma Mann também não ter sido fácil, sem esquecer aqueles que ficaram obrigados a viver e a presenciar a violência e a crueldade impostas pelo regime nazi. A tão ansiada estabilidade só chegou com o convite da universidade de Princeton e que possibilitou a sua mudança para uma vida de estabilidade e segurança, oferecidas pelo estado norte-americano, às quais afirma não estar disposto a renunciar, estando, por isso, a hipótese de voltar a residir em território alemão totalmente afastada. Thomas Mann não pode, de igual forma, esquecer os acontecimentos que nos últimos anos foram os responsáveis pela destruição da Alemanha e pelo terrível sofrimento que o “seu povo” inflingiu a outros e que deram motivo ao discurso *Deutschland und die Deutschen*. A resposta longa em que enumera as razões que o levam a recusar a possibilidade de um regresso permanente a uma Alemanha dividida expressa bem a multiplicidade das motivações da sua recusa, não afastando, contudo, a possibilidade e o desejo pessoal do escritor de uma visita à sua terra natal.

Bastante menos pacífica e tolerante é a crítica feita, *a posteriori*, por Walter Boehlich em tom extremamente reprobatório presente, de resto, no título do seu artigo “Zu spät und zu wenig”. Trata-se de um longo texto em que o seu autor não poupa nem a Mann nem aos seus escritos políticos a sentença condenatória presente do início ao fim da sua análise. Nas cerca de quinze páginas que o compõem, Boehlich não deixa escapar nada: da condição burguesa do escritor, à sua vida em Munique, não esquecendo sequer o congelamento das contas bancárias do escritor. Mas, acima de tudo, é a reflexão de Mann acerca das questões políticas mais relevantes do seu tempo que constitui o alvo preferencial deste artigo, a forma como a política e a arte se relacionavam no discurso de Mann, como, segundo as suas palavras, o escritor procurou “estetizar a política”, comentando-a com o recurso a conceitos que com ela não se identificam, como foram o caso de “Bildung” ou “Moral” tão característicos do século que o viu nascer e tão estimados pela classe a que pertencia: a burguesia, e que mais não serviam do que para disfarçar as ambições políticas existentes no artista. Como prova dessa afirmação Boehlich enumera os ensaios políticos mais expressivos desse período e que integram na sua quase totalidade o *corpus* deste trabalho, em cada um deles o conhecido crítico literário destaca passagens que justificam o argumento regulador do seu texto e em que as *Betrachtungen eines Unpolitischen* ilustram por certo o seu alvo preferencial. Uma conclusão que, afinal de contas, vai ao encontro da frase de Mann com que inicia este seu texto analítico: “A essência da minha natureza é, e sempre foi, artística, não política...” (Boehlich, 1976: 45) Thomas Mann não era, de facto, nem o educador nem a consciência da nação, não havia nada que pudesse ter alterado a ordem natural dos acontecimentos, nem o facto de ser menos burguês ou menos conservador teriam alterado a forma como tudo decorreu. O seu contributo mais não podia ser do que a sua reflexão enquanto escritor e artista. A sua incursão naquele mundo à época tão conturbado não poderia, na verdade, ter ido muito mais além do que a prestada pelo escritor sob a forma dos seus ensaios e discursos radiofónicos,

estes, emitidos pela BBC no início dos anos 40, e que nos deram conta do seu olhar e sentir acerca da realidade hostil vivida no seu país pela crueldade do regime nazi e que ele com grande amargura acompanhava do outro lado do Atlântico. Mais não podia Thomas Mann ter feito, conclui Boehlich: “Mas foi precisamente isso que o converteu no escritor favorito dos alemães, seja como for é assim que eles o consideram, e ele nunca se afastou muito deles, e embora tenha chegado sempre demasiado tarde, e tenha feito muito pouco, tudo o que lhes declarou como credo político, tornou-o, aos seus olhos, profundamente simpático.” (Boehlich, 1976: 60) Mas talvez os alemães, seus admiradores e da sua obra, não esperassem mais da sua parte, talvez o admirassem apenas e só pelo que de melhor ele sabia e era capaz de ser: escritor.

Bibliografia:

- ADORNO, Theodor W. (1977), *Gesammelte Schriften (Vol. 10.2)*, Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- BARRENTO, João (1989), *Literatura Alemã (Textos e Contextos, Vol. I)*, Lisboa, Editorial Presença.
- BARRENTO, João (2010), *O Género Intranquilo, anatomia do ensaio e do fragmento*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BOEHLICH, Walter, "Zu spät und zu wenig", in *Text + Kritik*, Herausgegeben von Heinz Ludwig Arnold edition, 1982, pp. 45-60.
- COELHO, Eduardo Prado, "O Ensaio em Geral", *Colóquio-Educação*, nº 8-9/1995, pp. 193-218.
- ELIAS, NORBERT (1976 [1939]), *Über den Prozeß der Zivilisation. Soziogenetische und Psychogenetische Untersuchungen*, Vol. 1, Frankfurt am Main: Suhrkamp. [O Processo Civilizacional, Vol. 1 (trad. Lídia Campos Rodrigues), Lisboa: Dom Quixote, 1989.]
- GÖRTEMAKER, Manfred (2005), *Thomas Mann und die Politik*, Frankfurt am Main: S. Fischer.
- ILLIES, Florian (2016), *1913 Der Sommer des Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Fischer TaschenBibliothek.
- KURZKE, Hermann (1999), *Thomas Mann, Das Leben als Kunstwerk*, München: Verlag C. H. Beck.
- LOPES, Silvina Rodrigues (2003), "Do ensaio como pensamento experimental", in: *Literatura, Defesa do Atrito*, Lisboa: Vendaval
- LOURENÇO, Eduardo, "O autor como espelho do mundo", *JL-Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 27 de março de 1996, pp. 8-10.
- LOURENÇO, Eduardo, "Entrevista", *Revista Atlantis*, setembro-outubro de 1997.
- LUKÁCS, Georg (1945), "Auf der Suche nach dem Bürger": *Betrachtungen zum 70. Geburtstag von Thomas Mann*, London: Freier Dt. Kulturbund in Großbritannien.

- MacMILLAN, Margaret (2013), *A Guerra Que Acabou com a Paz*, trad. Artur Lopes Cardoso, Lisboa: Círculo de Leitores.
- MANN, Klaus (1963), *Ein Lebensbericht*, Frankfurt am Main und Hamburg: Fischer Bücherei;
- MANN, Thomas (2012), *Betrachtungen eines Unpolitischen*, Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- MANN, Thomas (1960), *Briefe (Thomas Mann an Ernst Bertram, Briefe aus den Jahren 1910-1955)*, Pfulligen: Verlag Günther Neske
- MANN, Thomas (1961), *Briefe 1889-1936*, Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.
- MANN, Thomas (2013), *Der Zauberberg*, Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- MANN, Thomas (2007), "Bruder Hitler" in *Achtung Europa*, Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 305-312, 432-438.
- MANN, Thomas e Heinrich (2005), *Briefwechsel 1900-1949*, Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.
- MANN, Thomas (2003), *Tagebücher 1918-1921*, org. Peter de Mendelssohn, Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.
- MANN, Thomas (1980), *Tagebücher 1937-1939*, org. Peter de Mendelssohn, Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.
- MANN, Thomas (2016), *Um Percurso Político, da Primeira Guerra Mundial ao Exílio Americano*, Trad. e Notas de Teresa Seruya, Lisboa: Bertrand.
- MANN, Thomas (1984), *Von deutscher Republik. Politische Schriften und Reden in Deutschland* (= Gesammelte Werke in Einzelbänden, Frankfurter Ausgabe, hg. Peter de Mendelssohn), Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.
- MANN, Thomas (1986), *An die gesittete Welt. Politische Schriften und Reden im Exil*. Posfácio de Hanno Helbling (= Gesammelte Werke in Einzelbänden, Frankfurter Ausgabe, hg. Peter de Mendelssohn, Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag.

- MANN, Thomas, "In Defense of Wagner. A Letter on the German Culture that produced both Wagner and Hitler", *Common Sense*, Vol. 9 (Januar 1940), pp. 11-14.
- NIETZSCHE, Friedrich (Org. Karl Schlechta) (1999), *Werke in drei Bänder* (Band I), München: Carl Hanser Verlag München.
- NOVALIS (Friedrich von Hardenberg) (1984), *Fragmente und Studien; Christenheit oder Europa* (hg. Carl Pascher), Stuttgart: Philipp Reclam jun.
- RINGER, Fritz (1992), «Thomas Mann`s Modernist Conversion to Politics» in LEHMANN, Hartmut (ed.), *Culture and Politics in Nineteenth Century and Twentieth Century Germany*, Washington D.C., Occasional Paper n° 8. pp. 21-32.
- ROLLAND, Romain, *Les chefs-d`oeuvre de Romain Rolland (Journal des années de guerre 1914-1919)*, Paris: Editions Albin Michel, s.d, Vol. I, p. 32
- ROLLAND, Romain, *Textes politiques, sociaux et philosophiques choisis*, Paris: Éditions Sociales, 1970 (135-150).
- SCHILLER, Friedrich (1959 [1803]), *Die Braut von Messina oder die feindlichen Brüder*, Stuttgart: Reclam, p. 39.
- SPRECHER, Thomas (2014), *Thomas Mann als Essayist. Internationales Forschungskolloquium Messina 2012*, org. Jutta Linder und Thomas Sprecher, Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 15-43.
- TEMMING, Tobias (2008), „Bruder Hitler?“ *Zur Bedeutung des politischen Thomas Mann. Essays und Reden aus dem Exil*.
- WAGNER, Richard (1989): "O que significa ser alemão", in *Literatura Alemã. Textos e Contextos (1700-1900)*, Vol. II: O Século XIX, Selecção, Trad. e Notas de João Barrento, Lisboa: Editorial Presença, pp. 169-174.
- WALTHER, Peter (Org.) (2008), *Endzeit Europa. Ein Kollektives Tagebuch deutschsprachiger Schriftsteller, Künstler und Gelehrter im Ersten Weltkrieg*, Göttingen: Wallstein Verlag.
- ZWEIG, Stefan (2014), *O mundo de ontem*, Lisboa: Porto Editora.